



COTRIJORNAL

ANO 10

IJUÍ, JUNHO/JULHO DE 1982

Nº 96

NO LEITE UM ACORDO IMPEDE A PARALISAÇÃO

A Comissão Estadual de Mobilização aceitou a proposta das indústrias de dilatar o prazo de formação da cota. As outras reivindicações, porém, não foram ainda desta vez atendidas.

Última página

FIGAM AINDA INTERROGAÇÕES SOBRE CRÉDITO SEM BUROCRACIA

Governo elimina as exigências de maiores garantias para liberar financiamentos de até Cr\$ 3.884 mil. Mesmo anunciada em junho, a medida ainda não foi bem esclarecida.

Página 4

Suplemento Especial

Cotrijuí-Ano 25

A nossa história



O que acontecia em 1957. A expansão. Os novos tempos de 1982.



Um projeto de expansão da lavoura vem sendo apresentado e defendido por setores interessados num novo aumento da área plantada.

VEM AÍ OUTRO PIQUE DA SOJA?

Páginas centrais

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513
Caixa Postal 111 - Ijuí, RS
Fone: PABX - (055) 332-2400
Telex: 0552199

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Oswaldo Olmiro Meotti, Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto, Bruno Eisele, Renato Borges de Medeiros.

Conselheiros (Efetivos)

Waldemar Michael, Walter Luiz Driemeyer, Arnaldo Hermann, Telmo Roverno Roos, Joaquim Librelotto Stefanello, Reinholdo Luiz Kommers.

Conselheiros (Suplentes)

Rodolfo Gonçalves Terra, Euclides Marino Gabbi, Constantino José Goi, Vicente Casarin, Ido Marx Weiller, Erni Schünemann.

Conselho Fiscal (Efetivos)

Antonio Bandeira, Rui Adelino Raguzzani, João Telló.

Conselho Fiscal (Suplentes)

José Carlos Vione, Antoninho Boiarski Lopes, Mário Hendges.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbú	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	45.000 t
Maracajú - Sede	65.000 t
Maracajú - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	26.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Gualba	42.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da



Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob número 9.

Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 número 022.775 de 13.11.73 e figurativa M/C11 número 022.776, de 13.11.73.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés dos Santos Mendes

Composto no Jornal da Manhã, em Ijuí, e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

Ao leitor

Boa parte do espaço desta edição é tomado por um suplemento que tenta contar e analisar os 25 anos da Cotrijuí, um quarto de século de atividades que se completa no dia 20 de julho. Foi um trabalho e tanto, mesmo que contássemos com uma pesquisa que serviu de suporte também para um livro do professor Telmo Frantz, da Fidene, sobre este mesmo assunto. Pensamos que valeu a pena esta tentativa de colocar no papel, fazendo uma retrospectiva, a história da Cotrijuí, seus momentos marcantes, e como isto tudo repercutiu na própria história regional durante estes anos. Ou, o que seria mais correto, como se deu a história da Cotrijuí em função das mudanças na economia regional nestes últimos 25 anos.

O que se mostra é uma história cheia de boas intenções, de tentativas em fazer a Cotrijuí alcançar a dimensão que ela atinge nos dias de hoje. Estes 25 anos deixam muito marcante a importância da participação do agricultor para que se chegasse a todas as realizações que transformaram a cooperativa numa entidade de expressão nacional. Mas é um aniversário que coincide com uma época de muita auto-crítica, de avaliação dos erros e acertos cometidos durante toda esta caminhada. É uma data de muita reflexão, de revisão do passado e busca de novos rumos para o futuro. Um futuro muito ligado aos destinos e interesses de um quadro social heterogêneo, e que independe, por certo, apenas da vontade destas quase 21.000 pessoas. É, entretanto, um futuro em que se aposta na unidade do sistema cooperativista. O tempo das iniciativas arrojadas — mas isoladas — é coisa do passado. Uma cooperativa forte faz a sua história, mas não faz sozinha a história do cooperativismo.

Também neste 20 de julho nós, no Cotrijornal, estamos de aniversário. São agora nove anos de circulação entre os agricultores, em escolas, sindicatos, órgãos oficiais e leitores interessados em acompanhar, mesmo de longe, através do jornal, o que vem sendo feito nas regiões onde atua a Cotrijuí. A sua criação, em julho de 1973 — quando a Cooperativa completava 16 anos —, foi uma iniciativa pioneira dentro do sistema coopera-

Do leitor

ESCOLA

Estamos respondendo na direção de nosso Colégio, e por isso venho a esta conceituada entidade pedir a possibilidade de enviar periodicamente o vosso jornal gratuitamente.

Este servirá em muito para aumentar os conhecimentos dos nossos alunos.

Renê Guilherme Feil

Forquetinha - Lajeado - RS

NR: Já providenciamos a inclusão de sua escola entre as entidades que recebem exemplares de cortesia do Cotrijornal.

COOPERATIVA

Solicitamos a gentileza de enviarmos uma assinatura do Cotrijornal. Sendo a nossa Cooperativa de recente formação, solicitamos a nossa similar esta fineza, bem como outras publicações, ilustrações, guias práticos, e outras informações que nos possam ser úteis.

Martin Klein - Presidente

Cooperativa Agrícola Mista Rolim de Moura - Rolim de Moura - RO

SINDICATO

Com uma visita humilde, sincera e fraternal, aprez-nos acusar o recebimento de vários exemplares do Cotrijornal, o qual tenho lido com apreciação e tem muito reforçado meu trabalho no movimento do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Guanhães.

Na oportunidade comunico-lhes que desde a fundação deste STR as minhas reivindicações têm sido com filosofias totalmente dos STRs brasileiros. Eu tenho sido vitorioso nesta região pois trata-se de um trabalho de paz, amor ao semelhante, evitando conflitos e sobrevivendo à negra fome que nos ameaça em todo nordeste mineiro sem precedentes na história.

Na política agrícola as verdades não estão sendo colocadas em prática, os insumos modernos, sementes, máquinas, ferramentas, enfim todo material indispensável à lavoura, sobe de preços, com altas de custos desenfreadas. Todos produtos são produzidos pelas grandes indústrias, e as suas vozes são poderosas para conseguir o preço de seus produtos por quanto querem vender. Os produtores agrícolas terão que entregar forçosamente seus produtos por preços de galinha morta, de mão-beijada a atravessadores.

Os resultados da roça: os grandes comerciantes atacadistas atravessadores estão ficando ricos; os produtores agropecuaristas estão desesperados; os consumidores comprando as medidas quilos, as migalhas gramas, comendo pouco; os pobres trabalhadores rurais passando fome.

Ó Deus, Senhor, emudeçam os lábios mentirosos que falam insolentemente contra o Justo (Salmo 31,18).

Com o meu mais sincero e fraternal abraço, subscrevo-me desejando-lhe as ricas bênçãos de Deus.

Ocarlino Honorato Ramos
Guanhães - MG

tivista e mesmo na imprensa rural gaúcha. Ele surgia como um instrumento de apoio ao trabalho do setor de educação, servindo ainda de veículo para uma comunicação mais eficiente entre os associados e a cooperativa. Durante estes nove anos temos procurado acompanhar de perto não só as realizações da Cotrijuí como também as mobilizações de seu quadro social, defendendo, acima de tudo, os interesses do produtor

Foi realmente trabalhoso elaborar este suplemento dos 25 anos. Por esta razão, fomos forçados também a publicar conjuntamente as edições de junho e julho. Mas não deixamos, porém, de comentar alguns dos fatos de maior importância para o setor agrícola durante este período. A matéria mais extensa, publicada na página central, comenta um plano de expansão da lavoura de soja lançado pela Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais). É um projeto ambicioso, que pretende fazer a produção nacional pular de 15 milhões de toneladas para 18 milhões de toneladas no espaço de apenas uma safra. Mas é uma iniciativa que provoca justificadas desconfianças, ainda mais quando já se tem, atualmente, condições de avaliar as consequências negativas que a monocultura de soja trouxe para a grande massa dos produtores rurais. O produtor, obviamente, será apenas uma engrenagem de todo projeto, mas a engrenagem principal, pois ele é quem viabilizará a sua implantação. Resta saber se este plano, antes de colocado em prática, será realmente discutido profundamente com o agricultor. Somente assim ele poderá fazer uma opção consciente por esta retomada do processo de modernização da agricultura

O movimento pela extinção do frete dois, que puxou uma série de reivindicações dos produtores de leite, teve um final meio que inesperado. Já estava prevista até uma paralisação, para fins de julho ou início de agosto, quando uma comissão, que representava os criadores, decidiu que havia chegado a hora de desmobilizar o pessoal. Em troca da suspensão da entrega, foi aceita uma proposta das indústrias, para que o período de formação da cota, na entressafra, seja ampliado de quatro para cinco meses. Este assunto está na página 4.

AGRÔNOMO

Sou engenheiro agrônomo, responsável pelo Setor de Crédito Rural e Assistência Técnica do Banco Itaú S/A na região de Passo Fundo, e estou interessado em receber periodicamente as publicações da Cotrijuí, que são de muita importância para o meu trabalho de campo. Atualmente disponho dos Cadernos Técnicos números 1 e 2, e gostaria de receber também os números atrasados.

Antonio Carlos Homrich
Passo Fundo - RS

NR: Até agora foram editados apenas estes dois cadernos. O terceiro deverá sair em breve, tratando especificamente de mastites, e faremos com que ele chegue até você.

ASSINATURA

Tendo-me informado através da revista "Agricultura e Cooperativismo" que a Cotrijuí edita o jornal mensal Cotrijornal, e achando-me interessada numa assinatura, solicito ser considerada. Antes peço informação no que diz respeito ao valor da assinatura, ou talvez seja de graça.

Ing. Aurélio Acuña Idrogo
João Pessoa - PB

NR: a assinatura do Cotrijornal custa Cr\$ 1.000,00 por ano. Este valor deve ser enviado através de um cheque nominal para a Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. (Rua das Chácaras, 1513 - Caixa Postal 111 - Ijuí - CEP 98700 - RS). Os exemplares de cortesia são dirigidos apenas a escolas e sindicatos, ou como permuta com outras publicações.

UM FINAL SURPREENDENTE: NÃO SAI A PARALISAÇÃO

Os produtores de leite do Rio Grande do Sul terão que continuar esperando, até novembro, uma possível resposta às suas reivindicações. Depois de uma mobilização em todo o Estado, que chegou a ameaçar com a paralisação na entrega do produto, quase nada aconteceu para que os apelos dos criadores fossem atendidos. Não caiu o frete dois; não foi fixado um preço único; nenhuma medida foi tomada quanto às importações; e o consumidor não ganhou subsídio para que o leite seja mais barato.

O desfecho para o movimento surgido em função da crise do leite até que foi surpreendente. Por muito tempo, uma comissão criada pela Fetag — Federação dos Trabalhadores

na Agricultura do RS, coordenou o encaminhamento das reivindicações, a partir de consulta às bases. Toda a movimentação, iniciada em janeiro, e que determinou a realização de uma série de reuniões no interior e em Porto Alegre, terminou no dia 7 de julho, na capital, quando a Fetag aceitou uma proposta das indústrias de aumento de quatro para cinco meses no período de formação da quota.

CONSULTAS

Esta proposta, para que a época fixada para a formação da quota fosse ampliada de abril até agosto, fez com que se deixasse de lado a idéia da paralisação, que já havia sido aprovada. As indústrias apresentaram a sugestão durante

um encontro com a Fetag, e a partir de agora este passa a ser o único resultado de todas as negociações. A ampliação do período relativo à quota estava, aliás, entre os pedidos dos criadores, com a diferença que eles solicitavam aumento de quatro para seis meses. Também vinha sendo reivindicada inclusive a extinção da quota para todo o produtor permanente.

Nas consultas que realizou junto às bases, durante o mês de maio, a Fetag havia levantado uma série de reivindicações, puxadas sempre pela extinção do frete dois. O levantamento, através de questionários, ouviu criadores em todas as regiões produtoras, e incluía também estas posições: fim das importações de leite; eliminação do preço indústria e preço consumo, para fixação de um único preço; fim do ICM para produtos industrializados; e subsídio ao consumidor.

PORTARIAS

No início de junho o governo assinou, através da Sunab, a portaria que estava sendo esperada, mas nada do que se pedia foi atendido. Ela determi-

nava apenas que, a partir do dia 3 de junho, o leite consumo passaria de Cr\$ 37,00 para Cr\$ 44,00. Mas outra portaria sairia logo depois, e talvez atendesse alguns dos apelos. Essa nova portaria saiu realmente, no dia 22 de junho, mas frustrou os criadores de novo: estabelecia somente que o leite indústria seria reajustado de Cr\$. 34,00 para Cr\$ 41,00, a partir de 26 de junho.

No dia 24 de junho, a Fetag realizou uma assembléia em Porto Alegre, e ficou decidido que a paralisação na entrega seria a única saída, pois esta era a posição da grande maioria dos produtores, segundo as respostas fornecidas através dos questionários. No final de julho ou início de agosto a entrega seria suspensa, por tempo indeterminado. Mas as negociações entre a comissão da Fetag e as indústrias não pararam, enquanto o governo não se manifestava sobre os assuntos levantados.

"BANHO-MARIA"

Foi assim que no dia 7 de julho a comissão aceitou a ampliação do período para forma-

ção da quota, e todo o movimento fica, por enquanto, suspenso. Os integrantes desse grupo que coordenou o encaminhamento das reivindicações chegou a solicitar, mais uma vez, que as indústrias bancassem o frete dois, terminando com a cobrança do segundo percurso. O pedido não foi aceito, e prevaleceu apenas a proposta relacionada aos meses válidos para a quota, com a condição de que a ameaça de paralisação deixasse de existir.

Não há, até agora, por parte da comissão da Fetag, nada programado para rediscussão da questão do leite no Estado. A previsão é de que o assunto ficará em "banho-maria" por algum tempo, para ser retomado possivelmente antes da nova portaria, esperada para novembro. Esta portaria deverá mexer de novo nos preços pagos ao produtor, mas fica difícil apostar na possibilidade de, junto com os reajustes, a Sunab anunciar qualquer novidade que se relacione com as reivindicações que vinham sendo discutidas desde o início do ano.



Nesta reunião, em 24 de junho, a decisão foi paralisar. Depois veio o acordo com as indústrias.

A entressafra será maior

Com o aumento do período para formação da quota, o produtor poderá ter dois benefícios. Acontece que é do período normal de formação da quota (abril, maio, junho e julho) que sai a média da produção entregue nestes meses, para que a indústria calcule, no restante do ano, o que o criador entregará como leite-excesso. Este leite, que tem volume superior ao da média da quota, recebe preço inferior, de acordo com uma portaria da Sunab que a CCGL (Cooperativa Central de Leite) e outras indústrias estão aplicando desde o final do ano passado.

Com a inclusão do mês de agosto no período para formação da quota, o produtor poderá aumentar sua média, pois a produção reage a partir deste mês, e este é o primeiro benefício. A segunda vantagem está no fato de que esse maior volume não é abrangido pelo menor preço que, normalmente, é pago pela produção caracterizada como leite-excesso já a partir de agosto. É claro que o benefício será maior ou menor de produtor para produtor, mas as estatísticas (veja a tabela ao lado) mostram que agosto registra de fato o início de uma reação no volume entregue.

O veterinário Otaliz de Vargas Montardo, que cuida da área da criação de gado de leite na Cotrijuí, lembra que os quatro meses normais de formação da quota caracterizam bem a

entressafra. Em março acontece geralmente o fim do ciclo das pastagens de verão, e a produção começa a cair. A recuperação se inicia em julho, já que as pastagens de inverno, plantadas no final de março, são pastejadas a partir de junho. Mas este ano a situação não é muito favorável aos produtores.

CHUVAS

Acontece que o outono foi muito seco, e o gado saiu desse período bastante fraco, como diz Otaliz. Além disso, agora que as vacas poderiam entrar nas pastagens de inverno, o excesso de chuvas agrava a situação. O pasto é muito pisoteado, em consequência da umidade, e o pastejo não vem ocorrendo, desde o início de junho, em níveis satisfatórios para a recuperação do gado.

Por isso, segundo o veterinário, é certo que o mês de agosto não apresentará um aumento significativo da produ-

ção. Em momentos como este é que fica mais evidente a necessidade de se cuidar da suplementação do alimento para o gado durante o período crítico do inverno. Otaliz relembra de novo que, ao contrário do que muitos pensam, é a deficiência alimentar, e não o frio, que provoca uma redução no volume de leite nessa época.

"É importante, para que a produção se mantenha mais ou menos estável, que o criador tenha reserva alimentar para o rebanho no inverno", diz Otaliz. Isso pode ser conseguido com a transformação da pastagem de sobre do verão em feno, e através da silagem que já vem sendo feita por produtores que formam grupos e se cotizam para adquirir uma máquina ensiladeira. Ele também ressalta a importância de uma alteração no ciclo reprodutivo das vacas, para que estas proporcionem uma maior produção.

A REAÇÃO DA PRODUÇÃO EM AGOSTO (Litros)

MÊS	1979	1980	1981	1982
JANEIRO	1.264.476	1.962.397	2.226.950	2.456.337
ABRIL	1.076.953	1.364.392	1.324.402	1.606.930
MAIO	1.014.598	1.111.476	1.171.193	1.411.870
JUNHO	1.037.198	1.083.175	1.248.664	1.494.092
JULHO	1.197.224	1.228.167	1.668.523	-
AGOSTO	1.410.953	1.476.885	2.104.622	-

Os números são da produção leiteira nos sete municípios da Região Pioneira da Cotrijuí.

O PLANTIO DIRETO ANTES

Antes de Roundup^{CS} aparecer, o plantio direto estava assim: dificuldade de controle das ervas daninhas, rebrota, necessidade de aplicar vários herbicidas para controlar folhas largas e estreitas, insegurança quanto aos resultados.

Em resumo: antes de Roundup^{CS}, o plantio direto funcionava na teoria mas não na prática.

E DEPOIS DE ROUNDUP^{CS}



Com Roundup^{CS}, os problemas do plantio direto desapareceram da noite para o dia. Começa que Roundup^{CS} é o único que realmente controla as ervas de folhas largas e estreitas, sem rebrota. Acabando 100% com o mato acima e 100% abaixo da terra.

Além disso, é o único que forma a cobertura morta que abafa as sementinhas e evita erosão. E dá ao aplicador e à cultura algo que eles precisam muito: segurança.

Mas, o melhor de tudo é que depois de Roundup^{CS} você pode ficar mais tranquilo e sair por aí, dizendo como os outros agricultores: Roundup^{CS} deu vida ao plantio direto.

Monsanto

Roundup^{CS} é marca registrada de Monsanto Company. © Monsanto Co. 1980

Roundup^{CS} deu vida ao plantio direto.

Para receber gratuitamente o Guia do Plantio Direto, envie o cupom para a Monsanto, Caixa Postal 8341, SP.

Nome: _____ ha de soja: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Caixa Postal: _____
Cidade: _____ Estado: _____

CONSELHO DE PRODUTORES PÕE AS NORMAS NO PAPEL

A participação da mulher, na área da produção leiteira, desde o momento da ordenha até o encaminhamento das reivindicações, vai aos poucos sendo reconhecida. Num encontro realizado dia 8 de junho, para tratar do funcionamento do Conselho de Produtores de Leite do posto de Ijuí — que abrange ainda Jóia e Augusto Pestana —, as esposas dos associados conquistaram o direito de votar e ser votadas. Assim, quando da renovação do Conselho, no mês de julho, elas poderão tomar parte na eleição, e a partir daí contribuir ainda mais para o debate de assuntos nessa área.

O encontro foi realizado na Afucotri, em Ijuí, e teve a participação de uns 30 produtores. Eles discutiram a situação do setor com os diretores da Cotrijuí, Bruno Eisele, da Regional Pioneira, e Rui Polidoro Pinto, de Comunicação e Recursos Humanos; Alberto Parenti Filho, coordenador técnico da Pioneira, e mais técnicos e comunicadores da Cooperativa. Otaliz Montardo, veterinário responsável pela pecuária leiteira, e Iriné Roberto, que cuida do recebimento do leite na Regional, coordenaram a reunião.



As mulheres também poderão ser eleitas conselheiras e contribuir mais nos debates

LEITE ÁCIDO

Os produtores discutiram não só as questões relacionadas com a estruturação do Conselho, mas também outros assuntos que já vêm sendo levantados há tempos. Ficou decidido, por exemplo, que a esposa do associado poderá continuar lidando com o recebimento do pagamento do leite, e que para isso precisa apenas da autorização do marido, como já ocorre atualmente. Acontece que, por enquanto, de acordo com os estatutos, a mulher do produtor associado não tem autonomia para tratar de questões que estão sob a responsabilidade do marido.

O leite ácido também foi discutido, e se decidiu deixar a cri-

tério de cada associado a devolução ou não do produto. Quem quiser de volta o leite com acidez, deve comunicar esta decisão à Cooperativa, para que haja controle da cobrança do frete. Foi lembrado ainda que os entendimentos com freteiros, para definição de tabelas de preços e outros assuntos, continuarão acontecendo diretamente entre estes e os produtores, e que a Cooperativa apenas irá assessorar as negociações.

Como parte dessa assessoria a Cotrijuí está inclusive estudando a elaboração de um contrato de prestação de serviços, que poderá melhor definir direitos e obrigações, quanto ao transporte do produto. Depois de ser bem avaliado entre as partes, este contrato será então le-

vado a consideração do Conselho do Leite, para finalmente ter ou não aprovação de uma assembléia geral.

NORMAS NO PAPEL

A organização e o funcionamento do Conselho foram o resultado mais importante do encontro, porque assim tudo fica mais esclarecido. Até agora, o Conselho, que funciona há uns dois anos e tem 78 integrantes, vinha atuando quase que em caráter de experiência. Com as normas no papel, o grupo pode ter uma participação mais efetiva nas decisões que acontecem a nível de coleta, de recebimento nos postos e de discussão de assuntos na Cooperativa, a partir de um Conselho Central.

Este Conselho Central ainda não existe, mas a idéia de sua formação vem amadurecendo. Os postos de Ijuí e Ajuricaba já possuem seus conselhos, com os produtores de seus respectivos municípios, e resta apenas a criação de igual grupo de trabalho em Santo Augusto. Depois é que surgirá o "conselho" integrando representantes de cada um dos três conselhos. Uma sugestão, que ainda será discutida, propõe que este Conselho Central tenha no mínimo 10 produtores.

As muitas atribuições dos novos integrantes

Os novos integrantes do Conselho de Produtores de Leite do posto de Ijuí terão muitas atribuições, conforme as decisões tomadas na reunião do dia 8 de junho e que agora serão analisadas nas bases, para aperfeiçoamentos. Uma das novidades é que, a partir das eleições de julho, o Conselho terá uma diretoria, com presidente, vice e secretário. Abaixo, uma síntese do que ficou decidido:

- Os conselheiros serão eleitos na proporção de um para cada 50 produtores por linha, ou um por núcleo. Mas se houver menos de 50 produtores numa linha, haverá de qualquer forma a eleição de um representante, por votação secreta ou aclamação, e com um mandato de três anos.

- Somente poderá ser conselheiro o produtor permanente e associado da Cotrijuí. A esposa do produtor poderá votar e ser votada. O importante é que, se um dos dois for eleito, o outro também participará das reuniões do Conselho, com direito a voz e voto.

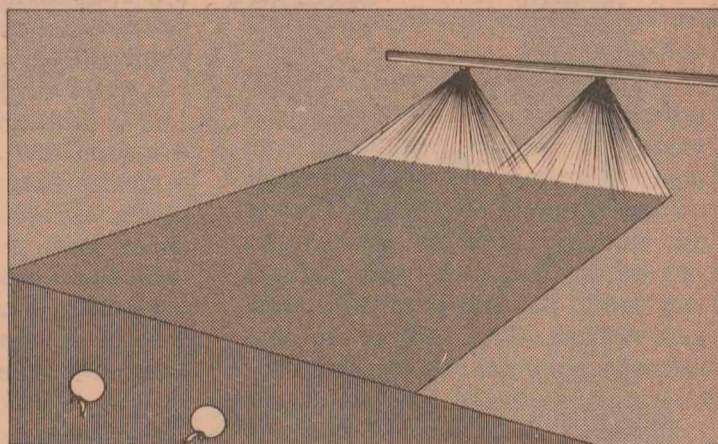
- A diretoria do Conselho será eleita em reunião com no mínimo metade mais um dos conselheiros, por voto secreto. O presidente será o que tiver maior número de votos; e o vice o segundo em votação. O secretário deverá ser escolhido em outra votação à parte, na mesma reunião.

- O Conselho tratará de tudo que se relaciona com leite. Solicitará informações que achar necessárias à Cotrijuí ou à CCGL, sobre normas administrativas, desempenho da produção e outras decisões. O Conselho terá então poder para influir no encaminhamento de medidas. Fiscalizará o recebimento na plataforma e cuidará, enfim, de todas as reivindicações das bases.

- Também serão atribuições do Conselho: solicitar estudos técnicos ou econômicos à Cotrijuí; fazer acordos com a associação dos freteiros; organizar as linhas novas ou que estejam desajustadas; e apoiar iniciativas dos sindicatos, quando do levantamento de questões do setor. Todo este trabalho terá a assessoria dos técnicos e comunicadores da Cooperativa.

Plantador de soja!

Da próxima vez que você for incorporar a sua mistura de herbicidas, pense na segurança. Pense Dual.



As misturas com Dual são aplicadas logo após o plantio e não são incorporadas. Portanto, o produto fica longe das delicadas sementes de soja em germinação. Com Dual, você fica mais seguro. É uma questão de bom senso!

Dual, o herbicida para soja tão moderno que dispensa incorporação.

CIBA-GEIGY
DIV. AGROQUÍMICA

UM PLANO QUE DÁ FORÇA À SOJA

"Projeto de Expansão da soja". Este é o nome de um plano idealizado pelas indústrias ligadas ao setor primário, sob a liderança da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. O projeto é ambicioso, pois pretende assegurar uma produção nacional de 18 milhões de toneladas do produto na próxima safra, e com isso reativar várias áreas hoje ociosas. A Fecotriço, que apoia o movimento, por entender que ele pode beneficiar os produtores, tem ressaltado, contudo, que a idéia deve ser encaminhada com cautela.

O projeto foi lançado no dia 20 de maio, em Porto Alegre, por dirigentes de indústrias de máquinas e implementos, insumos e óleos vegetais, e desde então tem provocado algumas controvérsias. Não foram poucas as manifestações contrárias a um novo "pacote" com reivindicações que trarão resultados apenas imediatos, sem questionar com profundidade as falhas da política oficial para o setor primário, principalmente no que se relaciona a crédito.

INDIFERENÇA

Mas o plano de expansão da soja vem, de qualquer forma, sendo levado adiante, apesar de ter sido entregue ao ministro da Agricultura, Amaury Stábile, no final de junho, e de não contar, pelo menos por enquanto, com nenhuma resposta concreta do governo. A indiferença das autoridades de Brasília, diante da iniciativa das indústrias e da Fecotriço, tem como prova a própria fixação dos VBCs (Valores Básicos de Custeio) da soja, para a próxima safra, com índices inferiores aos solicitados.

O projeto tem como objetivo principal provocar um novo incremento na lavoura, para que, com uma maior produção, as fábricas hoje ociosas voltem a ser viáveis. O temor das indústrias pode ser explicado no fato de que, nos últimos anos, a soja vem tendo sua área de plantio reduzida no país. Com isso, sofrem prejuízos as empresas que fornecem máquinas e insumos à agricultura, e a indústria de óleos vegetais, que tem capacidade de esmagamento para um volume de grãos que chega quase ao dobro da última safra nacional (veja ao lado).

REIVINDICAÇÕES

Não são muitas as reivindicações dos empresários, mas até o dia 14 de julho não havia nenhum sinal de que elas pudessem ser atendidas. Eles pedem um afrouxamento no

crédito de custeio, para que os médios produtores recebam 80 por cento do VBC a juros de 45 por cento ao ano. Atualmente, os médios têm direito somente a 70 por cento do VBC com esta taxa, e os grandes recebem apenas 50 por cento. O resto do custeio é coberto com dinheiro a taxas de mercado, superiores até a 100 por cento ao ano.

Também vêm sendo solicitadas a reativação do programa do calcário (Procal), para que as terras possam ser corrigidas através da concessão de recursos com juros subsidiados, e a liberação de financiamentos para investimentos agrícolas. Esta seria uma primeira etapa do projeto, que prevê ainda outras reivindicações não reveladas em detalhes, mas que deverão se relacionar com a comercialização das safras (preço mínimo), a fixação de VBCs por regiões, e até a delimitação de áreas prioritárias para expansão da lavoura.

O comitê central, que coordena as atividades do movimento, é presidido pelo presidente da associação das indústrias de óleo — Abiove, Joseph Sieh, e integrado por representantes das fábricas de outras áreas e pela Fecotriço. O presidente da Federação das Cooperativas de Trigo e Soja, Jarbas Pires Machado, já salientou, aliás, que as reivindicações feitas pelas indústrias coincidem com os apelos dos produtores. Mas fez questão de dizer que o "pacote" apresentado não pode comprometer, entre outras coisas, as tentativas de mudança no comportamento até então imediato a que os produtores foram induzidos a adotar, em função da monocultura.

DESCAPITALIZADOS

O vice-presidente da Cotrijuí, Arnaldo Drews, também enfatiza que o crédito para custeio e os recursos para a correção das lavouras são "decisivos para que não aconteça uma redução na produção", não só como consequência da diminuição da área de plantio, mas também como resultado automático de uma queda nos índices de produtividade da lavoura. Drews lembra que, com as restrições de crédito, os altos custos e os baixos preços conseguidos pela soja, "todos os produtores, e não apenas os pequenos, ficaram descapitalizados e sem condições de reinvestir recursos próprios na lavoura".

O vice-presidente da Cotrijuí cita como exemplo dos reflexos desta situação, a oferta de terras para arrendamento no Mato Grosso do Sul.

"A tendência hoje, decorrente da soma destes fatores — afirma Drews — é de no mínimo ocorrer uma estabilização na produção, mas persiste a ameaça de diminuição de área e produtividade ainda mais baixas". Segundo ele, é preciso lembrar, entre outros aspectos, que as terras foram corrigidas há quatro ou cinco anos, e que hoje necessitam de novas aplicações de calcário, fósforo e potássio.

Os argumentos, para que o plano seja aceito pelo governo, esmiuçam ainda mais este aspecto de que a lavoura não vem sendo formada com o mínimo de insumos, para que tenha boa produtividade. Segundo o comitê, a quebra na última safra teve participação de apenas 30 por cento dos fatores climáticos; 40 por cento da quebra se devem à falta de preparação e conservação adequada do solo; e os restantes 30 por cento ficam por conta de aspectos fitossanitários, como problemas com sementes, técnica de plantio e época imprópria para sementeira.

ARGUMENTOS

As fábricas de máquinas, fertilizantes, defensivos e óleos vegetais estão mesmo dispostas a fazer valer este argumento, porque todas elas foram programadas para atender um aumento da produção que, afinal, não aconteceu nos últimos anos. O comitê central não se desencantou nem mesmo com a falta de apoio do governo às suas primeiras reivindicações, e voltou a se reunir, no dia 13 de julho, em Porto Alegre, para que as autoridades da área econômica sejam convencidas de que o projeto está correto.

Os industriais entendem que a área de plantio pode aumentar, e que a produtividade também será elevada com estes incentivos, se pelo menos 20 por cento das lavouras forem corrigidas. Eles lembram que, anos atrás, a lavoura de soja chegou a 4 milhões e 100 mil hectares no Rio Grande do Sul, e que na última safra foram plantados em torno de 3 milhões e 600 mil hectares.

Há quem espere, como o industrial Martinho Faria, membro do comitê, que uma área superior a 4 milhões de hectares seja atingida até 1986. Faria, que é dirigente de uma indústria de óleos vegetais, faz outra previsão otimista: com crédito facilitado, a produtividade média da lavoura gaúcha pode saltar dos atuais 1.600 quilos para 2.200 quilos por hectare.



A intenção é assegurar uma produção nacional de 18 milhões de toneladas

O desafogo para as indústrias

A ociosidade das indústrias que dependem da agricultura para sobreviver é realmente expressiva, e vem sendo acentuada ano a ano. Com os altos custos da lavoura e a baixa rentabilidade dos produtos colhidos, especialmente a soja, o agricultor passou a investir menos, e foi cortando seus gastos onde achou que poderia cortar. Além disso, pesam bastante as restrições de crédito, que limitaram as verbas para custeio e praticamente boquearam a liberação de dinheiro para a compra de máquinas e implementos agrícolas.

Com um novo estímulo à soja, todas essas áreas sairão ganhando. A indústria de máquinas e implementos, por exemplo, estava funcionando com apenas 45 por cento de sua capacidade, até março último, segundo o sindicato do setor (veja Cotrijuí de março). Essa ociosidade pode ser explicada não só pelas restrições de crédito, como também pelo aumento de preço desses equipamentos e pela própria descapitalização do produtor. Quem pode comprar uma automotriz que, nos quatro últimos anos, teve mais de 900 por cento de aumento? Ou um trator que, no mesmo período, teve seu preço reajustado acima de 800 por cento?

SEM DEMANDA

Segundo o presidente da Fecotriço, Jarbas Pires Machado, todos os setores que dependem da soja formam hoje uma média de 40 por cento de ociosidade. A indústria do calcário tem 62 por cento de sua capacidade atualmente ociosa. As fábricas ficaram abarrotadas, no ano passado, com um estoque de 10 milhões de toneladas do produto, por falta de compradores. O presidente da Empresa Brasileira de Calcário, Maurício Monteiro, atribui essa situação à falta de incentivos oficiais.

A indústria de fertilizantes enfrenta o mesmo quadro. No ano passado, a redução na demanda desses produtos no Brasil foi de 19 por cento, em relação ao que foi consumido em 1980, segundo dados divulgados por fonte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para isso, pesaram a decisão do governo de fazer incidir juros

sobre os fertilizantes, a partir de 81, a redução nas áreas de plantio do trigo e, é claro, a situação de endividamento do produtor, que forçou muita gente a deixar a adubação de lado, mesmo que isso implicasse em redução da produtividade. Este ano a situação pode melhorar um pouco, mas não chegará aos níveis desejados pelas fábricas.

No setor de esmagamento, nada é diferente. Com o crescimento da produção brasileira, nos últimos anos, o parque industrial foi ampliado, e hoje a ociosidade é alarmante. Essas indústrias, que estão na ponta de todo o processo, dependem de maior produção para que voltem a ser viáveis. A capacidade das fábricas brasileiras permite o esmagamento de até 25 milhões de toneladas por ano, enquanto a última safra ficou ao redor de 13 milhões. Mesmo que a oferta de grãos seja aumentada, o setor continuará ocioso.

ÁREA MENOR

A expectativa que havia, de que a produção de soja se manteria pelo menos estável no Brasil, foi frustrada. Nos últimos dois anos a lavoura ficou menor, em torno de 500 mil hectares, e a tendência é de que aconteça uma redução maior ainda, a cada ano. Para os idealizadores do plano de expansão da soja, uma retomada do crescimento da lavoura irá tirar da ociosidade não só as indústrias de fertilizantes, calcário, máquinas, óleos vegetais e outros insumos, mas também o setor de transporte, armazenagem e infra-estrutura portuária.

O produtor, que é convocado a salvar estes setores, tem algo a ver com tanta ociosidade? Para as indústrias, a tarefa de reerguer todo esse complexo está exatamente com quem planta, mesmo que não se conheçam ainda as vantagens disso tudo para quem ficará com o encargo de correr novamente os mesmos riscos que a monocultura já não consegue esconder. A tarefa é, aliás, entregue aos produtores, exatamente no momento em que, pressionados pelas queixas do setor rural faz há muito tempo, os deputados gaúchos começam a

encaminhar a formação de uma CPI dos Insumos na Assembleia Legislativa.

LUCRO E PENÚRIA

Essa Comissão Parlamentar de Inquérito vai investigar, principalmente, os aumentos abusivos dos preços dos insumos, ouvindo depoimentos de produtores, industriais e outras áreas ligadas à produção primária. O grupo de parlamentares atuará com poder de sindicância, e talvez revele muitos dos aspectos não bem esclarecidos das atividades das empresas e seu absoluto controle de um setor monopolizado pelo poderio das multinacionais.

Mas pode ser também que a CPI não ofereça, como já aconteceu com outras comissões, muitas perspectivas de melhora para os produtores, que ficaram, com a modernização da agricultura, na dependência dos insumos fornecidos pelos grandes grupos. Só que a posição dos deputados, que estão dispostos a avaliar os lucros nessa área, e as queixas de penúria das indústrias, que tentam sensibilizar os agricultores, deixam ao menos, desde já, uma controvérsia que dá o que pensar.

A REDUÇÃO DA LAVOURA (Área colhida no Brasil)

ANOS	Área (ha)	Variação (%)
1973	3.615.100	-
1974	5.143.400	+42,3
1975	5.824.500	+13,2
1976	6.417.000	+10,2
1977	7.070.300	+10,2
1978	7.782.200	+10,1
1979	8.256.100	+6,1
1980	8.774.000	+6,3
1981	8.484.800	-3,3
1982*	8.225.000	-3,1

* Fonte: Central Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas, da Fide, Ijuí

Uma nova corrida não será outra desilusão?

Esta iniciativa de se tentar uma expansão na lavoura de soja, liderada pelas indústrias, provoca justificadas desconfiças. Não foram poucos os entendidos em economia do setor primário, e nos reflexos que os "pacotes" têm provocado na agricultura, que se preocuparam com este apelo para que, meio de repente, o produtor volte a acreditar que a soja merece investimentos maciços. Quem assegura que essa empreitada não trará, com facilidades na concessão de crédito e outros privilégios, uma nova corrida atrás do imediatismo que desiludiu tanta gente?

A desconfiança passa a existir a partir do momento em que as indústrias, que nunca estiveram muito preocupadas com a situação do produtor, decidem reivindicar medidas em nome de quem planta. Afinal, o esmagamento da soja e a produção de insumos modernos e de máquinas são controladas no Brasil pelos grandes grupos, como resalta a Central Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas (Criaec), da Fidene, de Ijuí, que andou analisando o novo plano reivindicado para a soja, em seu boletim mensal de junho último.

NOVO PIQUE

Para Argemiro Luís Brum, diretor da Criaec, a primeira conclusão a que se chega, levando-se em conta os responsáveis pela sugestão do "pacote", inicialmente às entidades que congregam os produtores, e depois às autoridades, é a de que pode acontecer uma retomada do processo de modernização da agricultura. Agora, as indústrias estariam tentando provocar um novo pique nesse processo que se iniciou há quase 40 anos, com o objetivo imediato de se desafogarem de uma ociosidade que atinge todas as áreas envolvidas na modernização.

A soja é o produto escolhido, para que este pique aconteça sem muita demora, pois esta lavoura absorve a maior quantidade de investimentos industriais e financeiros. Um novo "pacote" de incentivo ao plantio vai puxar, automaticamente, um maior consumo de fertilizantes e outros insumos, e também exigirá uma aceleração na demanda de

máquinas. O resultado disso será um aumento na produção, e aí é que a indústria de óleos entra na história, pois terá mais grãos para esmagamento.

E O PRODUTOR?

"O produtor, dentro deste contexto, será o elemento que viabilizará este projeto", afirma Brum. E o que, em troca, o produtor irá ganhar, com esses apelos que a indústria decidiu fazer em seu nome? O diretor da Criaec relembra um aspecto que não pode ser deixado de lado, quando esta indagação é levantada, ou seja, o de que todos os investimentos que representam aumento sensível de custos têm provocado uma seleção na agricultura. Assim, esse novo pique na modernização poderá excluir da atividade os que não conseguirem atender às exigências de maior produção e maiores rendimentos na lavoura.

Essa observação é feita em função das próprias consequências que a monocultura, inviável para os pequenos produtores, apresentou a partir dos anos 60. Além de aumentar o êxodo rural, um pique desordenado também não trará, na verdade, grandes benefícios para a maioria. Acontece que a cotação da soja vem caindo nos últimos anos, e hoje o produtor já não consegue uma boa remuneração para sua safra. Com um aumento da produção nacional, e considerando até a boa colheita americana que vem sendo anunciada, os preços cairão mais ainda, como consequência natural da maior oferta de grãos.

O "pacote" para a soja pode também comprometer muito do que já se fez para que a produção seja diversificada. O pior de tudo isso, no entanto, talvez seja a mudança que provocará no comportamento de muitos agricultores, que se sentirão atraídos pelas novas "iscas" que lhes acenam com a promessa de ganhos rápidos. A necessidade de incentivos à agricultura é coisa propalada há muito tempo, mas nem sempre, como talvez aconteça agora, o produtor sente os resultados das decisões tomadas. Afinal, como lembra o diretor da Criaec, a "prioridade agrícola" está aí para provar isso.



O produtor servirá para viabilizar o projeto

Orizicultura

UM CONGRESSO PROVEITOSO

A idéia de transformar o IRGA (Instituto Riograndense do Arroz) numa entidade nacional, foi a proposição que mais se destacou durante o XIX Congresso Estadual de Economia Orizícola, realizado em São Borja entre os dias 25 e 27 de junho. O encontro foi um dos mais produtivos dos últimos tempos, e contou inclusive com a participação do ministro da Agricultura, Angelo Amaury Stábile, no dia de sua abertura.

O ministro destacou em seu discurso a grande safra de arroz do Rio Grande do Sul, e garantiu que as regras para o financiamento da próxima safra não sofrerão grandes alterações em relação à safra anterior. Stábile afirmou que deverá ser aprimorado o mecanismo — implantado no ano passado — de levar os bancos privados a financiarem de forma mais ampla a parcela de crédito rural que o Banco do Brasil não possa atender. Segundo ele, o agricultor deve garantir uma fonte de recursos para aplicar na lavoura, "precisa é de renda para começar sua capitalização. A renda amparada por um preço justo ele terá se tiver produtividade na sua lavoura". O ministro ainda aproveitou para pedir o apoio, através do voto, em novembro, ao projeto político e econômico do Governo.

O IRGA NACIONAL?

A transformação do IRGA numa entidade nacional foi proposta pela delegação de Goiás, argumentando que o País precisa de um órgão com estrutura bem montada para orientar a política arrozeira nacional. Só que esta proposição não foi muito bem aceita pelos produtores gaúchos, que temem um desgaste do Instituto ao tentar atender todo País. Segundo eles, o Rio Grande do Sul teria muito a dar e pouco a receber com esta transformação, correndo-se inclusive o risco de desestruturar toda a organização já conseguida no Estado. Mesmo sen-



Preocupação também com o desenvolvimento técnico da lavoura

tindo a necessidade de um órgão que oriente a política nacional do arroz, ficou claro para os congressistas que esta entidade não será necessariamente o IRGA. Por esta razão, mesmo entendendo a reivindicação expressa pelos representantes de Goiás, a proposta não foi aceita. No seu lugar foi aprovado um parecer da comissão que estudou o assunto, recomendando que o Instituto Rio-grandense do Arroz auxilie na criação de órgãos idênticos em outros estados.

ESTOQUES E EGF

O Congresso ainda foi movimentado por duas proposições da Ferroz (Federação das Cooperativas de Arroz do Estado do Rio Grande do Sul), encaminhadas às autoridades federais através da remessa de dois telex a Brasília. A primeira desaprovava a intenção do Governo em colocar no mercado o seu estoque de arroz, pois esta medida acabará tumultuando o mercado, já que não existe problema de abastecimento. A outra proposição pedia a prorrogação dos contratos com vencimento em 30 de junho,

pois com a falta de recursos para as contratações de EGFs (Empréstimos do Governo Federal), os produtores não podiam cumprir os compromissos. No documento foi afirmado que "como o atraso independe da vontade dos produtores, cooperativas e industriais, não será justo penalizar os atingidos com obrigações de novos encargos financeiros, que são acrescidos aos contratos de custeio após a data de vencimento".

PREOCUPAÇÃO COM A 409

Além das discussões políticas, houve também um espaço para a preocupação com o desenvolvimento técnico da lavoura. Sobre este assunto despertou bastante atenção uma palestra do diretor-técnico do IRGA, Marco Antonio Oliveira, que falou sobre as variedades BR-IRGA 409 e 410. A 409 alcançou um excelente desempenho na safra recém-colhida, mas já existe alguma preocupação quanto ao futuro da variedade, pois se acredita que principalmente ela — junto com a 410 — deverá tomar os maiores espaços da lavoura do ano que vem. Ele também destacou algumas práticas que devem ser adotadas para superar os problemas de amadurecimento desparelho e desgaste dos maquinários provocados pela 409.

Para uniformizar as colheitas, ele recomendou um aumento na densidade de sementeira, irrigação uniforme e adubação nitrogenada aplicada no cedo (a primeira fase de 15 a 23 dias após o plantio e imediatamente antes da irrigação, e a segunda antes do florescimento, ou seja, entre 55 a 60 dias depois da germinação). Um outro problema sentido com a variedade, que é o desgaste das máquinas no contato com a casca muito áspera, só será corrigido com máquinas mais resistentes do que as utilizadas. Mas na opinião do técnico, este desgaste é compensado pelo aumento na produtividade que esta variedade proporciona.

Safra brasileira deve chegar a 55 milhões de toneladas

A safra brasileira de grãos deverá atingir 55 milhões de toneladas no ano agrícola de 81/82, segundo estimativas da CFP (Comissão de Financiamento da Produção). Estes números, de acordo com as autoridades federais, deverá garantir o abastecimento interno de alimentos, principalmente de arroz, feijão e milho.

A safra de 80/81 já chegara a uma produção recorde de 53,7 milhões de toneladas, contra as 52 milhões de toneladas produzidas em 79/80.

O bom desempenho das safras, no entender da CFP, deve-se às chuvas que caíram no Norte e Nordeste. No Maranhão e no Norte do Brasil, por exemplo, estava sendo prevista uma colheita de 2,49 milhões de toneladas de arroz, o que representa um aumento de produção de 86 por cento em relação à safra anterior. Em todo País a produção de arroz deverá alcançar a cifra de 9,7 milhões de toneladas, o que será 12 por cento a mais do que no ano passado.

A safra de feijão também registrou um crescimento, na ordem de 20 por cento. Ao contrário de outros anos, deverá existir um excedente de feijão preto no mercado, em quantias estimadas entre 150 mil e 190 mil toneladas.

A produção brasileira de milho também deverá bater o recorde de safras passadas, com 23,8 milhões de toneladas. Isto representa um crescimento de seis por cento em relação à safra anterior, que foi de 22,5 milhões de toneladas. Além de garantir tranquilidade no abastecimento interno do produto, a safra de milho poderá ter seus excedentes exportados.

LUCRO VIAJANDO A GRANEL.



Não importa o tamanho da safra. Nós fizemos um caminhão onde ela cabe direito: Scania granelero.

Um caminhão potente, rápido e econômico, como nenhum outro.

Além disso, o Scania tem a tecnologia exclusiva das coisas feitas com qualidade, para durar.

Procure um Concessionário Scania. E entenda por que comprando um granelero Scania hoje, você vai ter um caminhão para transportar a safra e o lucro de muitos amanhãs.

Brasdielesa
CONCESSIONÁRIO SCANIA
Carazinho, Caxias do Sul, Ijuí

SCANIA

A diferença com a conservação do solo

Os produtores da Região Pioneira estão ficando bem familiarizados com as questões relacionadas com a degradação do solo e as formas capazes de contribuir para a recuperação da estrutura física e orgânica das lavouras. Num encontro realizado dia 11 de junho, na localidade de São Valentim, em Santo Augusto, um grupo de uns 15 produtores e técnicos da Cooperativa voltou a falar sobre a situação do solo, e deu para perceber que as conclusões reveladas pela pesquisa já são mais ou menos do conhecimento dos associados.

O encontro, coordenado pelo agrônomo Antônio Vieira dos Santos, levou aos agricultores informações que a Gerência de Solos da Cotrijuí vem divulgando desde o

ano passado, e que se relacionam principalmente com a compactação do solo. Foi ressaltado mais uma vez que a subsolagem é apenas uma prática de choque, para que o solo possa ir se recuperando, e que as lavouras da Região, comprometidas pela agricultura intensiva de trigo e soja, precisam da diversificação para que não fiquem totalmente impraticáveis.

A reunião teve a participação também do agrônomo Rivaldo Dhein, coordenador de Solos da Cotrijuí, de José Carlos Poletto, gerente do Banco do Brasil em Santo Augusto, e do gerente da Unidade, Romeu Etgeton. Eles ressaltaram que os cuidados com as condições da terra não têm importância apenas para quem planta, mas para o

mundo todo, que necessita cada vez mais de alimentos. Poletto chegou a comentar algumas especulações de que, dentro de pouco tempo, não mais terá financiamentos quem não cuidar devidamente do solo.

Depois da troca de idéias, com a projeção de eslaides, e mais algumas recomendações a respeito da lavoura de trigo, os produtores foram até a propriedade de Nelson Moresco. Ali, eles puderam constatar algumas diferenças entre um pedaço de lavoura onde foi feita a subsolagem, e o resto da área, que continua com o solo compactado abaixo do pé de arado. Reuniões como essa de São Valentim vêm se repetindo na Região Pioneira e no Mato Grosso do Sul, e acontecerão em outras localidades durante o ano.

Uma feira na festa dos 25 anos

A Feira da Diversificação. Assim poderá ser chamada a principal festividade programada para comemorar os 25 anos da Cotrijuí, dia 20 de julho. A feira será realizada durante todo o dia, na sede da Cooperativa em Ijuí, com a participação de vários núcleos do município. Produtos coloniais (como queijo, salame, chimier e mel), hortifrutigranjeiros e trabalho artesanais (bordados, crochês) estarão em exposição e poderão ser comercializados.

A abertura da mostra está prevista para as 8 horas, quando acontecerá uma solenidade de hasteamento das bandeiras, em comemoração à data. As tendas serão instaladas diante do supermercado, e contarão também com a participação de uma exposição de equipamentos de segurança, a serem mostrados pela CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), e trabalhos artesanais de funcionários, sob a coordenação da Afucotri.

Segundo o gerente da unidade de Ijuí, agrônomo Clovis Roratto de Jesus, a feira oportunizará uma maior valorização da fabricação de produtos coloniais, que volta a fazer parte das atividades de muitas famílias, após um período em que a agricultura intensiva praticamente extinguiu com esta que também é uma forma de reforçar a receita do produtor. "Queremos, com isso, estimular a indústria caseira, mostrando o que se faz no meio rural hoje", diz Clovis.

Os produtos estarão à venda até às 17 horas, com preços padronizados pelo setor de hortigranjeiros. Também durante o dia 20 haverá a projeção de eslaides, no auditório, para que sejam conhecidos vários aspectos da história da Cooperativa. As festividades são abertas aos produtores e à população da Região. Nas demais unidades da Cotrijuí, os 25 anos também merecerão comemorações.



As vantagens da conservação vistas na prática

Expointer com 4.000 animais

Criadores de dez países e cerca de 4.000 animais deverão fechar negócios que ultrapassem a cifra de Cr\$ 300 milhões durante a próxima Exposição Internacional de Animais. A 6ª Expointer será realizada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, entre os dias 25 de agosto e cinco de setembro.

Na última Expointer, realizada em 1980, um ano de crise total da pecuária, foram comercializados animais num valor total de Cr\$ 280 milhões. Quase 50 por cento dos negócios envolveram bovinos da raça Charolês e eqüinos da raça crioula.

A Exposição já promete, com antecedência, que será um sucesso. Até o final de junho estavam inscritos 5.000 animais, enquanto as instalações do parque permitem a acomodação de apenas 4.000. Serão comercializados bovinos de corte e de leite, ca-

prinos, suínos, eqüinos, aves e coelhos.

Os responsáveis pela organização da Expointer já deixaram preparados 40 mil fardos de palha de arroz para as camas dos animais, estocando perto de 50 mil quilos de forragens para alimentar os suínos e eqüinos.

Além dos animais, a atração maior, também estarão em exposição máquinas e implementos agrícolas. A Cotrijuí estará com um estande montado no Parque, visando abrir novos mercados para as sementes forrageiras produzidas pelos associados.

FINANCIAMENTOS

Sete agências de bancos estarão instaladas no interior do Parque de Exposições, para facilitar as operações de crédito na aquisição de animais. O Banco Central prometeu a liberação de uma verba no valor total de Cr\$ 200 milhões para a utilização dos criadores e interessados.

Mudas de árvores

Os produtores dispostos a realizar reflorestamento já podem se dirigir às unidades da Cotrijuí, para a aquisição de mudas, pois julho e agosto são os meses indicados para a realização do plantio. Segundo o engenheiro florestal Nilo Rubem Leal da Silva, do Departamento Agroetécnico da Cooperativa, as unidades dispõem de mudas de eucalipto, erva-mate, louro, ipê-amarelo, guabiroba e outras espécies.

As mudas têm preços que variam de Cr\$6,00 a Cr\$ 30,00, e as unidades podem inclusive prestar assistência técnica aos produtores. Nilo ressalta que as espécies nativas podem ser plantadas às margens de riachos, vertentes e açudes, e também auxiliam no controle da erosão em terrenos inclinados. Ele lembra ainda que o eucalipto representa uma boa alternativa para a produção de lenha, pois os retornos são realmente compensadores.

TRIAMEX

Agora é lucro líquido.

Quer usar, comprovou. Triamex é o mais eficiente e o mais econômico herbicida para milho: sozinho, controla gramíneas e folhas largas e mantém sua lavoura limpa do plantio até a colheita, economizando pelo menos três capinas. Tudo isso sem causar mal algum ao milho e por um custo bem menor que de outros produtos ou técnicas de capina que você conhece. Mas Triamex não é só eficiente, econômico e seguro. É, agora, o único herbicida para milho que lhe dá opção de escolha. Você pode ficar entre a tradicional formulação pó-molhável ou com a nova e avançada formulação líquida, muito mais fácil de dosar, manusear e aplicar. Use você também Triamex. Triamex, pó ou líquido, vai fazer de você duas vezes campeão. Campeão de produtividade e campeão de economia.

Comprovadamente, o pacote econômico para o milho.



Nome: _____ Estado: _____
 Cidade: _____
 Endereço: _____
 CEP: _____ Fone: _____

Desse material envie com informações técnicas de Triamex para: CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - Caixa Postal 112444 - São Paulo - SP

Seção de consumo também em Jardim

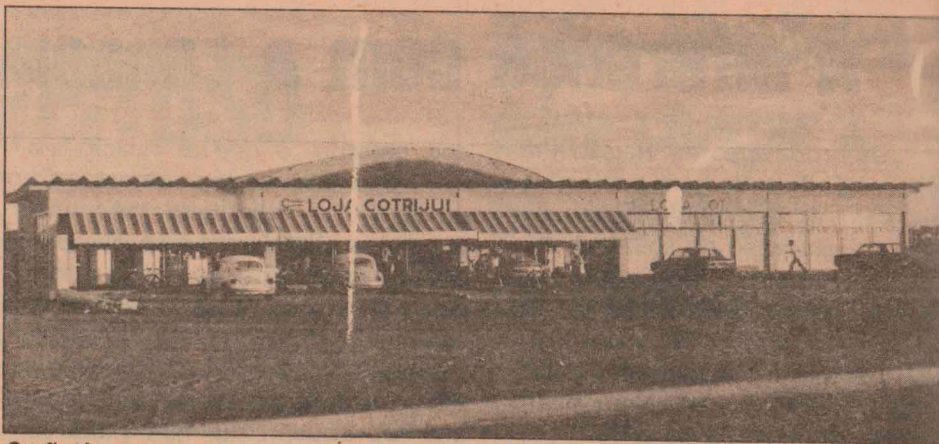
Desde o mês de abril as comunidades de Jardim e Guia Lopes da Laguna, no Mato Grosso do Sul, também contam com uma unidade de loja e supermercado da Cotrijuí. Esta seção de consumo foi instalada em Jardim, mas atende também Guia Lopes da Laguna — que fica do outro lado do rio Miranda — e também o município de Bonito, distante 60 quilômetros. É a 30ª unidade de consumo instalada pela Cotrijuí.

A data escolhida para a inauguração, dia 1º de abril, criou até uma certa expectativa, como recorda Otelo Mahl, gerente de Compras e Abastecimento: "muita gente não acreditou que fosse verdade". Mas a inauguração aconteceu mesmo, e contou com a participação do diretor regional da Cotrijuí, Nedy Rodrigues Borges, de autoridades municipais, associados e funcionários.

As instalações ocupam 722

metros quadrados de área de venda, divididos em seção de supermercado, seção de peças, ferragens e veterinária, e seção de magazine e eletrodomésticos. "Pela primeira vez", afirma o Otelo, "o maior investimento em uma unidade foi feito inicialmente na seção de consumo, e não no setor de armazenamento e recebimento do produto. Esta área é atendida pela Unidade de Bonito, e a comunidade ressentia-se mais de falta de um estabelecimento de consumo".

O supermercado e loja foram dimensionados para um tamanho que atenda os aspectos regionais e mantenha a viabilidade de comercialização, não existindo nenhum estabelecimento do mesmo porte num raio de 100 quilômetros. Os bons resultados já puderam ser sentidos nos dois primeiros meses de trabalho, onde se alcançou a cifra de Cr\$ 35 milhões em vendas.

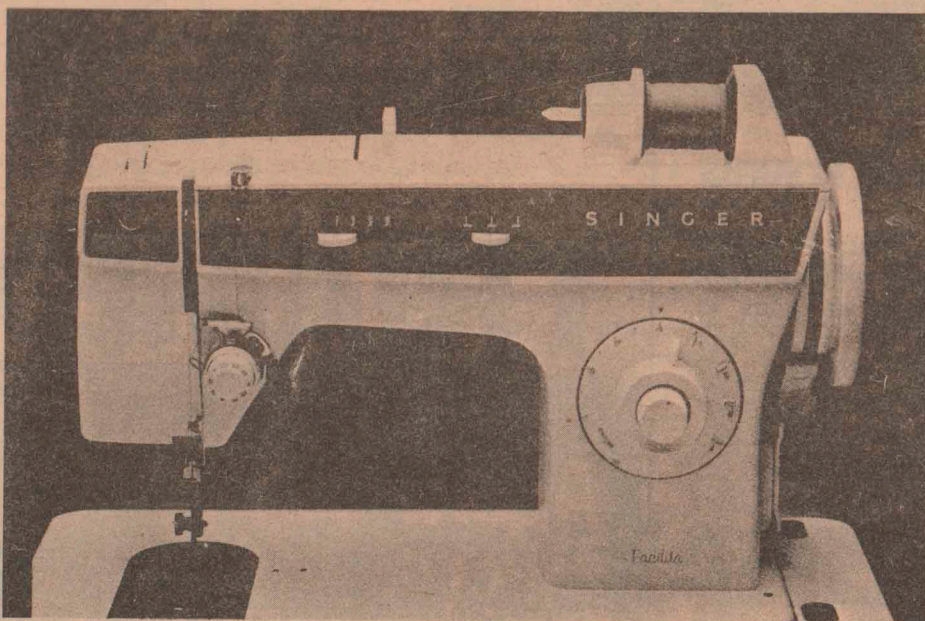


Seção de consumo chega a sua trigésima unidade de venda



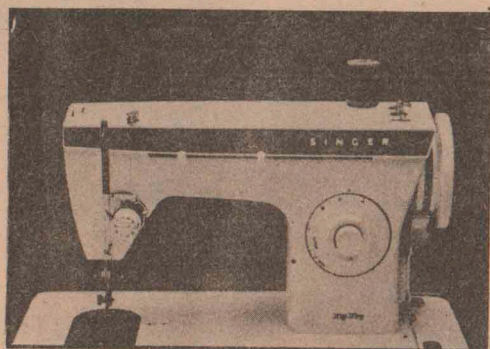
A loja e mercado atendem as comunidades de Jardim e Guia Lopes da Laguna

Moda e economia para todas as estações.



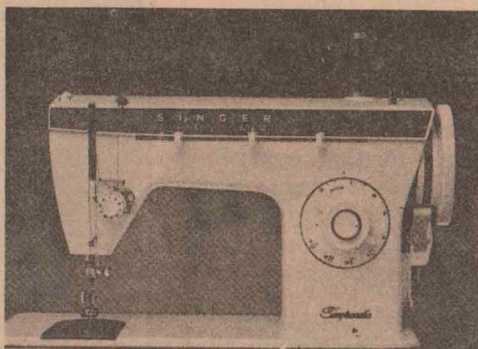
Nova Facilita - 288

Possui 11 discos recambiáveis, sendo 7 decorativos - Caseador automático - Motor semi-embutido com 2 velocidades - Chapa de agulha de fácil remoção - Prega zíperes e botões.



Zig-Zag - 247

Costura reta e em zigue-zague - Borda com bastidor - Motor semi-embutido - Prega zíperes e botões - Faz costura acetinada - Encaixe de agulha à prova de erro - Costura com agulha dupla - Possui tampa protetora da correia do motor.



Simplesmatic - 263

Costura reta e zigue-zague - Caseador automático - Bainha invisível - Agulha dupla, costura em duas cores ao mesmo tempo - Chuleador.

Singer, a máquina da economia, você também encontra nas lojas Cotrijuí

Ajuricaba: maior integração das representantes de núcleos

Um entrosamento maior entre todas as representantes dos núcleos femininos formados pela Cooperativa, era o objetivo principal de uma reunião que aconteceu em Ajuricaba no dia 29 de junho. Participaram do encontro 25 senhoras e moças, representando não apenas os núcleos de associados, como também o recém-criado núcleo de esposas e filhas de funcionários da unidade de Ajuricaba. Se pretendia também avaliar o trabalho dos núcleos e estudar o papel das representantes com um enfoque cooperativista.

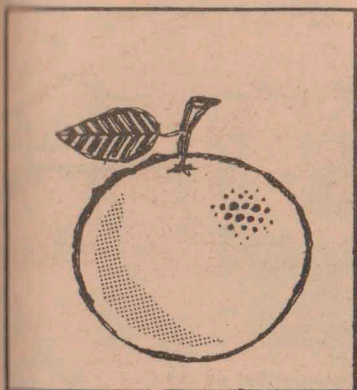
Este entrosamento se mostrava bastante necessário, ainda mais quando se pretende que a atuação das representantes não seja muito diferente de um núcleo para o outro. Com a avaliação se pretendia en-

contrar formas de melhorar eventuais aspectos do trabalho que se mostrassem falhos, buscando sugestões das representantes para que a participação nos encontros possa ser mais efetiva.

Entre as sugestões das representantes apareceu a necessidade de aproveitar as reuniões para um maior esclarecimento do funcionamento da cooperativa. Segundo elas, isto tem possibilitado inclusive mais assunto para conversar entre si, acontecendo até mesmo de estarem mais informadas do que os homens sobre algumas mecânicas da Cotrijuí. Elas também querem que o assunto educação seja mais aprofundado em algumas reuniões, assim como pretendem orientações na área de saúde, alimentação e trabalhos manuais.



A LAVOURA NO MÊS

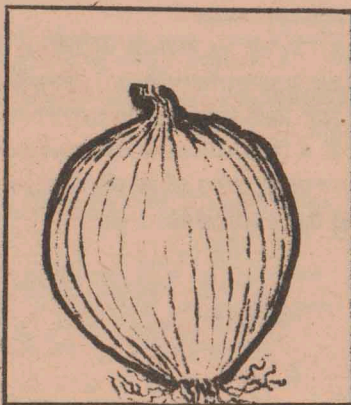


POMAR DOMÉSTICO

O mês de julho é caracterizado no pomar pela paralisação do desenvolvimento ativo das plantas. Assim, é o momento adequado para algumas práticas muito importantes e que virão a se refletir posteriormente na produção.

O solo no período de inverno deve ter uma cobertura vegetal que diminua a ação erosiva das chuvas. Surge assim como boa alternativa o cultivo de trevos, os quais se mantêm durante a primavera e verão. O tratamento de inverno, associado à poda bem dirigida, resulta em frutos de melhor aspecto, conservação e com menos exigência de tratamento com defensivos. A aplicação de fungicidas erradicantes, como Solabar Gebutox e produtos à base de cobre mais concentrados, elimina as formas de resis-

tência das doenças e de algumas pragas, diminuindo a infestação posterior. A raspagem dos troncos, e a pulverização com a mistura de cal e cobre, tem funcionado satisfatoriamente na maioria das frutíferas.



CEBOLA

O desenvolvimento das plantas de cebola, primeiramente foi prejudicado pela falta de chuvas e agora está sendo afetado pelas intensas e freqüentes chuvas. Em algumas lavouras observou-se algum sintoma de doenças, o que pode vir a tornar-se um problema caso continue a chuva, dando condições a que as plantas fiquem muito atacadas. O tratamento com fungicidas é recomendado, usando-se principal-

mente produtos à base de Maneb ou outros, conforme orientação técnica específica. A aplicação deve ser repetido a cada 15 dias, dependendo da intensidade das chuvas e temperatura ambiente.

O controle dos inços típicos de inverno também deve ser mantido para diminuir a competição com as mudas de cebola.



ALHO

O desenvolvimento das lavouras de alho tem melhorado com a maior freqüência de chuvas, resultando inclusive em alguns prejuízos nas áreas onde a forte intensidade de água mais se fez sentir, causando erosão ou enterrando as mudas em áreas baixas.

A infestação com inços, que já citávamos no mês anterior como preocupação, está começando a prejudicar algumas lavouras, fato agravado pelas chuvas freqüentes que impossibilitam as capinas. Algumas moléstias também têm se manifestado no alho, apresentando pontuações brancas nas folhas e secamento das pontas, o que está a exigir imediatas medidas preventivas para evitar prejuízos maiores à lavoura. Estes tratamentos já estão previstos no financiamento (repass), de forma que o produtor que ainda não retirou os produtos, pode agora fazê-lo e iniciar as aplicações.

Recomenda-se ainda os cuidados permanentes na lavoura para verificar a incidência de pragas, principalmente trips e ácaros. O ácaro é ainda pouco conhecido pelo produtor, de forma que havendo qualquer sintoma desta praga (como enrolamento da ponta das folhas) o caminho adequado é consultar o técnico para estudar a melhor solução.

HORTA DOMÉSTICA PARA 5 PESSOAS

Repolho	12 m ²	cultivados em 2 épocas	- 36 m ²
Couve	12 m ²	cultivada em 2 épocas	- 24 m ²
Rabanete	4 m ²	cultivado em 6 épocas	- 24 m ²
Tomate	10 m ²	cultivado em 2 épocas	- 20 m ²
Pepino	10 plantas		- 25 m ²
Alface	12 m ²	cultivado em 6 épocas	- 72 m ²
Rúcula	6 m ²	cultivado em 4 épocas	- 24 m ²
Cenoura	18 m ²	cultivado em 2 épocas	- 36 m ²
Cebola	40 m ²	cultivada em 1 época	- 40 m ²
Condimentos	2 m ²	cultivados em 2 épocas	- 4 m ²

Total 119 m²

HORTA SUGERIDA PARA JULHO/AGOSTO

Espécie	Varietade
Repolho	Coração de boi, chato de quintal
Couve	Manteiga Geórgia
Rabanete	Redondo vermelho, Saxa
Rúcula	Cultivada
Cenoura	Kuroda Nacional
Alface	Maravilha de verão
Beterraba	Tall Top Early Wonder

12,5 m

6 m	6 m
Julho Repolho	Julho Repolho
Julho Beterraba II	Julho Couve
Julho Espinafre	Julho Beterraba I
Julho Cenoura I	Julho Cenoura I - Cenoura I
Julho Alface II	Julho Rúcula II
Julho Cenoura II	Julho Rabanete III

13 m

Cebola - observar limpeza da área
Prevenir moléstias.

Espaçamento: 10 cm entre plantas
30 cm entre linhas

4 m



COTRIEXPORT -
CORRETORA DE
SEGUROS LTDA.

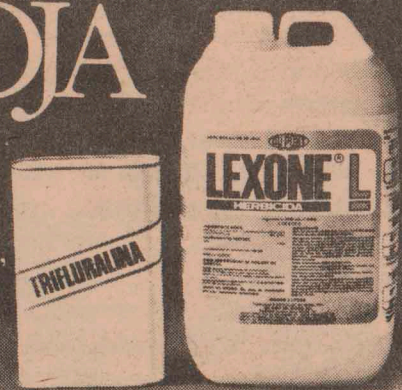
INVESTIMENTO EM
SEGURO, SEJA
INCÊNDIO, VEÍCULOS,
ROUBO, VIDA,
ACIDENTES PESSOAIS
E OUTROS,
REPRESENTA
TRANQUILIDADE
CONTRA AS
INCERTEZAS DO
DIA-A-DIA.

A COTRIJUI ATRAVÉS
DE SUA CORRETORA
DE SEGUROS, PRESTA
TODAS AS
INFORMAÇÕES E
ASSISTÊNCIA
TÉCNICA.

Em Ijuí: Rua das Chácaras
1513 - fone 332-1914
ou 332-2440 ramal 364
Em Porto Alegre: Av.
Júlio de Castilhos, 342
5º andar - fone 33-50-32

SOCIEDADE PROTETORA DA SOJA

Lexone L + Trifluralina,
a defesa contra
as ervas daninhas.



Os sojicultores não arriscam. Eles usam LEXONE L + Trifluralina para uma defesa segura e econômica contra as ervas daninhas.

A Du Pont está bem acompanhada ao recomendar LEXONE L + Trifluralina. Os sojicultores, em muitos estados brasileiros, são da mesma opinião.

Porque com LEXONE L + Trifluralina os sojicultores não têm que aguardar condições climáticas adequadas e estágio de crescimento das ervas para então proteger sua plantação. Nesta safra use herbicida pré-emergente antes que seja tarde demais.

Conte com a proteção pré-emergente de LEXONE L + Trifluralina

durante o plantio. O uso dessa combinação vitoriosa no estágio inicial evita que as ervas concorram com sua soja e libera o maquinário para tarefas mais produtivas.

• MAIS CONTROLE • MAIS ECONOMIA • MAIS LUCROS. LEXONE L + Trifluralina, positivamente a SOCIEDADE PROTETORA DA SOJA.

DU PONT

AGROQUÍMICOS

Desburocratização

O CRÉDITO DISPENSA EXIGÊNCIAS

As medidas foram formalizadas na circular 706, que até agora vem dando alguma dor de cabeça aos que se dispõem a interpretá-la. Acontece que nem tudo ficou bem claro, e muitas dúvidas só serão superadas com instruções complementares do Banco Central, que ainda não foram recebidas pela Gerência de Crédito da Cotrijuí. Há ainda quem diga que, na verdade, as decisões tornam mais fáceis as operações para liberação do custeio, por um lado, e por outro dificultam, principalmente, o trabalho de fiscalização.

GARANTIAS

O Conselho Monetário decidiu, por exemplo, que os produtores não mais precisam preencher propostas para receber custeio. Também dispensou a apresentação de garantias, como a hipoteca de imóveis, e afrouxou a fiscalização quanto às exigências de ordem burocrática. Assim, os produtores contarão com os recursos em conta corrente, e aplicarão as verbas de acordo com suas necessidades, com o pagamento direto das compras efetuadas. O banco fica, no caso, sem a responsabilidade de efetuar o pagamento dos fornecedores de produtos como insumos.

A partir da próxima safra de soja, também fica parcelada a liberação dos financiamentos, e a fiscalização só acontecerá quando o produtor for aplicar a segunda parcela. Outro aspecto também muito discutido é o que deixa por conta do agricultor a utilização ou não de sementes certificadas, desde que ele esteja certo de que alcançará uma boa produtividade. Também fica a cargo do produtor aplicar o total do custeio de acordo com seus interesses. Com isso, ele não fica na obrigação de destinar percentuais fixos para insumos, entre os quais o adubo, como se exigia até agora.

O produtor vai distribuir a verba conforme seus interesses, e se quiser pode reduzir ou não a quantidade de adubo aplicado na lavoura, e até dispensar outras exigências que vigoravam até então. Além disso, na hora de devolver o dinheiro ao banco (ou o repasse, se for o caso), ele terá facilidades. Os financiamentos serão pagos em quatro prestações, e com isso o Conselho Monetário Nacional entende que o agricultor terá maior liberdade para comercializar sua safra sem muita pressa.

Várias medidas que se relacionam com o crédito rural, e que nunca chegaram a fazer parte das reivindicações consideradas prioritárias pelos produtores, foram adotadas em junho pelo governo. Numa reunião do dia 16, o Conselho Monetário Nacional anunciou, para surpresa de muita gente, que a partir de agora a liberação de financiamentos será desburocratizada. Isso quer dizer, em síntese, que o produtor que tomar recursos com valor que fique em torno de até Cr\$ 4 milhões será desobrigado de cumprir com uma série de exigências burocráticas.

CONFIANÇA

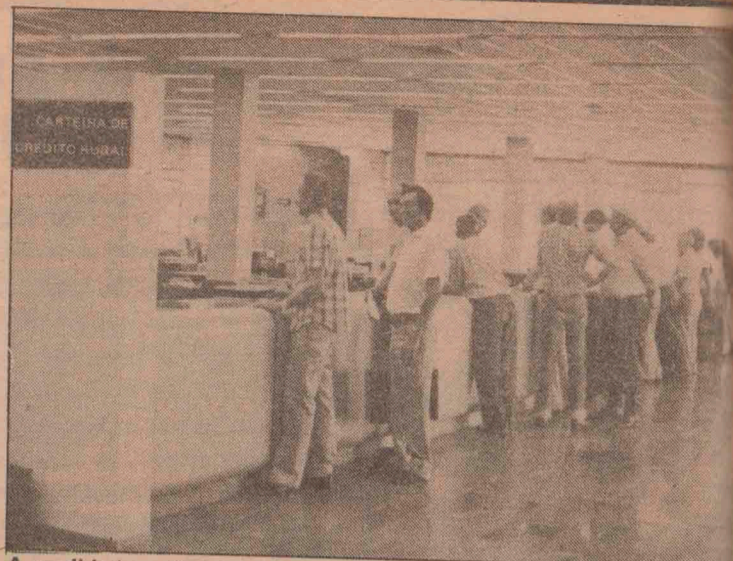
Estas medidas, segundo o diretor de Crédito Rural do Banco Central, José Kleber Leite de Castro, demonstram a confiança que o governo passa a ter na aplicação correta dos recursos. Ele alerta, no entanto, que a má aplicação das verbas resultará em sanções. Quem desviar o dinheiro, terá que devolver o que recebeu com juros que ficarão perto de 100 por cento ao ano. Além disso, não terá direito a Proagro e tampouco poderá receber novos financiamentos, se a falta for grave.

No início de julho, o diretor de Crédito Rural veio a Porto Alegre, para comentar estas medidas, mas não conseguiu esclarecer alguns pontos ainda obscuros. Não se sabe, por exemplo, como ficará a fiscalização da aplicação dos recursos. As medidas determinam que a primeira parcela do financiamento seja liberada sem qualquer burocracia. Mas estabelece também que, no momento em que o produtor for receber a segunda parte, um fiscal deverá constatar a correção da aplicação da primeira parcela, referente ao preparo da terra.

FISCALIZAÇÃO

Aí é que estaria um ponto conflitante das novas medidas, com a intenção de se desburocratizar o crédito. Acontece que, com essas novidades, é deixada de lado a fiscalização por amostragem, e todos os produtores passarão pela vistoria, antes da aplicação da segunda parcela. Tem mais ainda: depois da colheita o produtor passará por outra fiscalização, para que se constate a aplicação correta dos financiamentos. Essa última fiscalização poderá, contudo, ser substituída pelos comprovantes do que ele comercializou.

O problema está na fiscalização após a aplicação da primeira parcela. Como as cooperativas, que repassam os financiamentos a milhares de associados, poderão realizar este serviço? De que forma todos os produtores poderão ser visitados, e quanto tempo se levaria para cumprir esta tarefa, sem considerar a necessidade da contratação de pessoal para realizar este trabalho? Por enquanto, nada se sabe a respeito disso, mas o Banco Central já anunciou que está estudando o assunto.



A medida beneficia que toma financiamentos de até Cr\$ 3.884 mil

Liberdade total na utilização dos recursos

A desburocratização vai atingir apenas os produtos que têm VBC (Valor Básico de Custeio) e garantia de preços mínimos. E só serão beneficiadas as operações que não passem de 500 MVR (Maior Valor de Referência), o que representa exatamente Cr\$ 3.884.100,00. As principais medidas podem ser assim sintetizadas, apesar de dependerem ainda de instruções mais completas para sua aplicação:

- Os contratos serão fechados sem a apresentação antecipada de propostas. E o orçamento do custeio não terá maiores discriminações, fazendo constar apenas que o financiamento se refere ao custeio de uma lavoura com tantos hectares. Isso quer dizer que, no orçamento, o banco não vai discriminar a aplicação de percentuais exatos para cada gasto do produtor. Ele fica desobrigado inclusive da utilização de insumos, se entender que assim deve proceder.

- O produtor vai poder adquirir sementes de quem bem entender, desde que estas sejam de qualidade e não comprometam a safra. Sua certeza numa boa colheita é a única garantia que o banco exige. Não será, aliás, exigida a hipoteca de imóveis para que se tome o financiamento. O banco apenas receberá como penhor as notas de crédito rural assinadas pelo produtor.

- Os recursos vão ficar em conta corrente, e poderão ser utilizados com toda autonomia pelo produtor. Assim, ele é que fará o pagamento direto de tudo o que comprar. Mas o Banco Central enfatiza a importância de serem guardadas todas as notas e outros comprovantes de despesas. Dessa forma, poderão ser evitados transtornos no caso, por exemplo, de uma frustração de safra.

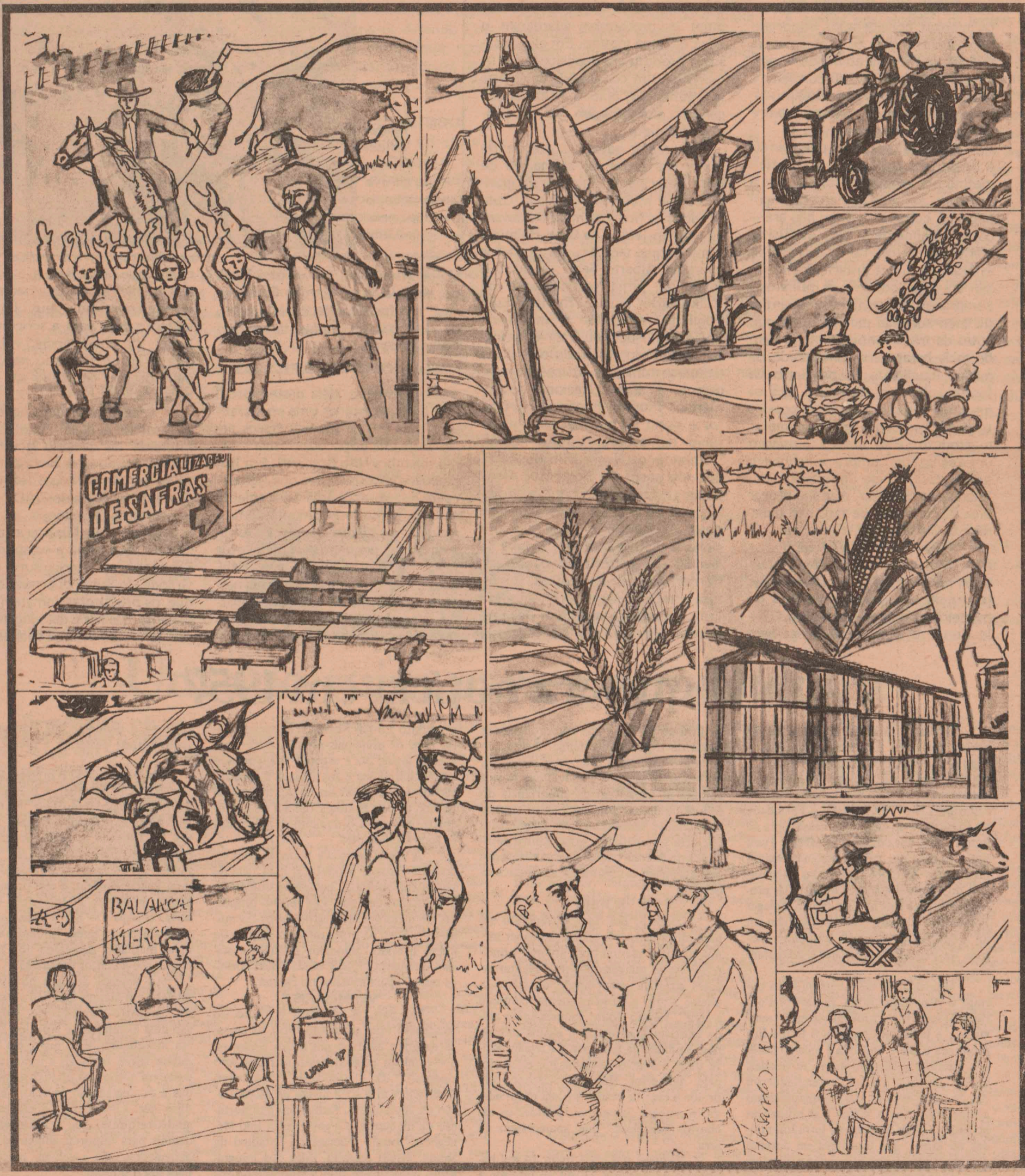
- Os financiamentos vão ser liberados em três parcelas. A primeira, com 40 por cento do total, no ato da contratação. A segunda, de 30 por cento, será liberada 30 dias após; e a última, 120 dias depois, ou seja, pouco antes da colheita. A Fecotri questionou este critério, lembrando que o produtor necessita de muito mais recursos quando vai formar a lavoura, e de menos dinheiro depois, com tratamentos culturais e colheita. Por enquanto, não há nada que indique uma alteração neste critério.

- O pagamento da dívida acontecerá em quatro prestações: a primeira, 30 dias após o término da colheita, correspondendo a 20 por cento do débito; a segunda, referente a 30 por cento, 60 dias após a colheita; a terceira, de 25 por cento, 90 dias depois; e a última, também referente a 20 por cento da dívida, 120 dias após a colheita. O produtor não terá, portanto, que devolver todo o valor do financiamento de uma só vez, como vinha acontecendo.

- Quem aplicar corretamente os recursos, não terá motivos para se preocupar com o recebimento do Proagro, se acontecer frustração. Por isso todos os comprovantes de despesas devem ser guardados. Vai depender da primeira experiência, com a próxima safra de soja, a manutenção ou não destas medidas, já que, para o Banco Central, a desburocratização não pode comprometer a produção e os atuais níveis de produtividade.

Cotrijuí-Ano 25

A nossa história



No tempo das fraudes do trigo-papel

Na Ijuí de 25 anos atrás, o ponto de encontro dos tricultores da época era a Casa Veterinária Elmers, instalada na rua do Comércio, onde hoje está uma loja de calçados (a Naur). Era ali, nas rodas de chimarrão que se formavam todos os dias, que se discutiam os acontecimentos considerados importantes, especialmente os problemas da triticultura — uma atividade recém-iniciada na região. E ali começou a nascer a idéia dos próprios produtores cuidarem da armazenagem e comercialização do seu trigo.

Naquele tempo até que plantar e colher era o de menos. O difícil mesmo era vender o produto. Era a época do até hoje comentado trigo-papel. A compra do trigo não era — como atualmente — feita exclusivamente pelo Governo (o monopólio estatal). A única interferência oficial era a que obrigava os moinhos a comprarem determinadas quantias de trigo nacional para ter direito às cotas de trigo importado (que além de mais barato era considerado de melhor qualidade na produção de farinha). Só que era muito fácil os moinhos completarem a sua cota de trigo nacional sem de fato comprar o produto. Eles apenas passavam um recibo de compra e retiravam suas cotas de trigo importado. Não interessava comprar, mas sim provar uma compra que de fato não ocorria. Daí o nome de trigo-papel.

PAGAR PARA VENDER

Com esta situação, os tricultores não tinham para quem vender suas colheitas. No depoimento do primeiro presidente da Cotrijuí, Nilo Bonfanti, esta situação fica bem

clara:

— A minha primeira safra de trigo, em 1955, consegui vender em setembro de 1956, pagando na ocasião Cr\$ 20,00 o saco para me comprarem.

Como a comercialização demorava para acontecer, era comum os produtores guardarem o trigo em casa mesmo. Em alguns casos o produto era depositado na firma Glitz, um comprador de cereais no município, com o produtor pagando a armazenagem por um tempo indefinido.

A maior parte dos freqüentadores das rodas de chimarrão da Casa Veterinária Elmers eram granjeiros que moravam na cidade. Quase todos os finais da manhã estavam ali: o proprietário da Casa, Helmuth Elmers, que também era produtor de trigo; Alberto Sabo, produtor e sócio da firma representante da Volkswagen e Alfa Romeo; Luiz Fogliatto, produtor e industrial; Léo Miron, sócio da Casa Veterinária; João Perondi, produtor e dono de um curtume; David José Martins, gerente do Banco Nacional do Comércio; Fiorino Fontinelli, produtor e dono do cinema local, e seu sócio na lavoura, Vitório Marini; Humberto de Negri; Nilo Bonfanti, que era sócio de Fogliatto; Alceu Krugg Ferreira, produtor e industrial; Hilnon Correa Leite, chefe do posto Agropecuário (onde hoje funciona o CTC) e sócio de Elmers na lavoura; Rodolfo François, secretário do Fomento Agrícola da Prefeitura e também produtor; Reinhold Luiz Kommers, produtor e vice-presidente da Cooperativa Agrícola



Tempos difíceis para o trigo, que tinha na comercialização seu maior problema

Mista Mauá Ltda.; Francisco Rufino, Arioaldo de Freitas Casanova (que era funcionário do Ministério da Agricultura), Ludwig Mrozinski e ainda outros.

“NOS ACHÁVAMOS FRACOS”

A primeira idéia deste pessoal não era a de fundar uma cooperativa, “pois nos achávamos fracos para constituir uma cooperativa”, como relembra Nilo Bonfanti. Em Ijuí já existia a Cooperativa dos Agropecuaristas, que atendia basicamente os colonos no fornecimento de fungicidas, inseticidas, arames, ferramentas e pequenos implementos (veja na página 9). A sua idéia, então, era a de entrar de sócios nesta cooperativa e ali criar um departamento de trigo. Mas houve resistência dos associados da Agropecua-

ristas, que entenderam a admissão dos granjeiros do trigo como uma interferência nos seus interesses, voltados mais para a agricultura colonial, de subsistência. Foi então que o grupo formado na Casa Elmers decidiu constituir sua própria cooperativa.

A idéia cresceu e vingou. Nisto eles foram também auxiliados pelo interesse do próprio governo em que os produtores se organizassem na produção de trigo. Houve o incentivo por parte do DAC — Departamento de Assistência ao Cooperativismo — do Ministério da Agricultura, que tinha a colaboração da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul. Foi através do DAC que os produtores tomaram conhecimento das leis e das exigências para a fundação de uma cooperativa.

O que era notícia em 1957

O Brasil firma um acordo para importar alimentos dos Estados Unidos, o trigo ganha um preço mínimo de Cr\$. . . 400,00 para a safra do ano seguinte, os americanos temem uma invasão russa à “Europa Livre”, Ijuí instala a Faculdade de Filosofia e se anuncia a descoberta de uma vacina capaz de curar o câncer. Tudo isso é notícia em 1957, e está nas páginas do Correio Serrano, junto com os anúncios dos grandes atacados de Ijuí, das propagandas políticas que ajudariam a eleger Leonel Brizola para o governo gaúcho em 58, e das publicidades que avisavam a chegada da Pepsi-Cola aos bares e restaurantes.

O pessoal da cidade usava Brim Coringa e Alpagatas Roda, fumava-se Continental sem filtro, a juventude era “transviada”, e bebia-se Grapette, o Clube Ijuí promovia o Baile da Chita e o carro DKW e a Lambretta surgiam como novidades. Os agricultores, que não acompanhavam tão de perto essas modas, testemunhavam a modernização da região e as mudanças no mundo pelas notícias de letrinhas miúdas do jornal, que transitava em dezenas de municípios, todas as quartas e sábados.

O ano de 57 herdou a seca iniciada

no inverno de 56, e que comprometeu as safras de trigo, milho, feijão. A situação era grave e mereceu este alerta do jornal, no início do ano: “É possível que nossos colonos se capacitem da importância do reflorestamento, pois em outros tempos dificilmente aconteciam as calamidades que vêm se repetindo agora, dentro de ciclos semelhantes e apenas mais curtos aos que assinalam as espantosas estiagens nordestinas”.

A JURO

O apelo, que tem se repetido até hoje, dizia-mais: “É preciso derrubar menos matos e plantar mais árvores, principalmente às margens dos rios. Plantar árvores significa: recuperação do solo, dinheiro a juro e, principalmente, combate à seca”. Mesmo assim, naquela época ainda existiam mais matas e alguns animais hoje sumidos da paisagem da região. Prova disso é o anúncio publicado em maio, pelo agricultor Reinoldo Uecker, que proíbe a caça de veados em sua propriedade, e ameaça “abater ou prender os cachorros veadeiros” que aparecessem na área.

Naquele ano, Ijuí tinha 14 mil habitantes na cidade e 23 mil no interior, e

o prefeito Lothar Friedrich andava às voltas com os principais problemas da zona urbana (água, luz e esgoto). Inaugurou-se a nova hidráulica e foi iniciada a construção da Usina do Passo do Ajuricaba. Na região, as caixas rurais tinham os cofres abarrotados com o dinheiro da poupança de seus depositantes.

A Ascar realizava reuniões com esposas e filhas de produtores para falar de saúde, maternidade, economia doméstica e indústrias caseiras. Ijuí recebe propostas de investimentos estrangeiros no município, e vai se propagando o plantio de milho híbrido. Anúncios insistentes avisam que havia terras à venda, “sem formiga saúva”, para gaúchos no Paraná.

“VERMELHOS”

No país, já se falava no voto do analfabeto (que ainda não vota), na ameaça da gripe asiática, nos beijos prolongados e outras intimidades mostradas pelo cinema. O presidente Juscelino Kubitschek cria a Comissão de Mecanização da Agricultura, facilitando a importação de máquinas, e o governador Ildo Meneghetti instala a Secretaria Estadual da Saúde. Plínio Salgado, líder dos integristas, preocupa-se com a ingenuidade dos

colonos, e denuncia que “os vermelhos” (comunistas) passaram a pregar na zona rural.

Morrem em 57 o presidente da Áustria, Theodor Koerner, e o ex-presidente do Brasil, Washington Luiz. Na Guatemala, o presidente Castillo Armas é assassinado. Na Espanha, o generalíssimo Franco demite seu ministério e diz que “o país vai mudar”. Nos Estados Unidos já se teme uma guerra nuclear, e no Oriente Médio árabes e judeus brigam pelo Canal de Suez. O Papa Pio XII se manifesta contra a instalação da Igreja Católica na China, e a lei marcial é decretada no Chile, para conter movimentos populares.

A ameaça de uma possível guerra nuclear e o alarma diante do crescimento do “monstro vermelho do comunismo” são dois exemplos de assuntos ainda hoje em manchetes. Além disso, em 57, entre outros temas regionais e nacionais, se discutia em torno dos prejuízos das queimadas e da degradação do solo. Também se dizia que a Previdência Social estava exigindo reformas, que o Brasil era grande demais para importar alimentos e que os agricultores não recebiam preços justos para sua produção.



Nem a chuva pôde impedir a fundação

No dia 20 de julho de 1957 choveu. E bastante. Para aquela data fora convocada a assembléia de fundação de uma cooperativa com o objetivo de "congregar os plantadores de trigo da região, para promover a defesa de seus interesses econômicos, com a finalidade precípua de superar as dificuldades de comercialização da safra de trigo que vêm se avolumando de ano para ano". E foi nestes termos que pela primeira vez a imprensa falou da então Cooperativa Tritícola Serrana Ltda., numa notícia publicada no dia 24 de julho de 1957 pelo Correio Serrano de Ijuí, um dos jornais mais influentes, na época, em todo interior do Rio Grande do Sul.

A chuva atrapalhou um pouco os planos dos produtores que haviam convocado a assembléia, realizada no Clube Ijuí. Nem todos os interessados puderam sair de suas lavouras para participar da fundação. Mesmo assim, naquele dia surgia a Cooperativa Tritícola Serrana Ltda., reunindo os plantadores de trigo dos municípios de Ijuí, Três Passos, Tenente Portela e Crissiumal. Os fundadores foram: Granja Santa Cecília, representada por Nilo Antônio Francisco Bonfanti, Luiz Anselmo Bonfanti e Luiz Fogliatto; Granja Amoreira, representada por Rodolfo François, Ludwig Mrozinski e João Itagiba Silveira; Granja Regina, representada por Francisco Brasil da Câmara Rufino e Paulo Guimarães da Silva; Granja Nossa Senhora Aparecida, represen-

tada por Solon Gonçalves da Silva, Edwino Schroer e Waldemar Padilha; Empresa Tupi, representada por Ariovaldo de Freitas Casanovas e Hilnon Guilherme Correa Leite; Fazenda Olga, representada por Alceu Krugg Ferreira; Cooperativa Mista dos Agropecuaristas, representada pelo gerente Artêmio Corso; Cooperativa Mista Mauá, representada pelo seu presidente Reinholdo Luiz Kommers; e ainda David José Martins.

A PRIMEIRA DIRETORIA

Logo em seguida foi eleita a diretoria, sendo escolhidos Nilo Bonfanti como diretor-presidente; Léo Miron como diretor-gerente, e Rodolfo François como diretor-secretário. Os Conselheiros eram Hilnon Correa Leite, Solon Gonçalves da Silva, Reinholdo Luiz Kommers, Alceu Krugg Ferreira, Luiz Fogliatto e Alberto Sabo. No Conselho Fiscal, como efetivos, ficaram Beno Orlando Burmann, Francisco Brasil da Câmara Rufino e Leopoldo Löw.

Os suplentes do Conselho Fiscal eram Ariovaldo de Freitas Casanovas, Genésio Costa Beber e Artêmio Corso.

A intenção, com a criação da cooperativa, era colocar à disposição dos associados os insumos (adubos, inseticidas, máquinas e implementos) e ainda prestar assistência técnica direta ao produtor, além de transportar, receber, limpar, secar, armazenar e vender a produção.

AS ASPIRAÇÕES

Telmo Rudi Frantz, autor de um livro sobre toda a história da Cotrijuí nestes 25 anos (veja na página 5) é quem afirma num determinado ponto do seu texto:

— Pelo que foi visto até aqui, percebe-se que a fundação da Cotrijuí só foi possível porque, dadas certas condições globais favoráveis, um grupo de pessoas relativamente restrito tomou a decisão de fazê-lo. Não fora isto, a Cotrijuí não teria sido criada naquele momento e nas

condições em que foi, por mais que o Estado o pudesse desejar. Estas pessoas, embora poucas, representavam na verdade as aspirações ou o projeto mais geral de um grupo social maior ao qual pertenciam: o dos granjeiros, empresários do trigo. A análise nos mostrou os limites e dificuldades que esta categoria social enfrentava, bem como sua relativa fraqueza diante da burguesia industrial, cujo projeto de industrialização do país mudara as condições de reprodução do capital na agricultura mecanizada do Sul do País. Assim, a reação dos granjeiros face a essa política global é que contribuiu também para que o apoio oficial ao cooperativismo ocorresse. Trata-se, na verdade, de um apoio negociado, na medida em que, atendendo em parte as reivindicações dos tricultores, permite também ao Estado interferir de forma mais eficaz no sistema de produção agropecuário, integrando o setor ao projeto de desenvolvimento industrial já delineado para o País. Assim, a decisão destas poucas pessoas ao criarem a cooperativa, está inserida e encontra o seu sentido no contexto geral de atuação da classe a qual estas pessoas pertenciam. Esta atuação implica na redefinição das relações dos tricultores empresários com as outras categorias sociais interessadas de uma ou de outra forma na riqueza agrícola produzida: moínhos, comerciantes, indústrias de máquinas e equipamentos, colonos e o próprio Estado.



A reunião de fundação aconteceu numa sala do Clube Ijuí

Um ano ruim para a suinocultura

“O colono recebe cada ano menos pelo que produz. Hoje o feijão preto vale menos do que valia em 1955. A linhaça vale o que valia em 1954. A soja está valendo o que valeu no ano passado. O porco baixou em cerca de 15 por cento e o Governo Federal ainda importou excedentes de banha americana. Parece, pois, esclarecido em parte o milagre anunciado pelo presidente Juscelino Kubitschek (de que o custo de vida baixou no país). O colono é que paga o pato, pois paga cada dia mais caro pelas utilidades de que necessita”.

Esta queixa, com base em dados da Associação Comercial e Industrial, é divulgada pelo Correio Serrano em novembro de 57. Aquele foi realmente um ano de queixas, e muito mais que a situação do trigo, os rumos para a suinocultura é que mereciam debates. O jornal abriu, durante 57, espaços não muito grandes para falar apenas duas vezes da criação da Cotrijuí, e deu poucas manchetes à triticultura. Mas a suinocultura ganhou um lugar cativo até para um prolongado debate entre o presidente do Frigorífico Serrano na época, Rosalvo Scherer, e o produtor Lourival Barcellos de Souza, de Ramada (Ajuricaba).

Segundo Scherer, o Brasil precisava ampliar sua produção de suínos, pois a ociosidade das indústrias era grande e o índice zootécnico dos rebanhos muito baixo. Ele defendia “o progresso da suinocultura”, pregando o uso de rações balanceadas e a melhor escolha das raças, para que um leitão estivesse com “no mínimo” 100 quilos aos seis meses de idade. “Estamos na era atômica”, dizia Scherer, que chegou a distribuir gratuitamente porcos vermelhos Duroc Jersey aos criadores, e que recomendava a eliminação de criadeiras que não entregassem, ao desmamar a ninhada, “pelo menos oito robustos leitões, com pesos de 12 a 15 quilos”.

MIRAGENS

E era mesmo possível criar porcos com 100 quilos aos seis meses? Para o produtor Lourival Barcellos de Souza, a modernização proposta pelo frigorífico estava longe de acontecer com tanta pressa. Lourival não acreditava em “rações milagrosas”, e entendia que a suinocultura deveria ser analisada a partir da “dura realidade da prática”, e não com base “em teorias ou livros”. Ele repetia que não era contrário ao progresso, mas sim “aos conselhos alicerçados em miragens”. Na época da discussão, o criador

gaúcho conseguia comprar sete sacos de milho com 100 quilos de porco, segundo Lourival, e não foram poucos os que se envolveram nessa discussão. O vereador e produtor Reinholdo Kommers (hoje presidente do Sindicato Rural de Ijuí) chegou a liderar um grupo de criadores dispostos a investigar as pocilgas “modernizadas” do município. Numa delas, da Linha 11 Norte, descobriram que o proprietário possuía “chiqueirinhos primitivos”, bem ao contrário da situação que propagava através dos debates no jornal.

Também o Frigorífico Serrano foi desafiado a mostrar os porcos com 100 quilos aos seis meses, mas depois Rosalvo Scherer admitiu que estes animais existiam, por enquanto, somente em livros ou em países mais desenvolvidos. A discussão manipulava com bastante números, e já em 57 os produtores discordavam na hora de fazer cálculos sobre custos da produção. Divergiam os dados sobre preços do milho, do porco vivo, das rações, dos fretes.

SÃO THOMÉ

E também se falava no uso de pastagens artificiais para a criação de suínos, como comentava, em novembro, o supervisor da Ascar, Edmundo Schmitz. A sui-

nocultura moderna começava, de qualquer forma, a ser questionada, e Lourival de Souza encerrou sua participação no debate, no fim do ano, dizendo-se “desconfiado e incrédulo como São Thomé”, diante das promessas de maiores ganhos para o criador, se a atividade “acompanhasse o progresso”, como afirmava Scherer.

Lourival já faleceu, e o presidente do frigorífico também não mais existe. Mas essa discussão vai muito longe. Desde o início dos anos 70 o porco de seis meses atinge 100 quilos sem muitas dificuldades, e a partir de 79, com o pique da modernização a reboque da tal de peste africana, até com animais de cinco meses se consegue este peso, dependendo das raças escolhidas e do manejo da criação.

Só que muitos criadores, desconfiados como São Thomé e Lourival, terminaram descobrindo que a saída não é bem esta. Por trás das inovações, como se sabe agora, há todo um processo de aniquilação do pequeno criador. Em 1957, o velho Scherer e tantos outros talvez estivessem longe de saber que progresso, modernização e desenvolvimento seriam palavras que não conseguiriam se traduzir em melhoria de vida para o agricultor.

A idéia de fazer uma cooperativa diferente

Num encontro com alguns dos fundadores da Cotrijuí, eles recordam a situação do trigo em 1957 e contam as razões que provocaram a criação de uma nova cooperativa. Também falam de suas lembranças sobre o início da mecanização e da expansão da triticultura em toda região.

O que levou vocês a fundarem uma nova cooperativa se já existiam outras na região?

Léo Miron: Não é que era um acaso especial a criação de uma nova cooperativa, que se tivesse a intenção de criar uma cooperativa separada. É que as cooperativas pequenas, como existia a dos Agropecuaristas, não tinham estrutura para receber uma safra. Além destas cooperativas, que eram de consumo, as outras que existiam eram de crédito Reiffeisen, como essa de Augusto Pestana e uma de Ijuí. Naquele tempo, uma safra de 20.000 sacos era uma safra grande. Ninguém tinha armazéns, tanto é que em 1955, 56, 54, na firma Glitz foram feitos armazéns cobertos com lonas. Então não é que a gente quis se sentir melhor naquela época, mas é que eram lavouras de produção grande na época. Por isso estava se criando a idéia para a fundação de uma cooperativa completamente diferente. Depois, no Governo também estavam amparando. Naquele época o DAC — Departamento de Assistência ao Cooperativismo — estava dando cobertura para a criação de cooperativas tritícolas.

Helmuth Elmers — Antes disso aí, nós tentamos e conseguimos criar um Sindicato, criado também em função do trigo. Inclusive como Sindicato chegou a funcionar algum tempo aqui em Ijuí. E até foi criada uma comissão entre Santo Ângelo, Cruz Alta, Passo Fundo e Carazinho. Eram cinco elementos que foram falar com o ministro da Agricultura, o Costa Porto, e o presidente Café Filho, para ele dar um apoio à triticultura. Este sindicato acho que foi fundado em 1954.

Léo Miron — Acho que não era sindicato. Era Associação.

Helmuth Elmers — Acho que era sindicato. Não é seu Löw?

Leopoldo Löw — Não me lembro.

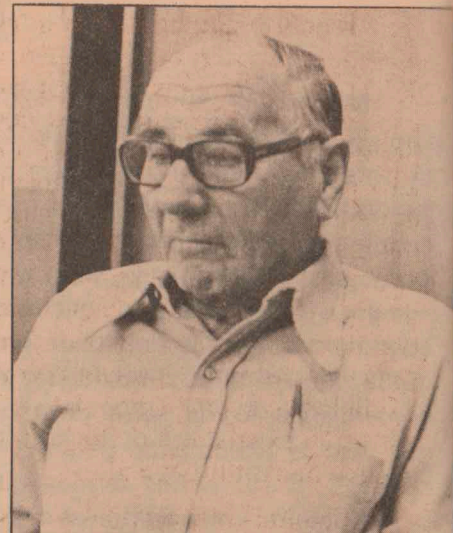
Léo Miron — Quando vocês foram a Bagé, que pegaram o ônibus em frente à agência Chevrolet ali,



Léo Miron



Helmuth Elmers



Leopoldo Löw

que foi junto o François, que trabalhava na área de Fomento Agrícola da Prefeitura, era uma Associação de Triticultores. Em Sindicato não se falava na época.

Como é que funcionavam estas associações, e por quem eram formadas?

Léo Miron — Eu estou me lembrando do seu Löw, seu Kommers, o Hilnon...

O TRIGO NÃO TINHA COMPRADOR

Helmuth Elmers — Antes disso já tinha plantadores. Basta dizer que antes da compra feita pelo Glitz eu carregava vagões aqui, consignado a mim mesmo em Porto Alegre para vender o trigo em Porto Alegre através do Serviço de Expansão do Trigo. Se não me falha a memória eram 10 vagões e aceitavam bem o produto lá em Porto Alegre.

A Associação então também tinha preocupação com a comercialização?

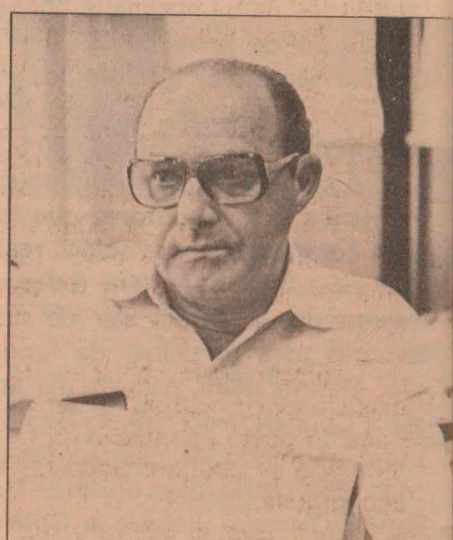
Helmuth Elmers — Claro. Não havia espaço, não havia armazém para guardar o produto e não havia transações comerciais do trigo. Não havia comprador. Então me sujeitei, carreguei o produto e fui vender em Porto Alegre para os moinhos. No ano seguinte o Glitz achou que era um bom negócio e tal, e começou a comprar para vender para os moinhos através do Serviço de Expansão do Trigo.

Léo Miron — Existia também a Featrigo — Federação das Associações de Trigo — e o Alceu Krugg Ferreira fazia parte da Federação. O Alceu era o mais metido e quem entendia de fazer os cálculos de custo. Ela viajava junto com o Genaro Krebs, do DAC, e então se reunia dinheiro e eles iam representar os produtores daqui. Ele tinha tempo para fazer os custos e fazia umas manobras para fazer os custos de produção já naquela época.

Como é que acontecia a fixação do preço do trigo?



Reinholdo Luiz Kommers



Hilnon Correa Leite

Léo Miron — Bom, aí era cada vez uma briga. Tinha que fazer um desfile.

Helmuth Elmers — O preço era feito pelo Ministério da Agricultura, que ouvia as reivindicações e os custos. Cada ano tinha que ir uma comissão ao Rio de Janeiro e aí se criou então a Festa Nacional do Trigo (em Cruz Alta). Ele então vinha ao encontro dos triticultores, e sempre nesta festa ele lançava o novo preço.

Léo Miron — Mas isto já era em janeiro, quando o trigo já estava no armazém. Não era em setembro, agosto.

Reinholdo Kommers — E se recebia muitas vezes o pagamento do trigo em março.

Léo Miron — Quantos carnavais eu me lembro que passava em Porto Alegre esperando o dinheiro do trigo. Na época se vendia o trigo em março, abril.

Como é que se dava a produção de trigo na época? Quais as dificuldades, as condições técnicas de produção? Sabe-se que com a portaria de 1957 aconteceram grandes aumentos nos custos de produção, pois foi retirado, o subsídio da importação de máquinas, como resultado da política do então presidente Juscelino Kubistchek de industrialização do Brasil. Como é que se fazia para produzir trigo em terra de campo, com "barba-de-bode", pois eram consideradas terras fracas?

DIFERENÇA DE PREÇO NÃO ERA COMO HOJE

Hilnon Correa Leite — Bom, esta parte da triticultura veio com o apoio do Governo. Aí é que surgiu o movimento cooperativista para atender os apelos do Governo, que dava vantagens incríveis para o produtor em termos de máquinas. O Governo importava as máquinas e vendia a preço de custo. Mas depois veio aquela fase em que o problema da comercialização já era mais difícil. Então o Governo se propôs a construir armazéns para as cooperativas, exclusivamente para as cooperativas, a longos prazos e juros baratos, tudo era subsidiado. Daí o sucesso da campanha. Aí então começou a industrialização do País. A nossa zona então estava perfeitamente mecanizada. Nós temos tratores aí e implementos, infra-estrutura em máquinas perfeita para aquela época. Então começaram a surgir as primeiras dificuldades, porque os preços das máquinas subiram bastante em função de antigamente, que os equipamentos eram importados e subsidiados. Na parte de preços, basicamente quem influiu mais nesta parte não era o Ministério da Agricultura. Era o Banco do Brasil que fazia os estudos econômicos junto com o Ministério, mas ele tinha mais preponderância e conferia o melhor preço possível. Muitas ve-



COTRIJUI

ANO

25

zes não coincidia com o que o produtor pedia, mas nunca era uma diferença como hoje. Hoje a defasagem é muito maior entre o que o agricultor perde em relação ao preço do trigo e o que é gasto.

Helmuth Elmers — No início, quando o Serviço de Expansão do Trigo nos cedia estas automotrizas, tratores e implementos, nós compramos uma automotriz por Cr\$ 213 mil. Era considerada a melhor automotriz, era a Massey Ferguson, para pagamento em três anos. Na época foi estipulado o preço do trigo em Cr\$ 320,00, o que quer dizer que com 1.000 sacos de trigo se pagava uma automotriz e sobrava muito dinheiro. Esta era uma das vantagens que existiam, e o Governo dava uma mão muito grande.

Léo Miron — É, houve até um ano que foi distribuído adubo, uma quota por tantos sacos de trigo colhido. Era adubo comum, hiperfosfato, que era importado da África. Tinha também a Trevo que fazia adubo na base de farinha de osso, que era uma fedentina desgraçada. O adubo foi um problema. A primeira formulação de adubo que houve aqui foi feita pelo Hilnon, uma fórmula já com cloreto de potássio, sulfato de amônia. . .

Hilnon Correa Leite — Era um negócio experimental. Fazíamos ensaios no posto agropecuário. O melhor tipo de adubo a gente fazia na cooperativa.

Pelo que se vê a Cotrijuí vai nascer num contexto de dificuldades da agricultura, algumas de caráter mais econômico, mas também uma série de problemas de ordem técnica. Aconteceram frustrações de safra nesta época, não?

Hilnon Correa Leite — Sim, exatamente. Em 1959, 60, houve uma frustração muito grande. Me lembro que fui chamado a Porto Alegre para fazer parte de uma comissão para estudar o problema da semente fiscalizada. Aí é que surgiu

a semente fiscalizada que ainda tem hoje.

80 HECTARES, UMA LAVOURA GRANDE

Léo Miron — Naquela época em que foi fundada a Cooperativa, por exemplo, eram considerados grandes produtores o seu Mrozinski, que plantava 100 hectares, o Helmuth Elmers, que plantava 80, o seu Kommers. Isto era lavoura grande.

Os pequenos produtores também cultivavam trigo na época?

Reinholdo Kommers — Era para o gasto. O que sobrava era pouco.

Hilnon Correa Leite — Eu cheguei em Ijuí em 1945 e naquela época eu fazia parte do Ministério da Agricultura. Era época em que se estava começando a cultura do trigo, ligando as lavouras. Lavouras de colônia. Eu me lembro que aqui em Ijuí basicamente existia trigo em Dr. Bozano, que antigamente se chamava Faxinal, em Salto. Aquilo era a zona do trigo. Praticamente 80 ou 90 por cento do trigo era produzido lá. Depois então é que começou a se expandir no campo e na própria lavoura dos colonos.

Léo Miron — Mas não era trigo comercial. Dava para o gasto. . .

Reinholdo Kommers — Se cortava a foicinha e se trilhava com uma trilhadeira.

Hilnon Correa Leite — O Governo estava interessado em mecanizar a lavoura, e então trouxemos aqui para o Posto Agropecuário uma ceifadeira atadeira. Cortava e atava. Foi um sucesso, que maravilha. Era só apanhar os feixes e meter na trilhadeira. Depois veio a rebocada. Logo depois duas rebocadas para alugar para fora também. Elas já cortavam e trilhavam e tinham que ser tracionadas pelo trator. Finalmente então veio uma automotriz e foi um sucesso. Daí começou a expansão.

O prefeito da época: “Não se imaginava um crescimento assim”

“Naquela época, o cooperativismo andava até um pouco descreditado, em função de falhas administrativas notadas em outros municípios, e não se poderia imaginar a dimensão que a Cotrijuí pudesse assumir”. Quem se recorda disso é o seu Lothar Friedrich, prefeito de Ijuí em 57 e um dos tantos que lidaram, anos atrás, com um modelo artesanal e hoje superado de cooperativismo, que foram as caixas rurais Raiffeisen, agora substituídas pelas cooperativas de crédito.

Seu Lothar lembra que a Prefeitura teve uma participação bem modesta no surgimento da Cotrijuí, ajudando nas obras de terraplenagem e infra-estrutura do primeiro armazém (hoje ocupado pelo entreposto de hortigranjeiro), e adquirin-

do o terreno onde seria construído, no mesmo ano, outro armazém que serve agora como depósito de sementes, perto da indústria de óleos. “Naquele ano” — diz ele — “Doutor Bozano era um distrito onde se plantava cana, havia muitos alambiques, e eu me recordo que as reuniões aconteciam com frequência no interior”.

UMA SEMENTE

O novo cooperativismo que prometia surgir, em função da triticultura, talvez não fosse, no entanto, bem assimilado na época, como ele admite. O sistema abrigava cooperativas bem locais, como a Caixa Rural de Ijuí, que o próprio Lothar gerenciou durante uns 10 anos. A Caixa funcionava na casa da família Friedrich, na rua Sete de Setembro, 761, e dona Meta, mãe do ex-prefeito, era quem cuidava do atendimento aos associados. “Há em Ijuí umas 50 casas construídas com o dinheiro dessa Caixa rural”, garante ele.

Para seu Lothar, o cooperativismo evoluiu, e tem hoje pelo menos a vantagem de estar melhor administrado. “Mas é um sistema dentro de outro sistema, quase um estado econômico dentro de outro, e isso cria atritos naturais”. Mesmo assim, ele aposta num cooperativismo efetivo e bem mais amplo, e mantém uma crença que carrega há tempos: “Quem sabe, seja esta a semente de um sistema justo, que ainda não existe em parte nenhuma do mundo”.

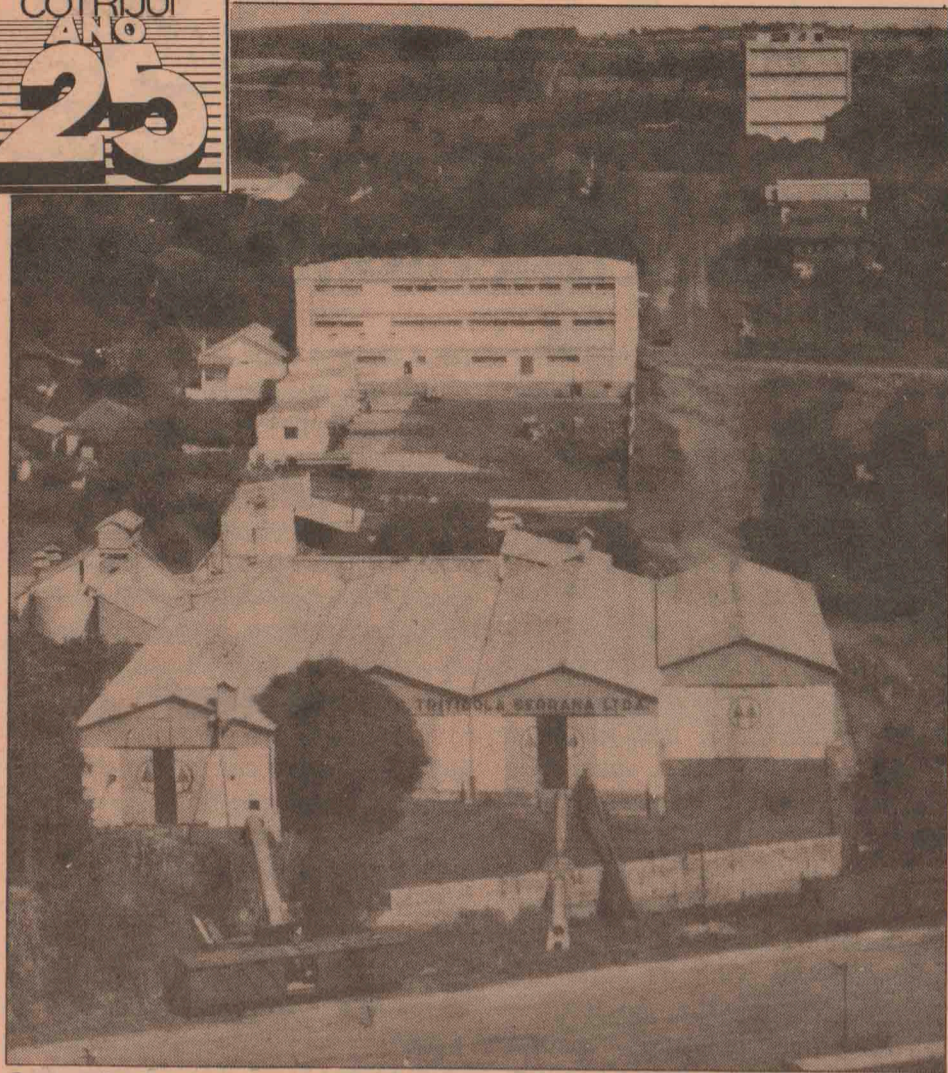


Lothar Friedrich: cooperativismo evoluiu

Cotrijuí, um trabalho plantado com união que vem dando frutos há 25 anos.



Adubos CRA se orgulha de fazer parte desta união.



O armazém ficou pronto em 136 dias. Aos fundos aparece a sede

A primeira decisão: construir um armazém

A primeira sede da Cooperativa Tritícola Serrana foi emprestada. Era uma sala no prédio do cinema América. Depois, um dos fundadores, Helmuth Elmers, cedeu também uma sala na sua Casa Veterinária. Naquelas alturas, o mais importante era se preparar para receber a safra de trigo, já plantada antes mesmo da fundação. É por isto que a primeira decisão do Conselho de Administração foi comprar um terreno e "tratar da aquisição do equipamento necessário para um armazém moderno", como diz a ata número 1 do Conselho de Administração, reunido no dia 24 de julho.

O capital era de apenas Cr\$. . . 90.000,00, o resultado do primeiro esforço de integralização. Deste valor, Cr\$ 50.000,00 foram destinados à entrada de um terreno e a compra de uma máquina de escrever e despesas com livros e registros da Cooperativa.

Passavam apenas 40 dias da fundação da Cooperativa quando foi contratada a construção de um armazém metálico com área coberta de 2.400 metros quadrados. No dia 4 de dezembro — 136 dias após a sua criação — entrava a primeira carga de trigo no armazém da Cooperativa. E ele foi construído sem financiamento oficial, pois a nova entidade não tinha qualquer garantia ou tradição para oferecer. O que se conseguiu foram financiamentos

a curto prazo em bancos locais, garantidos por avais e bens da diretoria e dos associados.

O ARMAZÉM DA COTRIN

A Cotrin (Comissão de Compra do Trigo Nacional) já tinha iniciado anteriormente a construção de um armazém em Ijuí, assim como em outros municípios do Rio Grande do Sul. Só que o ritmo da construção era muito lento e quando foi tomada a decisão de fazer o armazém da Cooperativa não havia certeza se o prédio da Cotrin estaria concluído até o final da safra. Outro ponto que pesou na decisão do Conselho foram algumas dúvidas sobre a conveniência da cooperativa depender diretamente do trabalho de um organismo oficial. O mais seguro, como entenderam os conselheiros, era assumir diretamente a construção do armazém.

Só que no ano seguinte a Cotrin decidiu entregar seus armazéns às cooperativas. No dia 17 de novembro aconteceu a entrega oficial do armazém de Ijuí, com a assinatura da escritura de promessa de compra pela Cotrijuí pelo preço de Cr\$. 12.000.000,00. Este fato foi importante, na época, por duas razões: o novo armazém aumentava significativamente a capacidade de armazenagem da Cooperativa e também representava o reconhecimento da Cotrijuí como uma instituição séria.

Trigo com comprador garantido: o Governo

Mesmo com várias cooperativas tritícolas espalhadas pelo Rio Grande do Sul, ainda persistiam os problemas de fraude na comercialização do produto. O trigo-papel ainda era uma realidade que trazia muitos prejuízos aos produtores. Logrados na comercialização, ainda enfrentavam sérios problemas de aumento no custo de produção, o que motivava, a cada ano, monstrosas passadas exigindo uma solução do problema e uma remuneração justa pela produção.

Foram criadas comissões de Fiscalização que ajudaram consideravelmente na redução das fraudes, mas o problema só foi resolvido mesmo em 1962, com a instituição da compra estatal do trigo. Aquelas alturas já fora fundada — em 1959 — a Fecotrigo (Federação das Cooperativas Tritícolas) e todo movimento cooperativista reivindicava a normalização do problema.

Para as cooperativas, a compra estatal garantiu muita tranquilidade. Isto porque o Banco do Brasil, encarregado oficial da compra do produto, transferiu para as cooperativas a responsabilidade pelo arma-

zenamento do trigo, pagando um aluguel por esta prestação de serviço. Ao mesmo tempo as cooperativas também passaram a ter um acesso facilitado na obtenção de financiamentos, e dali em diante foram responsabilizadas pela construção de silos e armazéns que garantiriam o recebimento das safras.

A compra estatal também provocou uma mudança no comportamento dos produtores. Dali para a frente eles tiveram apenas um comprador para discutir o preço do seu trigo. A Fecotrigo assumiu a responsabilidade de elaborar os estudos dos custos de produção, apresentando-os anualmente ao Banco do Brasil como sugestão na fixação dos preços mínimos. Mas é como diz Telmo Frantz no seu livro sobre os 25 anos da Cotrijuí:

— Raramente, no entanto, eles alcançaram os níveis solicitados pela Fecotrigo, de tal forma que as reivindicações, em termos de aproximar os preços mínimos oficiais daqueles calculados pela Fecotrigo, serão uma constante na história recente do sistema cooperativista.



A situação do trigo provocava desfiles de protesto, como este de 1960 em Ijuí



Neste prédio da rua Tiradentes (onde hoje está instalado o laboratório de análises clínicas Malmann) funcionou a primeira sede da Cotrijuí. Conta a história que neste dia, em 1958, não existia dinheiro para pagar o trigo.



A luta pelo direito de também exportar

A abertura dos mercados externos para a soja das cooperativas só foi conquistada com muita batalha. Criadas há pouco tempo, elas não tinham a tradição exigida para operar com exportações, e perdiam com isso a oportunidade de remunerar melhor o produtor. Seis cooperativas, entre elas a Cotrijuí, iniciam uma luta pelo direito de comercializar livremente suas safras. Mesmo em condições desiguais às oferecidas aos grandes grupos internacionais, esta luta foi ganha.



A primeira exportação foi em conjunto com mais cinco Cooperativas (o primeiro à direita é Léo Miron)

A Cooperativa leva desde o início a expressão tritícola no nome, pois foi em função do trigo que ela nasceu. Mas logo depois de sua fundação outros produtos também começaram a ser recebidos. Um deles era a soja, uma leguminosa usada na alimentação dos porcos pelos colonos, que começava a despertar o interesse das indústrias multinacionais instaladas no Brasil. Na época, inclusive, o Banco do Brasil recomendou, como contrapartida à concessão da moratória e compra estatal do trigo, a implantação de culturas de verão. Era também através da soja e de outros produtos coloniais que a nova cooperativa conseguia ainda contar com a adesão dos pequenos e médios produtores da região.

Só que o mercado da soja, desde o início, estava nas mãos de poucas indústrias, que faziam parte de grandes grupos multinacionais e conseguiam bons lucros com a extração de óleo de soja. Nesta situação, os negócios de soja com as indústrias instaladas no País não proporcionavam boa remuneração para o produto. O mercado externo era bem mais animador, mas também de difícil acesso. Existia um contingenciamento (que só permitia a exportação de determinadas quantias depois de abastecido o mercado interno) e ainda era bastante dificultado o acesso de cooperativas ao mercado externo, pois elas não tinham tradição no ramo.

UMA LUTA E TANTO

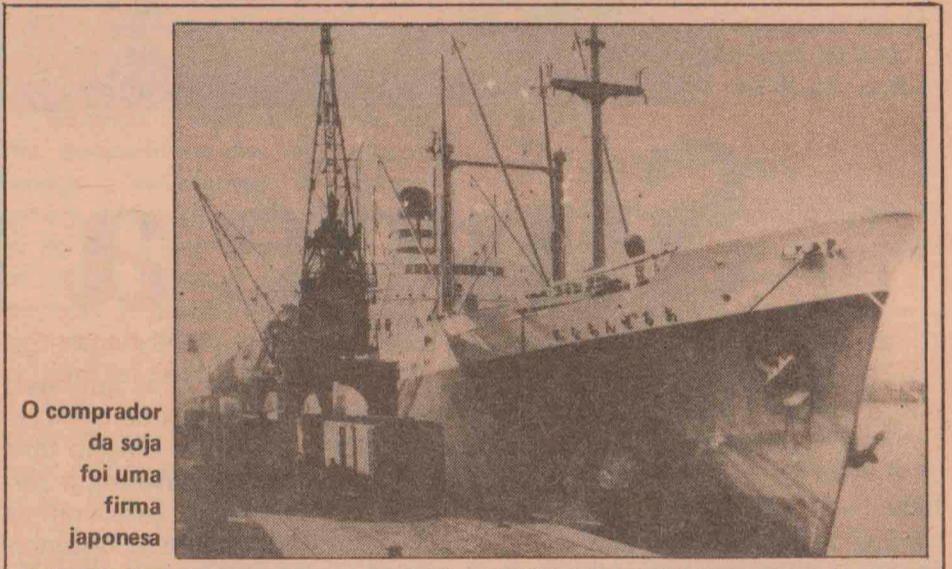
Ultrapassar estas barreiras foi uma luta e tanto da Cotrijuí e de mais outras cooperativas. Muitas viagens a Porto Alegre e até mesmo ao Rio de Janeiro foram feitas pelos dirigentes, que defendiam o direito do produtor comercializar livremente suas safras. Para conseguir a licença de exportação, as cooperativas tiveram que se comprometer a entregar três sacos de produto à indústria para cada dois sacos de

soja exportados. Enquanto o mercado externo estava pagando Cr\$. . . 600,00 o saco, no mercado interno o produto estava tabelado em Cr\$. 200,00.

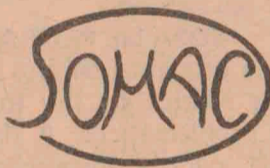
A PRIMEIRA EXPORTAÇÃO

A primeira exportação de soja da Cotrijuí aconteceu em 1959. Junto com as cooperativas de Passo Fundo, Cruz Alta, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Palmeira das Missões, foi fechado um negócio para 10.000 sacos de soja com a firma japonesa Mitsubishi Shoji Kaisha Ltda. Mas foi bastante difícil conseguir a soja para atender o compromisso. Acontece que as indústrias não precisavam cumprir o mesmo contingenciamento que as cooperativas. Conta Nilo Bonfanti, presidente da Cotrijuí na época:

— Nós tínhamos que concorrer com a Glitz S/A. Eles podiam pagar Cr\$ 400,00 a Cr\$ 500,00, porque exportavam e não tinham contingenciamento. Enquanto isso nós só podíamos pagar Cr\$ 360,00 para o agricultor. Os nossos concorrentes chegavam a atacar os caminhões dos agricultores na estrada para que não levassem o produto na cooperativa. Inclusive se cumpriu apenas parte do contingenciamento e outra parte não. Fomos para a justiça brigar, mas conseguimos exportar as 10.000 toneladas. Houve tentativas para fazer com que as cooperativas assumissem integralmente o ônus de fornecer o mercado interno, ficando a exportação para as firmas já tradicionais no negócio. Nós vendíamos nossa soja a Cr\$ 200,00 e eles pegavam nossa soja e vendiam a Cr\$ 600,00. Era um problema, uma luta constante que, na ocasião, achamos que poderíamos vencer tendo também nossa indústria. Foi aí que se partiu para a montagem da fábrica própria.



O comprador da soja foi uma firma japonesa



SOMAC ROLAMENTOS S.A.

Saúda os associados da Cotrijuí por 25 anos de trabalho, luta e esperança

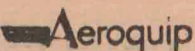
Distribuidor:



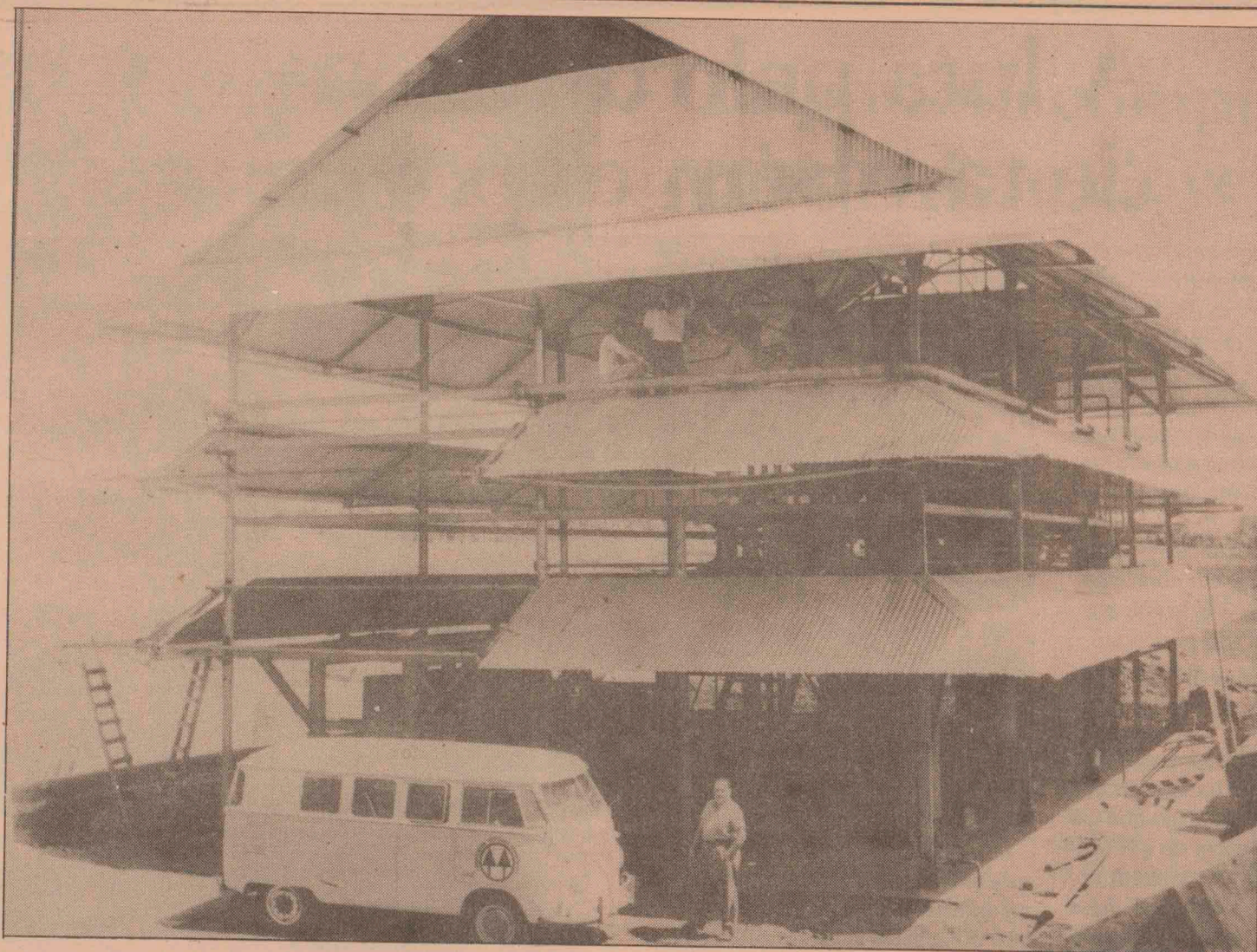
CORREIAS E MANGUEIRAS



ROLAMENTOS



MANGUEIRAS DE ALTA PRESSÃO



A fábrica representava a independência de outras indústrias

Surge a indústria

Exportar parecia, ser, a princípio, a solução para a soja. Mas isto também significava enfrentar periodicamente os interesses das indústrias, que pressionavam de tudo quanto é forma para dificultar a atuação de cooperativas nesta área. Para as indústrias esta concorrência significava o risco de ficarem sem matéria-prima para moer.

Um outro problema se somava a este. Não existiam secadores de produto na cooperativa e muita soja se perdia em função de umidade. Em ano de boa safra, mas com muita chuva, o produto ficava preto e não era aceito para exportação. Naquela época, as cargas úmidas eram colocadas no sol para secar. Mas controlar os índices de umidade era um problema. Várias vezes acontecia de se separar alguns sacos que pareciam secos e que preteavam em poucos dias, o que servia apenas para a indústria. E assim surgiu a necessidade de fazer uma fábrica de óleo, pensando em poder pagar melhor pelo produto que ia assumindo grande importância na região.

O projeto desta fábrica foi aprovado pela Assembléia do dia 13 de janeiro de 1961. O local para a construção era junto ao armazém da Cotrin, num terreno de 10.000 metros quadrados (próximo à atual sede da Cooperativa). Para esta obra foi preciso fazer um financiamento de Cr\$ 80 milhões, conseguido junto ao Banco do Brasil. O custo estimado era de Cr\$ 125 milhões. No início se pensou em fazer um projeto conjunto com a vizinha Cotrisa,

de Santo Ângelo. Em Ijuí seria montada uma refinaria de óleos comestíveis e em Santo Ângelo uma refinaria de óleos industriais, a partir da linhaça, e ainda feita a refinação de óleos comestíveis. Entretanto este projeto ficou só nas boas intenções e cada cooperativa resolveu seguir seu caminho.

SOPA DE PEDRA

Os primeiros tempos de operação da fábrica em Ijuí foram bastante problemáticos. A firma contratada para a instalação da indústria fez um serviço que deixou bastante a desejar. É como conta Léo Miron, diretor-gerente na época:

— Saía óleo. Mas depois precisava mais um tanque de solvente, mas isto, mais aquilo. Quer dizer, era uma sopa de pedra, onde o cara põe a pedra e diz que dá sopa. É só botar mais um pouquinho de tempero, mais um pedacinho de carne...

Com toda esta função, as obras tiveram seu andamento retardado, e a fábrica só entrou em operação em maio de 1964. Problemas de ajustes técnicos retardaram mais um pouco o funcionamento efetivo da indústria, e assim apenas no final de outubro começou a produção de óleo bruto, com uma capacidade de esmagamento de 60 toneladas diárias. Em 1965 começou a refinação de óleo.

AMENDOIM E LINHAÇA

Além de óleo de soja — da marca Mucama — também eram fabricados óleos de amendoim e de li-

linhaça. O óleo de amendoim, vendido a granel, tinha boa aceitação no mercado consumidor, mas em pouco tempo os produtores perderam o interesse no cultivo desta planta, já que os resultados econômicos da soja — e mesmo todo incentivo oficial — modificaram todo sistema de produção regional. O óleo de linhaça era destinado a uso industrial, pois na época não eram tão difundidos os produtos à base de petróleo, como as tintas plásticas e sintéticas. E dois fatores pesaram para a interrupção desta produção na fábrica de Ijuí: a entrada de materiais sintéticos, substituindo o óleo de linhaça, e, como consequência disto, os produtores deixaram de cultivar linhaça. A planta também, além de remunerar menos que o trigo — que contava com apoio oficial — vinha enfrentando sérios problemas de doenças.

Esta fábrica teve sua capacidade de esmagamento ampliada para 120 sacos por dia no ano de 1969. Dois anos depois já podia esmagar 300 toneladas diárias. No início de 1982 foi tomada a decisão de paralisar temporariamente esta indústria, devido aos prejuízos operacionais que ela vinha apresentando.

PRODUÇÃO DE RAÇÃO

Praticamente no mesmo tempo em que a Cooperativa passava a operar sua primeira indústria de óleo vegetal, também foi iniciada a produção de rações balanceadas para uso animal. A fábrica de rações foi construída apenas em 1967, e

até ali a produção era feita usando um moinho-martelo e um misturador de adubo, "tudo assim improvisado", como lembra Werner Erwin Wagner, que durante muitos anos foi diretor industrial da Cotrijuí.

A produção de rações na Cotrijuí foi uma consequência de um amplo projeto de desenvolvimento animal promovido pela Aliança para o Progresso. É o Werner quem conta:

— O interessante ali foi o seguinte: sobrava sorgo nos Estados Unidos e eles não sabiam o que fazer com o produto. Também vinham muitos navios americanos carregar minérios e outras coisas no Brasil, mas eles vinham vazios para cá. Então os americanos resolveram dar o sorgo para o Brasil e se pagava o frete, porque ele tinha que vir transportado por navios americanos. Aqui o sorgo era industrializado e se fazia ração. A ração era vendida para o produtor e com o dinheiro se construiu a fábrica de rações.

Estes projetos foram desenvolvidos tanto em Ijuí, como em Santo Ângelo e Santa Rosa. O interesse americano, como se pode analisar mais claramente com o passar dos anos, era induzir o produtor a modernizar seu sistema de produção, criando a dependência de tecnologia e insumos que se conhece hoje. Na época, porém, o projeto era oportuno para a Cotrijuí, pois ele significava a possibilidade de prestar mais um serviço ao produtor, sem a necessidade de fazer investimentos iniciais.

O papel das cooperativas mistas

Mesmo surgindo em função do trigo e basicamente através de produtores de maior porte, logo de início ficou claro que quanto maior o número de associados mais força teria a nova Cooperativa. Tanto que a comissão encarregada de elaborar os estatutos da Cotrijuí tinha claro que a sua função era "organizar o produtor de trigo, independentemente de sua titulação — tricultor ou colono, grande ou pequeno — e que além do trigo, o tricultor podia e devia promover a produção de outros produtos agrícolas".

De início a participação dos colonos se dava por intermédio das Cooperativas Agrícolas Mistas existentes em todo município e que se associavam à Cotrijuí. Assim, os pequenos agricultores participavam indiretamente da nova Cooperativa. Em 1958, conforme um relatório de diretoria na época, os associados eram em número de 86, enquanto os associados indiretos chegavam a 3.795 produtores. Eles eram representados por seis cooperativas associadas: a Mista dos Agropecuaristas de Ijuí Ltda.; Cooperativa Mista Mauá Ltda.; Cooperativa Mista Tuiuti Ltda.; Cooperativa Ramada Ltda.; Cooperativa Mista Formigueiro Ltda. e Cooperativa Mista Miraguá Ltda. (de Tenente Portela).

PONTO DE APOIO

Para as cooperativas mistas a nova Cooperativa representava um ponto de apoio na comercialização dos produtos de seus associados. Eles não tinham estrutura física e nem de comercialização para receber o trigo e a soja que começava a adquirir maior importância na lavoura dos colonos. Assim, elas recolhiam esta produção e entregavam para a Cotrijuí, providenciando depois no pagamento proporcional aos seus associados. No mais, continuavam prestando os mesmos serviços de sempre, através das seções de consumo e recebimento dos produtos agropecuários, especialmente o porco. Para a Cotrijuí esta forma de atuação também mostrava suas vantagens, pois assim ela aumentava o recebimento de trigo e de soja, viabilizando seu funcionamento.

Com a modificação do sistema de produção colonial, deixando de lado as culturas de subsistência para ingressar na lavoura de trigo e soja, as cooperativas mistas foram encontrando cada vez mais dificuldades para sobreviver. Algumas entraram em liquidação, como é o caso da Cooperativa Mista Miraguá Ltda.; outras foram incorporadas pela Cotrijuí — como a dos Agropecuaristas e a de Ramada — e outras ainda tiveram seu patrimônio adquirido pela Cotrijuí, transformando-se em postos da Cooperativa, como é o caso da Tuiuti.

A integração também dos pequenos produtores

Pouco mais de mil associados, uma fábrica de formicidas, uns 12 funcionários e algumas dúvidas sobre o futuro do cooperativismo que surgia em função do trigo. Este foi o patrimônio que a Cotrijuí herdou da Cooperativa Mista dos Agropecuaristas, a ela incorporada a 23 de janeiro de 1965, junto com a Cooperativa Agrícola Mista Ramada, da localidade de Ramada, no hoje município de Ajuricaba. Disso tudo, a maior herança mesmo foi o grupo de pequenos produtores que integravam a Agropecuarista, e inauguravam, com a incorporação, a participação dos minifundiários nos quadros da Cotrijuí.

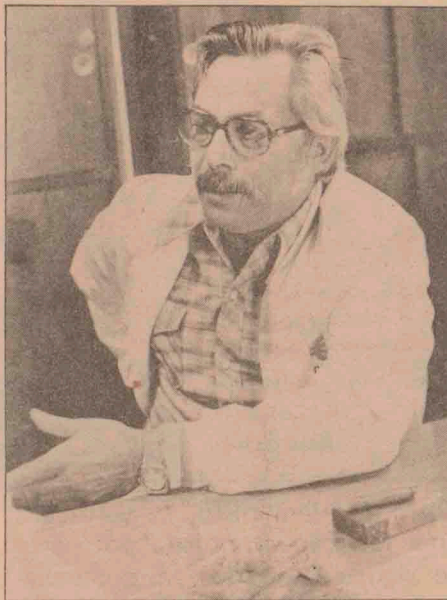
Esta certeza, de que a Agropecuarista puxou a entrada dos pequenos produtores na Cotrijuí, já foi repetida várias vezes pelo seu Artêmio Corso, hoje gerente do frigorífico da Cooperativa em Dom Pedrito. Por acaso, Corso estava sendo eleito para a gerência da Agropecuarista no mesmo dia em que se fundava a Tritícola Serrana. Anos depois, ele seria um dos defensores da idéia de que a nova cooperativa deveria absorver a outra, apesar das dúvidas em torno, principalmente, da capacidade que a Cotrijuí poderia ter de integrar, de fato, pequenos, médios e grandes produtores.

A Agropecuarista encerrava assim, ao ser incorporada, uma história iniciada em 1937, em Ijuí, quando foi fundada com o nome de Cooperativa de Produção de Inseticidas Limitada. "Havia muita formiga saúva no Estado, e a cooperativa surgiu para garantir o abastecimento do mercado, mantendo apenas a indústria de formicidas", relembra Corso. Em todas as regiões do Estado onde havia saúva, existia também algum associado, e a produção de veneno para matar formiga chegou a 150 mil garrafas por ano.

SEDE ALUGADA

Na década de 50, para se atualizar um pouco, a empresa muda de nome para Cooperativa Mista dos Agropecuaristas, e amplia suas atividades. Continua fabricando veneno, mas também implanta uma seção de adubo, que repassa aos associados junto com outros produtos veterinários. E também inicia o recebimento de suínos, sem entrar, no entanto, em outras áreas, como a comercialização de grãos.

"O capital era limitado, pois não havia capitalização em cima do produto entregue pelos suinocultores, e por isso nunca chegamos a contar com um grande patrimônio", reconhece Corso, pois até a sede da Cooperativa, na cidade, era alugada. Durante a Segunda Guerra, por exemplo, a Cooperativa enfrentou algumas dificuldades, já que a matéria-prima para a fabricação dos formicidas "Gaúcho" e "Superior" era importada. A indústria, que ha-



Artêmio: a incorporação era inevitável

via lançado este veneno no Estado, e que atendia não só o mercado gaúcho, teve então uma queda na sua produção.

ASSUSTADOS

Quando a idéia de criação de uma cooperativa dos tricultores começa a amadurecer, a Agropecuarista é consultada para que abra um espaço à participação dos produtores do cereal, e quase que isso acontece. A proposta era a de que a Agropecuarista contaria com um setor para atuação dos plantadores de trigo, e o gerente na época, Reinoldo Zimpel, despontava como o maior propagandista dessa participação. Houve até a decisão de se realizar uma assembléia para decidir o assunto, mas Zimpel faleceu antes dessa reunião e a proposta foi deixada de lado.

Corso se recorda que muitos dos pequenos associados da Agropecuaristas ficaram assustadas com esse plano que, afinal, não vingou, por temer que o acesso aos tricultores descaracterizasse a Cooperativa. Mas quando da fundação da Cotrijuí, a Agropecuarista ingressou logo como associada, pensando principalmente na possibilidade de entregar à nova Cooperativa a produção de soja de seus associados. Dessa forma, a Agropecuarista passou a ser uma espécie de ponte para a comercialização das safras.

Pouco a pouco, a própria direção da Agropecuarista foi constataando, como recorda Corso, que a Cotrijuí contava com uma melhor infra-estrutura e um setor de consumo bem mais amplo. É aí que nasce e evolui outra idéia: de que a incorporação poderia ocorrer. Mas nem tudo foi tão fácil como poderia parecer. "Houve resistência, e foi difícil de se admitir que a incorporação era inevitável", afirma Artêmio Corso. Ele tinha claro, no início dos anos 60, que a Agropecuarista iria se esvaziar, por não poder acompanhar o crescimento da Cotrijuí.

UMA "PONTE"

Uma das constatações, que reforçavam esse raciocínio, era a de

que a Agropecuarista, ao servir de "ponte", associando indiretamente seus associados à Cotrijuí, proporcionava a capitalização da outra Cooperativa. Depois de muitos debates, a incorporação ficou definida e formalizada em assembléias com a participação dos quadros sociais das duas empresas.

O interessante, segundo Corso, é que Agropecuarista tinha na época 1.080 associados, e que a Cotrijuí, mesmo tendo muito menos produtores em seu quadro, possuía mais patrimônio. Os produtores da Cooperativa que se extinguiu eram, portanto, a maior conquista da Cotrijuí, pois a indústria de formicidas, localizada onde hoje está a Associação dos Funcionários da Cotrijuí, foi com o tempo sendo desativada. Havia venenos mais modernos, produzidos por indústrias com maior poder de competição no mercado, e a fábrica encerrou suas atividades.

CONFORTADOS

Junto com o ativo e o passivo da Agropecuarista, a Cotrijuí herdou inclusive uns 12 funcionários, e isso foi, aliás, um fato aparentemente sem importância que contou bastante na hora da incorporação. "Os pequenos produtores temiam um distanciamento no relacionamento entre eles e a Cotrijuí, em função inclusive do atendimento", conta Artêmio Corso. Mas ao descobrirem que continuariam lidando com o mesmo pessoal, especialmente no atendimento de balcão, os produtores se sentiram mais confortados.

Corso relembra um exemplo das reações, às vezes inesperadas, diante da incorporação que estava por acontecer. "Um dia um empregado da Agropecuarista, o seu Arno Ketzer, apareceu na minha casa, nervoso e inquieto, para dizer que os funcionários não aceitariam a incorporação", relembra o ex-gerente. A situação criada provocava a rejeição da idéia de extinção da Agropecuarista, estimulando manifestações de contrariedade que atingiam, numa reação em cadeia, tanto os associados como os funcionários, que temiam perder o pouco poder de decisão ou o emprego.

Mesmo assim, Corso assegura que, no momento de se definir o assunto, a idéia já estava bem madura, e poucos foram os produtores que, durante as assembléias, voltaram a falar contra a extinção da Agropecuarista. Para o antigo dirigente da Cooperativa, que depois integrou também a direção eleita da Cotrijuí, a incorporação poderia apenas ser adiada. "Mas — diz ele — isto iria acontecer, de qualquer forma, pois no fim os produtores acabariam se associando diretamente à Cotrijuí, que tinha mais serviços a oferecer".

O difícil período de transição

Em meados da década de 60, o Brasil enfrentava uma série crise econômica, que repercutiu na agricultura através de cortes nos subsídios ao trigo, controle dos preços aos produtores e contenção do crédito oficial. Ao mesmo tempo, as safras agrícolas vinham tendo um mau desempenho. A produtividade do trigo — que já chegara a 1.210 quilos por hectare na safra de 1961 — cai para 371 quilos em 1963.

Internamente também outros fatores contribuíram para agravar dentro da Cotrijuí instável situação nacional. A fábrica de óleo exigira altos investimentos, o que se tornava um peso muito grande para a economia da Cooperativa. Também o ritmo de integralização de capital por parte dos associados acontecia muito lentamente. Na tentativa de obter mais recursos próprios, inclusive foi alterada a sistemática de capitalização, que deixou de acontecer através de um valor fixo por hectare que era integralizado através da entrega do trigo. A partir de 1965, passaram a ser subscritas cotas-partes e feita retenção de capital proporcional a dois por cento sobre todo produto entregue, e não mais apenas sobre o trigo. Em 1964 já fora também aprovado um empréstimo compulsório de um por cento para regularizar a situação financeira da Cooperativa, elevando um ano depois para três por cento da produção entregue.

SITUAÇÃO INSOLÚVEL

Mesmo com todas estas medidas a situação financeira da Cooperativa se mostrava praticamente insolúvel no início do ano de 1966. No exercício de 1965/66, o peso do investimento na fábrica de óleo representava 64 por cento do ativo da

Sem a participação efetiva do associado a história da Cotrijuí seria outra



Cotrijuí. Além disto, se verificava uma retração acentuada por parte de alguns associados em comercializar sua produção através da Cooperativa. Chegou-se num ponto tal, que até mesmo compromissos corriam o risco de não serem cumpridos. E a Cotrijuí entrou em crise.

Eram precisos 77 mil sacos de soja para cumprir um contrato de exportação, já assinado e em andamento, de 160 mil sacos. Mas não existia a perspectiva desta soja ser entregue pelos associados. Também faltava soja para operar a indústria e exportar o farelo. O Banco do Brasil constatara que existia uma diferença entre o faturamento de trigo da safra 65/66 e as quantidades efetivamente entregues. Quando o Banco do Brasil faz a denúncia desta diferença, toda diretoria executiva, que estava bastante desgostada, renuncia a seus cargos. Esta decisão é aceita pelo Conselho de Administração no dia 13 de maio de 1966. O Conselho também convoca uma Assembléia Geral para o dia dois de junho, além de indicar um Conselho

Provisório para administrar a Cooperativa até o dia da Assembléia.

O MOVIMENTO COMUNITÁRIO

No desenrolar de toda esta crise foi de vital importância a mobilização dos associados através do Movimento Comunitário de Base de Ijuí, que tinha a participação de agricultores, operários, lideranças sindicais rurais e urbanas, e contava com o assessoramento dos freis capuchinhos estabelecidos em Ijuí. Numa reunião entre associados e representantes do Banco do Brasil foi esclarecida toda a situação enfrentada pela Cooperativa, e concluída a necessidade de uma mudança administrativa que permitisse a solução dos problemas enfrentados. Sem a participação efetiva dos associados, apoiando a instituição e entregando o seu produto, para cumprir os compromissos assumidos, a Cooperativa entraria em liquidação. Também era necessário contar com uma diretoria identificada com o quadro social, e que contasse com a confiança não só dos associados como também do Banco. O apoio da instituição fi-

nanceira era vital para garantir o funcionamento imediato da Cooperativa.

MUDANÇA ADMINISTRATIVA

Foram apresentadas então duas chapas na assembléia: uma formada pela antiga diretoria e outra apoiada pelo MCBI e pelo Banco do Brasil. A assembléia teve a participação de 1.108 associados vencendo a chapa que representava uma mudança administrativa na Cotrijuí. Na diretoria executiva estava Luiz Fogliatto como presidente, de que fora um dos fundadores da Cooperativa, e que já integrara o Conselho de Administração. O vice-presidente era Ruben Ilgenfritz da Silva, um agrônomo que trabalhava junto com a Cooperativa na Associação Conservacionista e pessoa bastante conhecida entre os agricultores. Como diretor-secretário estava Geraldo Uhde, na ocasião também presidente do Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais de Ijuí. E com o apoio dos associados, a nova diretoria se comprometeu a dar novos rumos para a Cotrijuí, numa nova fase que a partir daí se iniciava.

**Osmar Biazus da Luz,
Fabricante do
CAFÉ IMIGRANTE,
Saúda o aniversário
da COTRIJUI.
Que muitos outros 25 anos
possam ser comemorados**



Os primeiros passos marcam uma outra fase

A nova diretoria, eleita em 1966, encontrou condições de propor projetos que ultrapassavam os limites dos interesses imediatos de todo quadro social, tanto dos grangeiros como dos colonos. A confiança na instituição foi um ponto muito importante nesta etapa, e os associados sentiam-se diretamente comprometidos com a atuação da cooperativa. A preocupação imediata era conseguir tirar a Cotrijuí das dificuldades que enfrentava, estando completamente descapitalizada.

A primeira responsabilidade foi acertar a dívida com o Banco do Brasil. Naquelas alturas, o banco e os agricultores reunidos no MCBI (Movimento Comunitário de Base de Ijuí), já haviam concordado em que não aconteceria uma interferência direta da instituição bancária na cooperativa. No lugar desta atitude seria colocado um funcionário do banco, que ficaria responsável pelo assessoramento da diretoria a ser eleita na tomada de medidas administrativas. Este assessor foi Clóvis Adriano Farina, que define a si próprio como "um assessor sem função definida, mas chutava em todas as áreas; um ministro sem pasta". (Farina mais tarde seria o gerente da agência do Banco do Brasil em Ijuí e, anos depois, eleito diretor-superintendente da cooperativa, cargo que ocupa até hoje). E assim as dívidas resultantes da comercialização da safra de trigo anterior foram proteladas através de um acordo com o Banco do Brasil, para liquidação com safras futuras.

SOJA PARA SALVAR

Existia ainda a dificuldade em cumprir compromissos de exportação de soja, o que certamente arrastaria o nome da Cooperativa no mercado internacional. Aí foi novamente fundamental o trabalho do Movimento Comunitário e também do Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais, que tinha na presidência Gerhard Uhde, eleito também diretor-superintendente da Cotrijuí. Os produtores, atestando sua confiança nos novos rumos da Cooperativa, entregaram seu produto. Ao mesmo tempo, era autorizado pelo Conselho de Administração a compra de soja de terceiros. A campanha deu tão certo que, além de cumprir os contratos de exportação, foi possível dar continuidade no funcionamento da fábrica, permitindo pelo menos que fossem cobertos os custos de operação.

Várias outras medidas que visavam melhorar o desempenho da Cooperativa e reduzir seus custos operacionais também foram tomadas logo de início. Os postos que a cooperativa já possuía no interior adquiriram maior autonomia, o que foi o primeiro passo para sua transformação em unidades completas. A comercialização da soja passou a



O repasse foi uma experiência pioneira



O apoio técnico veio auxiliar o desenvolvimento das lavouras

receber um tratamento especial, sendo introduzida a modalidade de liquidação ao "preço do dia" (isto aconteceu em 1967), o que atendia o desejo de alguns produtores que preferiam fazer seus próprios acertos de comercialização. Outra das medidas foi uma modificação da própria estrutura administrativa, procurando melhorar o funcionamento da cooperativa.

CRÉDITO PELO REPASSE

Em abril de 1968 a Cotrijuí e o Banco do Brasil iniciaram uma experiência pioneira que logo em seguida estendeu-se às demais cooperativas: o repasse do crédito agrícola. A experiência foi o resultado de uma mobilização dos pequenos produtores — ainda organizados no Movimento Comunitário — que desejavam obter crédito bancário para o custeio de suas lavouras. Foi feito um levantamento dos interessados nos núcleos de base do MCBI, resultando uma lista de 1.328 pessoas. A lista foi encaminhada ao banco em setembro de 1967. Só que a agência não tinha estrutura para atender mais do que 150 pedidos de crédito. Foi aí que a Cotrijuí se dispôs a servir como intermediária entre o banco e os agricultores para tornar possível esta operação de crédito. Para tanto, colocava seus funcionários e equipamentos à disposição desta experiência, recebendo em troca o pagamento de dois por cento sobre o valor dos contratos efetuados.

No primeiro financiamento de

repasso para a formação da lavoura de trigo foram atendidos 484 associados com um área de 9.146 hectares. No mesmo ano, para a formação da lavoura de soja, foram atendidos 958 associados, com área de 23.124 hectares. Foi então criado um Departamento de Crédito e esta sistemática de repasse tornou-se uma atividade rotineira na Cotrijuí e também em outras cooperativas brasileiras.

Foi também em 1968 que o ex-assessor do Banco do Brasil dentro da Cotrijuí, Clóvis Adriano Farina, assumiu a gerência da agência do banco em Ijuí, desempenhando um papel importante na sistemática de crédito adotada a partir daí. Ele mesmo é quem conta:

— Afundei o pé nos financiamentos. Quem quisesse plantar e tivesse tradição agrícola, era bom pagador, cumpridor de promessas, levava com garantia ou sem. Bom, eu era um gerente novo, e o que eu poderia perder era o cargo. Acreditei em muita gente e nunca fui fraudado. O pessoal correspondia de forma tal que chegava a assustar. As safras dobravam de ano para ano. Os armazéns se tornavam pequenos em pouco tempo.

A instituição do repasse permitiu o acesso dos pequenos produtores aos recursos subsidiados do crédito rural. De outra maneira, dificilmente eles conseguiriam dispor de custeio para a formação de suas lavouras. E a Cooperativa até mesmo facilitava a realização dos contratos

de financiamentos, mandando equipes para o interior coletar as propostas para evitar o deslocamento dos agricultores dos locais mais distantes.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O primeiro técnico a trabalhar na Cotrijuí foi o agrônomo recém-formado Ruben Ilgenfritz da Silva, que fora admitido em 1964. A assistência técnica aos produtores da região era prestada basicamente através da Associação Conservacionista, e apenas um agrônomo na Cooperativa — ainda mais acumulando o cargo de vice-presidente — não era o suficiente para aquela época de crescimento espantoso das safras. Assim, em março de 1968 era criado na Cotrijuí um Departamento Técnico.

"Desde o início", conta o agrônomo Nedy Rodrigues Borges, o primeiro diretor-técnico da cooperativa (atualmente diretor da Regional do Mato Grosso do Sul), "o trabalho de assistência técnica não era feito apenas individualmente. Sempre se procurou atingir os agricultores através dos núcleos de base existentes, o que acelerava a difusão dos conhecimentos".

A atuação do Departamento Técnico era a continuidade ao trabalho da Associação Conservacionista. Uma ênfase especial se dava à calagem do solo e a adubação química. Afinal, a época era a de implantação da "Operação Tatu", que pregava o uso intenso de fertilizantes e calcário nos solos da região. Diz Nedy Borges:

— Se reagia em parte a estas quantidades muito grandes de fertilizantes e calcário que eram jogadas no solo de uma só vez. Achava-se que isto iria mudar muito as condições químicas do solo, tornando-o imprestável para o futuro. Começamos então a colocar quantidades menores e observar a reação do solo. Havia uma discussão acirrada sobre isto e recebíamos uma reação muito grande da equipe de Porto Alegre. Assim, muitas vezes, o Departamento Técnico era olhado por um produtor como importante e por outro não, porque este estava seguindo a orientação de outros grupos que preconizavam o consumo exagerado de fertilizantes e defensivos. Então nós ficávamos no meio do campo, sendo apedrejados pelos dois lados.

As atividades do Departamento Técnico ainda incluíam a realização de experimentos em conjunto com a Secretaria da Agricultura no Posto Agropecuário (mais tarde cedido à Cotrijuí, onde ela instalou seu Centro de Treinamento). Junto com a Prefeitura Municipal de Ijuí era mantido um serviço de inseminação artificial, o que já demonstrava uma preocupação com a pecuária leiteira. Também foi iniciado um trabalho na área de forrageiras.

Uma nova concepção em armazenagem

A partir de 1967 vários fatores contribuíram para um aumento efetivo nos volumes de produção tanto de trigo como de soja. O clima parecia encomendado, se mantendo favorável para o desenvolvimento das lavouras. A produtividade também crescia, pela melhoria das condições físicas do solo e a introdução maciça — e hoje questionada por alguns — de fertilizantes e novas tecnologias. Mais áreas eram incorporadas, com a derrubada de matos e a chegada da soja nas terras de campo. Ao mesmo tempo, o acesso ao crédito era facilitado, e isto pesou bastante na ampliação das lavouras e na mudança de toda estrutura de produção conhecida até então.

Com o aumento da produção se começou a viver novamente a preocupação de falta de espaço para armazenagem. E foi exatamente neste momento que uma nova fase começava na vida da Cotrijuí. Até nesta época praticamente só se conhecia a comercialização de produto ensacado, o que pelos volumes de produção não representava um problema muito grande no manuseio das safras. Mas no momento em que elas começaram a se avolumar, a sacaria começou a ser um problema bastante sério, isto pelo seu custo e também pela lentidão que representava transportar e armazenar este produto. Na maioria das vezes, pela pressa, muitos sacos eram rapidamente destruídos. Lembra Clóvis Farina:

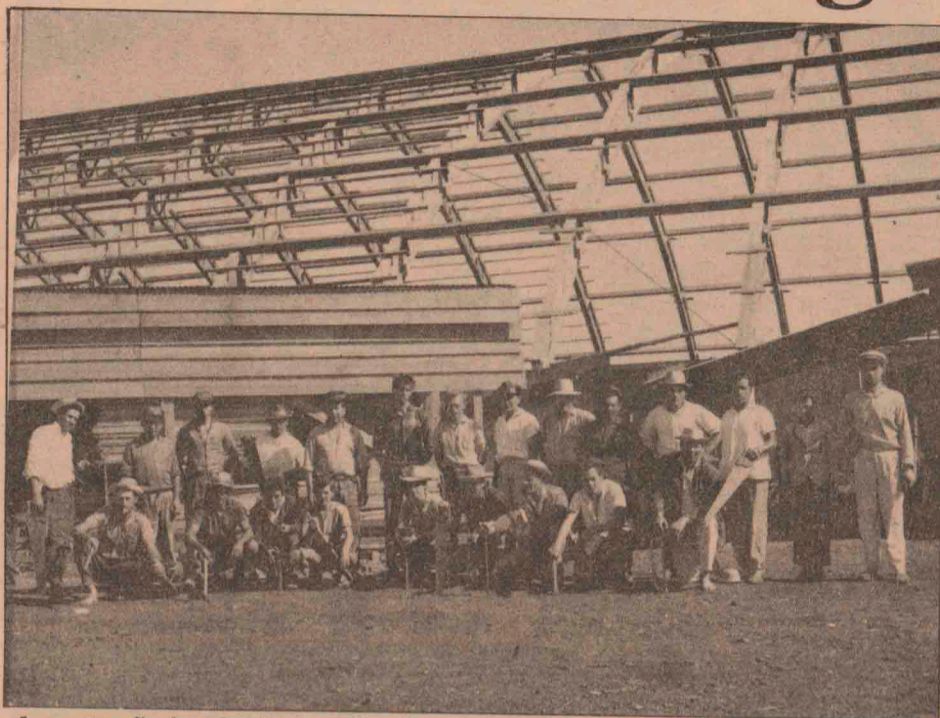
— No primeiro balanço da Cotrijuí de que eu participei, o prejuízo das sacas foi de Cr\$ 150 mil, o que era extraordinário. Assim, entre um uso e outro, a perda de valor era considerável.

SOLUÇÃO CASEIRA

Na época já existiam silos para recebimento do produto a granel, mas eram instalações verticais, sofisticadas e caras. E é Farina ainda quem fala da solução que se encontrou:

— Um belo dia vimos o sr. Luiz Fogliatto a fazer desenhos na mesa, a chamar o Fernando Craidy, então engenheiro novo em Ijuí, de boa capacidade de trabalho. Ele começava a imaginar um tipo de armazém onde o produto ficaria guardado a granel. A idéia não era totalmente original, era a adaptação de um pequeno armazém que a Anderson Clayton tinha em Cruz Alta, com uma correia superior. Daquela idéia surgiu a possibilidade de ter um tubo inferior. Em última análise tratava-se de construir uma carapaça de zinco ou alumínio sobre a pirâmide natural do produto. Então aconteceram inúmeras experiências, largando o trigo de uma certa altura para ver como ele se acomodava.

O custo estava orçado em Cr\$



A construção do primeiro graneleiro ficou na história

350 milhões e o Conselho de Administração, reunido no dia 12 de junho de 1967, autorizou a construção de duas unidades, uma em Ijuí e outra em Santo Augusto.

O que não dá para esquecer é que a Cooperativa recém vinha superando uma grave crise financeira. É como recorda, mais uma vez, o superintendente Farina:

COISA PRA LOUCO

— Para uma cooperativa que vinha de insolvência financeira, solicitar um financiamento de Cr\$ 700 milhões era coisa pra louco. Mas coragem nunca faltou, e fomos a Porto Alegre com o projetinho debaixo do braço. Quando demos a idéia, a primeira reação foi de repulsa, pois ainda não se tinha pago as outras contas. Mas havia no CTRIN (Departamento de Compra do Trigo Nacional) um homem de muita visão, o Antônio Carlos Abbott, que também tinha problemas de sacaria. O Banco do Brasil adquiria a sacaria e depois revendia com o uso a menos, mas tinha que justificar ao Tribunal de Contas da União o porquê das perdas de sacaria. E a idéia não caiu em terreno árido. Ele pensou, pensou, e disse: "Mas vocês têm condições de pagar isto?". E então nós dissemos: "Um financiamento em cinco anos nós temos certeza que pagamos". Ele apanhou aquele projetinho debaixo do braço e foi ao Rio de Janeiro conversar com o presidente do Banco do Brasil. Já que na Cotrijuí tinha um funcionário do Banco, resolveu fazer a tentativa. Então foi um acontecimento. Ijuí passou a ser o centro de atração de outras cooperativas que vinham ver o monstro de 18 mil toneladas. Note bem, o maior silo da Cesa era o de Rio Grande, que tinha 15 mil toneladas de capacidade. Então era uma inovação fabulosa.

O FUNDO EM "V"

Mais tarde Fernando Craidy

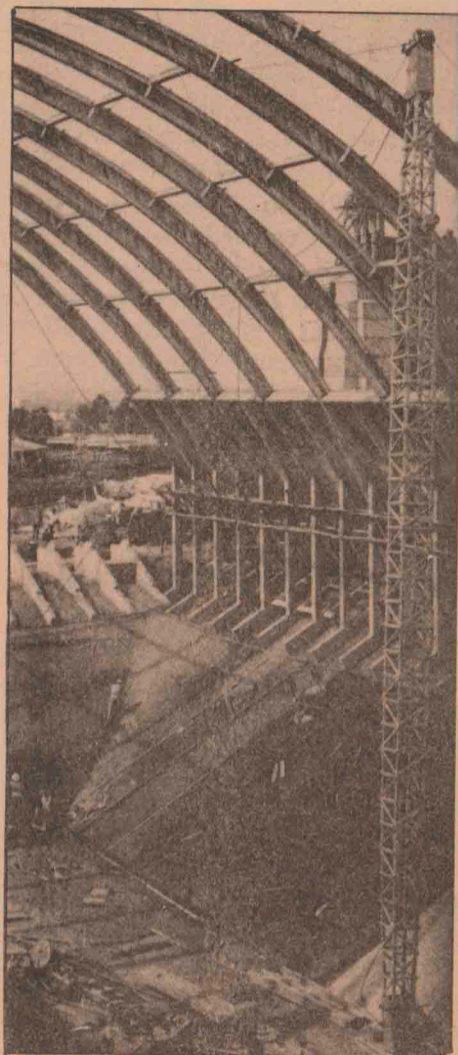
aperfeiçoou o projeto, tornando os armazéns graneleiros herméticos e com fundo em "V", o que mais uma vez revolucionou a tecnologia de armazenagem. Fazendo um buraco no solo se dobrava a capacidade de armazenagem, garantindo ainda a qualidade do produto por muito mais tempo. O descarregamento do grão era feito através de correias transportadoras de produto.

Ruben Ilgenfritz da Silva, então vice-presidente da Cooperativa, hoje analisa esta fase que foi muito importante na vida da Cotrijuí:

— O armazém da Anderson Clayton era desmontável, tipo barraca de circo. Era um período de início da soja e ela, como uma empresa mercantil, multinacional, fez armazéns desmontáveis. Quer dizer, enquanto houvesse espectadores a lona está montada. A partir do momento que não há, desmonta a lona e monta noutro lugar. Então o Fogliatto e o Fernando tiveram a capacidade de transportar para a nossa realidade um tipo de armazém. Só que não se fez desmontável, se fez fixo. A primeira inovação foi colocar paredes laterais, o que aumentou mais a capacidade e diminuiu o custo do investimento por armazém

No entender de Ruben até se cometeu alguns erros neste processo de armazenagem:

— Talvez até tivéssemos a imagem de que aquele mundo de trigo e soja seria eterno. Num determinado momento, simplesmente com a visão de trigo e soja, se deixou de fazer armazéns de fundo plano e se fez um buraco no solo. E isto hoje limita muito o uso destes armazéns num momento de política de diversificação. Na medida em que você tem maior número de produtos, você tem evidentemente características diferentes de armazenagem.



O fundo em "V" dobra a capacidade

Confusão no porto dá origem ao nome

A origem do nome Cotrijuí, como sinônimo de Cooperativa Tritícola Serrana Ltda., é bastante singular. Este era o endereço telegráfico da Cooperativa na época em que ela começou a enviar seus vagões para o porto de Rio Grande. Acontece que naquela ocasião a Cooperativa Rural Serrana, de Tupanciretã, tinha uma presença marcante na produção de carne, que exportava também através do porto de Rio Grande. Quando chegavam as cargas de uma ou de outra cooperativa, sempre era uma confusão, mesmo que se tratassem de dois produtos — carne e grãos — completamente diferentes. Quem lembra é Ruben Ilgenfritz da Silva:

— Evidentemente que os tipos de qualificação das instalações no porto para armazenar carne e armazenar grãos eram absolutamente diferentes. Não podia misturar. Mas no porto às vezes dava confusão: "De quem são estas contas? Da Serrana. Mas de que Serrana?" Então se começou a chamar Cotrijuí.

A expansão regional em função do trigo

Os primeiros anos desta nova fase da Cotrijuí marcaram também sua expansão regional. Aos poucos, os limites de atuação da Cooperativa ultrapassavam a base territorial instalada em Ijuí. O primeiro município onde se chegou foi Santo Augusto, em 1969, com a construção de um dos armazéns graneleiros desenvolvidos pela própria Cooperativa. Em 1970 se chegava a Tenente Portela, distante 150 quilômetros de Ijuí.

Nestes dois municípios também já existiam cooperativas, como bem recorda o presidente Ruben Ilgenfritz da Silva. "Eram pequenas cooperativas, com características de atividades econômicas do ciclo anterior, mais de culturas de subsistência, sem qualquer estrutura física para poder receber um volume de produção apreciável". A cooperativa de Santo Augusto foi absorvida pela Cotrijuí, enquanto que a de Portela (a Mista Miraguaí Ltda.) entrou em liquidação.

Os armazéns graneleiros, naquelas alturas, já estavam equipados com secadores de produto construídos dentro da Cooperativa. Se descobria que existia no Paraná um secador doado pela Aliança para o Progresso (dentro daquele Programa de Alimentos para a Paz) que não estava sendo utilizado. A Cotrijuí conseguiu este secador e a partir do seu modelo construiu outras 14 unidades adaptadas às condições locais.

CRESCER EM FUNÇÃO DO TRIGO

Todo crescimento nesta fase da Cotrijuí foi provocado muito mais pelo trigo do que pela soja, que apenas a partir dos primeiros anos da década de 70 alcançaria preços mais compensadores que o trigo. Mais uma vez quem comenta é Ruben Ilgenfritz da Silva:

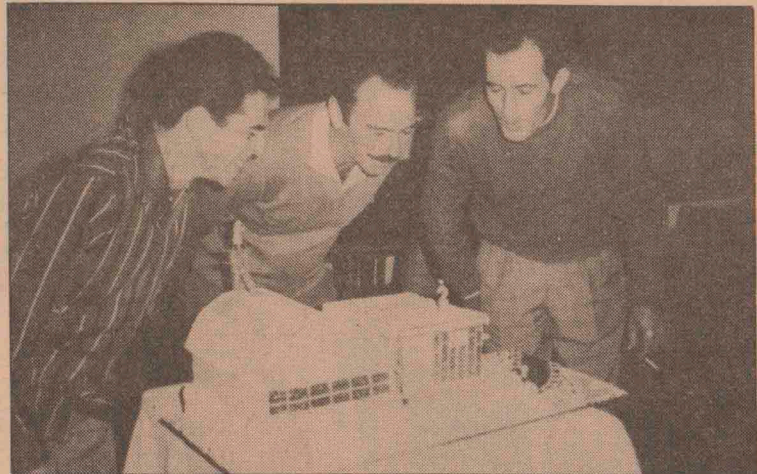
— Não fizemos nada em Três Passos, simplesmente porque Três Passos não era

região de trigo. Na nossa cabeça só tinha trigo, embora hoje eles tenham uma monumental produção de soja.

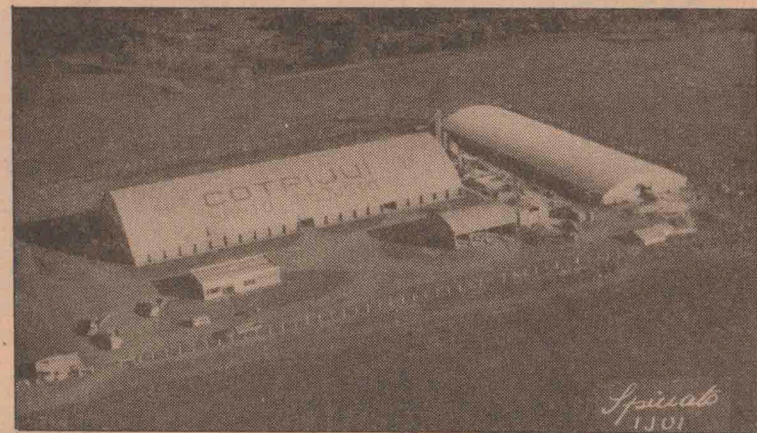
Nem sempre os locais de construção de armazéns foram decididos exclusivamente pela direção da cooperativa. Em alguns casos as localidades que desejavam se beneficiar da instalação de uma unidade da Cooperativa organizavam comissões, mobilizavam os produtores e entravam em contato com a direção reivindicando a instalação de um silo. Foi exatamente isto que aconteceu em Ajuricaba em fevereiro de 1972. Durante uma assembléia dos representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais foi feita uma petição à diretoria da Cotrijuí para que ela construísse um silo no município. Esta reivindicação foi encaminhada em conjunto pelo Sindicato, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, as paróquias Católica e Evangélica e pelo Grupo de Produtores Rurais de Ajuricaba. Também o município de Coronel Bicaco encaminhou uma reivindicação semelhante.

Em 1973 eram instaladas unidades da Cotrijuí em Vila Jóia, Coronel Bicaco e Chiapetta. Além do recebimento da produção, estas unidades ainda prestavam serviço na área de repasse, assistência técnica, liquidação de safras, etc. Gradativamente os serviços foram ampliados, inclusive com a instalação de seções de consumo. Em 1975 foi a vez dos municípios de Ajuricaba e Augusto Pestana (os mais próximos da sede, em Ijuí) também se beneficiarem com as instalações de unidades.

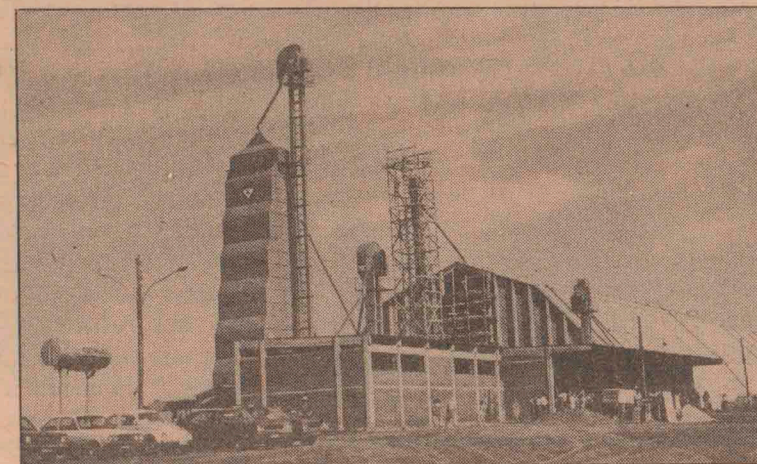
O último armazém construído nesta região foi o de Esquina Umbu, uma localidade a meio caminho de Santo Augusto, Ajuricaba e Chiapetta. Esta é a única instalação da Cotrijuí na Região Pioneira que funciona apenas como um ponto de recebimento de produto. Ali não existe uma unidade prestando os atendimentos rotineiros das demais localidades.



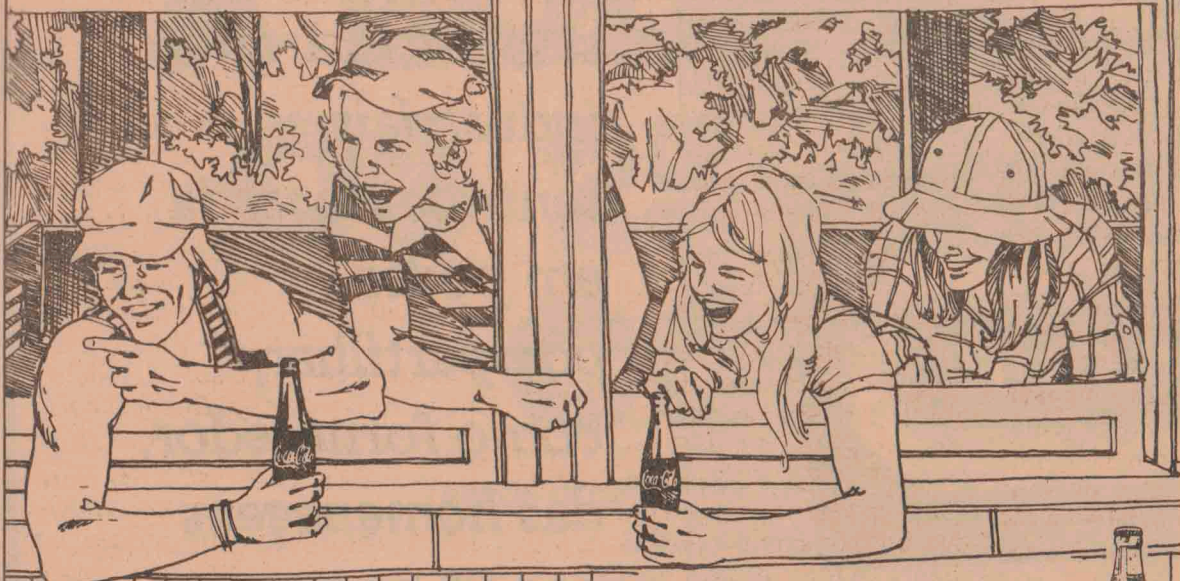
O bolo do segundo aniversário da nova gestão tinha forma de armazém



Santo Augusto marcou o início da expansão regional



As obras em Augusto Pestana foram concluídas em 1975



ESTE



Coca-Cola
dá mais vida
ao dia de sair
por aí.



PARABÉNS COTRIJUI

Ao completar um quarto de século, queremos externar os nossos parabéns à Direção, Funcionários e todo Corpo de Associados, que souberam elevar cada vez mais o seu nome. Largos sorrisos de felicidade São os votos de Refrigerantes Vontobel S/A Fabricante de Coca-Cola, Fanta, Minuano e Fonte Ijuí.

O consumo iniciou tímido



O primeiro supermercado foi o de Tenente Portela, inaugurado em 1974



A cantina de Ijuí levou anos até chegar na dimensão atual

O setor de consumo surgiu de uma forma muito tímida dentro da Cotrijuí. Na verdade, nos primeiros tempos, ele não passava de um "quebra-galho", que atendia basicamente os funcionários. O seu nome até era cantina, e ela estava instalada nos fundos da sede da cooperativa, numa garagem. E assim funcionou até 1960, quando foi transformada num mini-mercado, e passou também a fornecer gêneros alimentícios para os associados.

Em 1975 foi instalado o primeiro posto de abastecimento fora da sede da Cooperativa. Ele beneficiava a comunidade de Santa Lúcia, no interior de Ijuí. No ano seguinte foram também instalados postos em Sítio Gabriel e Tronqueiras (em Tenente Portela), em São Pedro e Rosário (no atual município de Augusto Pestana), Linha 28 Norte (que hoje pertence ao município de Ajuricaba) e em Coronel Bicaco. Um ano depois, em 1967, surgia o setor de consumo em Santo Augusto. Um novo posto foi inaugurado na Linha 6 Norte (interior de Ijuí), em 1972.

O primeiro supermercado da Cooperativa só foi surgir em 1974, na unidade de Tenente Portela. Enquanto isso, o mini-mercado de Ijuí só foi ganhar uma instalação maior em 1975, quando a sede da Cooperativa foi transferida para o local atual, depois de um incêndio que destruiu o prédio ocupado até aquela época.

As comunidades de Pinhal e Formigueiro (em Ajuricaba), viram instalados os postos de vendas da Cooperativa no ano de 1975. Em 1976, com a incorporação da Cooperativa Mista Mauá Ltda., as suas instalações passaram a abrigar um

posto da Cotrijuí. No mesmo ano era inaugurado o supermercado de Ajuricaba. Em 1978 foram abertos o posto de Vila Salto (Ijuí), e os supermercados de Jóiã, Chiapetta e Maracajú. Em 1979 começavam a funcionar o supermercado de Dom Pedrito, Miraguaí, Augusto Pestana, Derrubadas (em Tenente Portela), e Rio Brillante. Em 1980 surgiram as instalações de Dourados e Caarapó, no Mato Grosso, e São Valério (interior de Santo Augusto). Em 1981 foi instalado o mini-mercado de Rio Grande. Este ano foram inaugurados mais dois supermercados: Coronel Barros (no interior de Ijuí) e Jardim, no Mato Grosso do Sul, completando uma rede com 30 pontos de venda.

A QUARTA REDE

Com esta dimensão, o setor de consumo da Cotrijuí assumiu seguramente, como conta o diretor atual da área, Valdir Domingos Zardin, "a quarta posição entre a rede de lojas do Estado". E isto tem lá suas repercussões:

— Tal posição nos obriga a manter o setor sempre em evidência, para termos condições de competir de igual para igual com outras cadeias de lojas.

O grande objetivo é aproximar cada vez mais o produtor do consumidor, o que na interpretação do Zardin, "só vamos conseguir a partir do momento que distribuirmos o maior volume de produção obtido na área agrícola". Segundo ele o setor de consumo deve ser constantemente ativado, de forma que preste serviço não só a associados mas também a terceiros, "o que é uma maneira de reduzir custos e alcançar melhores resultados".



A ORTOPE', com seus três parques industriais, sente-se honrada em poder compartilhar, como fornecedor, das homenagens aos 25 anos da Cotrijuí

A criatividade nos vagões graneleiros



A foto é do dia da assinatura do convênio com a Rede Ferroviária

Assim como pouco se conhecia armazenamento à granel, praticamente também só existia transporte de produto ensacado. Era uma época em que, pelas péssimas condições de estradas e insuficiência de caminhões, o escoamento de safras se dava basicamente através de vagões da Rede Ferroviária Federal. Como as produções cresciam, sempre faltavam vagões para levar as safras até Rio Grande. Isto sem contar que os próprios vagões eram projetados unicamente para o transporte de produto ensacado.

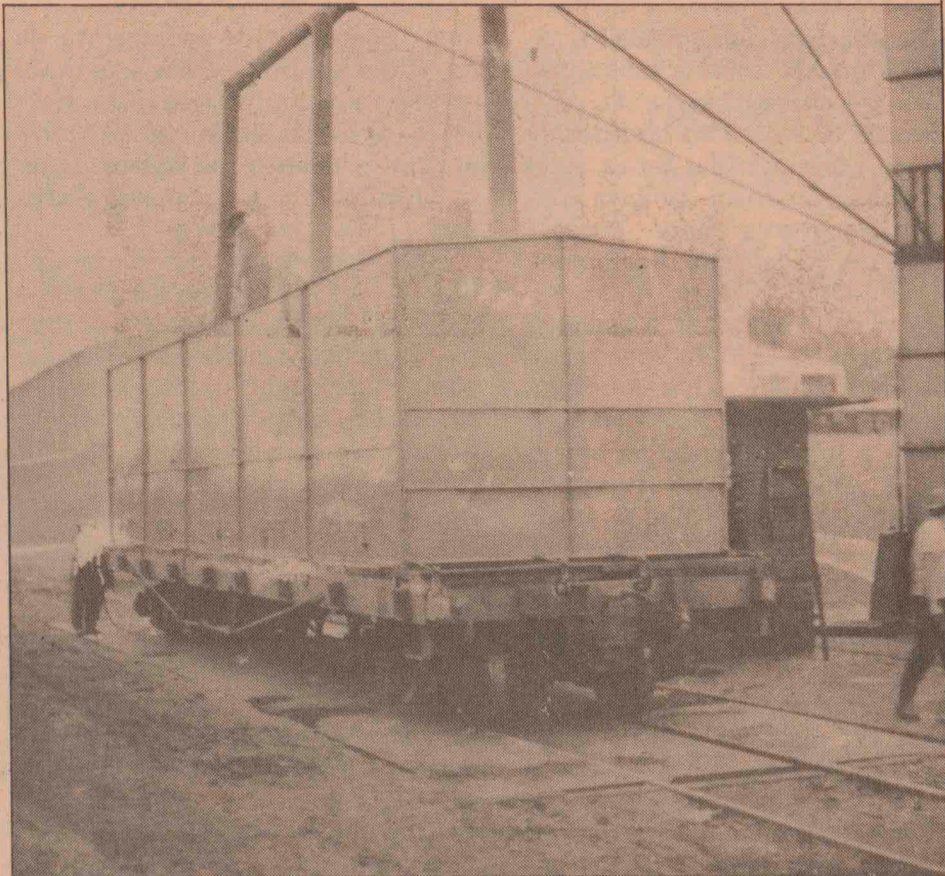
Quando se começou a trabalhar com o produto à granel, foram adaptados vagões boiadeiros — isolados com tábuas — ou mesmo aqueles usados para o transporte de pedra britada, neste caso cobertos de lonas amarradas. É claro que estas foram soluções que logo mostraram suas deficiências. Como os trens eram movidos a lenha, na hora de manobrar as locomotivas a máquina largava fagulhas que caíam em cima dos vagões e furavam as lonas. Se o

carregamento era feito em épocas de chuva, a lona era amarrada com corda molhada, e quando abria o sol as cordas ficavam frouxas. Quando soltava um nó soltavam todos, e se perdiam as lonas e parte de produto.

HORA DA CRIATIVIDADE

Aí a criatividade entrou no jogo outra vez. O pessoal imaginou construir vagões graneleiros próprios, adaptados à nova situação. Primeiro se pensou em fazê-los de madeira de lei, mas Werner Erwin Wagner, diretor industrial, achou que não daria certo, pois eles vergariam. Mesmo sendo uma saída cara, a decisão foi construir containers (vagões em aço, sobre uma plataforma comum da Rede Ferroviária). Diz o Werner:

— Fazer o container não era o problema. Mas eu não tinha condições de calcular a sua resistência, pois não sabia o que a Viação Férrea iria fazer. De vez em quando pegam aqueles vagões cheios e dão uma porrada, e dali vai estourar muito container. Então botamos



Vagões adaptados à nova situação

um em cima, pegamos a locomotiva e demos porrada no vagão. Realmente num lado ele ficou meio pado, então reforçamos ali e deu certo.

Clóvis Farina também lembra desta experiência:

— Junto com o BNCC nós conseguimos financiamento para construir 72 unidades de caixas graneleiras sobre plataformas. E elas vinham pintadas com dois pinheiros da Cotrijuí e aqueles trens começaram a correr o estado. Em Rio Grande era uma desgraça, que nunca tinham visto produto à granel. Então volta e meia não sabiam abrir

as gavetas e elas quebravam. Cada vez que chegava de volta um vagão, tinha que consertar. Aí tivemos que mudar o sistema, usando parafusos, rosca sem fundo. A Rede Ferroviária dava para a Cotrijuí um desconto substancial no frete, que já amortizava o financiamento, com uma condição: quando tudo estivesse pago, o que sobrasse passaria para a Rede. Na realidade foi o que aconteceu, mas sobrou muito pouco, pois as caixas graneleiras já estavam bastante estragadas. Mas a Rede com isso criou uma mentalidade de fazer os vagões graneleiros que existem até hoje.

A BODIPEL SAÚDA OS 25 ANOS DA COTRIJUI

Temos orgulho de ter participado desse desenvolvimento através de nossa linha de produtos

FILTROS, BICOS E
BOMBAS INJETORAS



CORREIAS E
MANGUEIRAS



TURBOALIMENTADORES



E os serranos chegam no mar

Se os novos silos graneleiros aliviaram a pressão sobre a capacidade de armazenamento existente, e a construção de vagões apropriados facilitou o transporte das safras, estas experiências serviriam também para mostrar claramente onde é que a questão do escoamento ficava travada. Era em Rio Grande. Ali, no sistema portuário existente, é que estava o gargalo da "garrafa" que representavam as safras gaúchas. A própria expansão da lavoura ficava ameaçada, com a soja crescendo de importância e valorizando cada vez mais, ao mesmo tempo em que já sentia que entravam novas safras nos armazéns enquanto as anteriores ainda estavam estocadas.

Em todo estado os dirigentes das cooperativas "esquentavam" a cabeça com a situação que se agravava cada vez mais. Na área da Cotrijuí a questão começou a ser discutida com os associados, que passaram assim a tomar conhecimento dos problemas mais amplos que envolviam a sua produção. Foi aí que se decidiu fazer uma viagem de um grupo de agricultores até Rio Grande, onde eles foram ver de perto a verdadeira situação do sistema portuário gaúcho. A viagem aconteceu em agosto de 1969. Antes disso a direção já viajara diversas vezes até lá e ficara sabendo que não estava previsto um aumento na capacidade do porto. Descobriram também um velho projeto de expansão portuária na 4a. Seção da Barra, que nunca fora levado à frente por falta de recursos. Foi feita ainda uma viagem até Buenos Aires, na Argentina, para conhecer as instalações portuárias de lá.

A IDEIA QUASE ESFRIOU

Depois da viagem a Buenos Aires, a direção concluiu que teria condições de, sozinha, levar adiante um projeto. Inicialmente se pensava em fazer uma instalação em Rio Grande para manter um fluxo regular de transporte e resolver o problema da Cotrijuí. Só que a administração do porto não concordou. Exigiam

uma capacidade de escoamento de no mínimo 1.000 toneladas por hora, dentro de um projeto que cobrisse as necessidades não só da Cotrijuí como também de outros. O investimento seria muito grande e, com isso, a idéia quase esfriou.

A primeira intenção era sensibilizar o Estado a assumir o trabalho de ampliação da capacidade portuária. Se tentou também envolver outras entidades num trabalho conjunto. Quem conta é Clóvis Adriano Farina, superintendente da Cotrijuí e responsável direto pela administração atual do terminal em Rio Grande:

— Fomos à Fecotriço, expusemos que o estrangulamento era em Rio Grande, todos estavam tendo prejuízos consideráveis. Embora admitissem as necessidades de melhorar as condições portuárias, a Fecotriço rechaçou o projeto, dizendo que tinha é que cuidar do produtor e que isso era uma questão do Governo. E entendiam que a expansão do trigo e soja já tinha atingido um bom nível, e era para parar. Todo mundo tinha chegado a uma posição mais ou menos conservadora, que o Fogliatto e o Ruben não abraçaram.

NINGUÉM ACREDITOU

Em novembro de 1969 aconteceu uma reunião no Palácio Piratini, com o então governador Walter Perachi Barcellos, onde foi discutida a questão. Tanto a Cotrijuí, como a Fecotriço, como a CESA (Companhia Estadual de Silos e Armazéns), pediam terreno na 4a. Seção da Barra em Rio Grande. Só que as duas entidades não se decidiam a levar adiante imediatamente a idéia. E àquelas alturas, a Cotrijuí até um projeto estava fazendo. Clóvis Farina é quem recorda o diálogo com o governador:

— O governador perguntou: "— A CESA vai fazer a obra?" "— Não, Senhor Governador, não temos recursos". "— A Fecotriço vai fazer a obra?" "— Não, estamos em estudos, senhor governador". "— A Cotrijuí vai fazer a obra". "— Vai fa-

zer". "— Então é o seguinte: para que vocês não briguem, tem terreno para os três".

"Mas até então", conta Farina, "nem Governador e nem ninguém acreditava que a obra saísse. Os colonos de Ijuí fazer uma obra no porto, se nem caíque conhecem? Assim também foi conseguida a licença para a construção, com incredulidade".

Mas a direção levava à frente o projeto, pois também desenvolvia um trabalho junto aos agricultores, através dos núcleos de base, discutindo a importância, naquele momento, de construir o terminal. No dia 27 de dezembro aconteceu uma Assembleia bastante concorrida, onde os associados aprovaram descontar mais três por cento da safra de trigo como empréstimo compulsório para a construção do terminal.

E tecnologia para levar adiante o projeto? Foi toda desenvolvida aqui mesmo, com a colaboração do engenheiro Victor Bohn que fez todos os cálculos necessários. Afirma Farina:

— Não fosse esse engenheiro húngaro, que sentiu algo novo no Brasil, este terminal não teria sido feito. Calcular um edifício em Ijuí é diferente de calcular suporte de estacas submersas, onde não se sabe a resistência da área submersa e o efeito da água sobre a areia. Tudo isso aí são coisas que escapavam da tecnologia brasileira na ocasião.

FORÇA EM LEVAR ADIANTE

O dinheiro dos agricultores, porém, foi gasto rapidamente. Aí, mais uma vez, o Banco do Brasil, através novamente da disposição de Antonio Carlos Abbott (diretor do CTRIN) e de Nestor Jost (diretor do Banco), que sentiram a força dos agricultores em levar adiante a sua idéia, liberou um empréstimo de Cr\$ 8 milhões. Este era o custo inicialmente orçado para todo projeto. Só que isto também não chegou, pois o orçamento — pela inovação que representavam as obras do terminal — se mostrou logo em seguida defasado.

Um reforço de Cr\$ 10 milhões foi concedido pelo Banco, o que somado ao empréstimo inicial representava o maior financiamento já concedido no Brasil ao setor rural.

Este dinheiro foi o suficiente para implantar parte do projeto. Dos oito armazéns previstos — numa capacidade de estocagem de 220 mil toneladas — apenas quatro puderam ser concluídos. No dia 28 de novembro de 1971 foi feita a primeira descarga de vagões carregados de trigo. Depois, com a própria operação do terminal, a Cotrijuí conseguiu os recursos necessários para levar adiante a obra, sem precisar desta vez lançar mão de financiamentos bancários.

COM O PRESIDENTE. MAS SEM FOGLIATTO

Muitas visitas de autoridades começaram a acontecer. A mais ilustre foi a do então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, que estava acompanhado dos ministros dos Transportes, Mário Andreazza, e da Agricultura, Luiz Fernando Carne Lima, e do governador Euclides Triches. A visita foi no dia 16 de outubro de 1972. Luiz Fogliatto, idealizador da obra, não estava presente. Uma semana antes, sem ver o terminal concluído, ele tinha falecido.

A inauguração oficial só foi acontecer no dia 22 de julho de 1975, com a participação de associados, autoridades municipais da Região Pioneira da Cotrijuí, funcionários da Cooperativa, os secretários estaduais de agricultura, Getúlio Marcantônio, e da Indústria e Comércio, Cláudio Strassburger, e do ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli. Daquele dia em diante, o terminal da Cotrijuí recebeu o nome oficial de Terminal Graneleiro Luiz Fogliatto.

Esta obra foi o primeiro passo na transformação da Cotrijuí numa cooperativa de expressão nacional. Foi também um fator determinante para garantir a continuidade da expansão das lavouras de trigo e soja na região. No momento foi uma decisão importante da Cotrijuí levar adiante a idéia que nasceu com Luiz Fogliatto e foi assumida por todo quadro social. Atualmente o Terminal não tem mais o mesmo significado de 12 anos atrás, e nem traz os mesmos resultados, isto devido a uma modificação total do panorama que se vivia no final da década de 70. O próprio Estado ampliou suas condições de armazenamento e escoamento da produção no Porto de Rio Grande, assim como em outros locais. Ao mesmo tempo, aquele clima de euforia do trigo e da soja também ficou como uma lembrança de um passado muito próximo.

Tecnologia caseira na fábrica de Rio Grande

Desde o momento em que foram iniciadas as obras do Terminal, começou a crescer a idéia de construir uma fábrica de óleo no mesmo local. A transformação da idéia em realidade veio quando o Governo decidiu intervir na comercialização da soja, estabelecendo cotas fixas de exportação. A medida tinha o objetivo de garantir o abastecimento do mercado interno, protegendo também as indústrias instaladas no País que não competiam em preços com o mercado internacional.

"Então, qual era a conclusão óbvia de quem estava administrando uma cooperativa?" — recorda o presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva. E ele mesmo responde:

— Ora, se não posso exportar, porque devo vender à indústria, então vou ter a minha indústria.

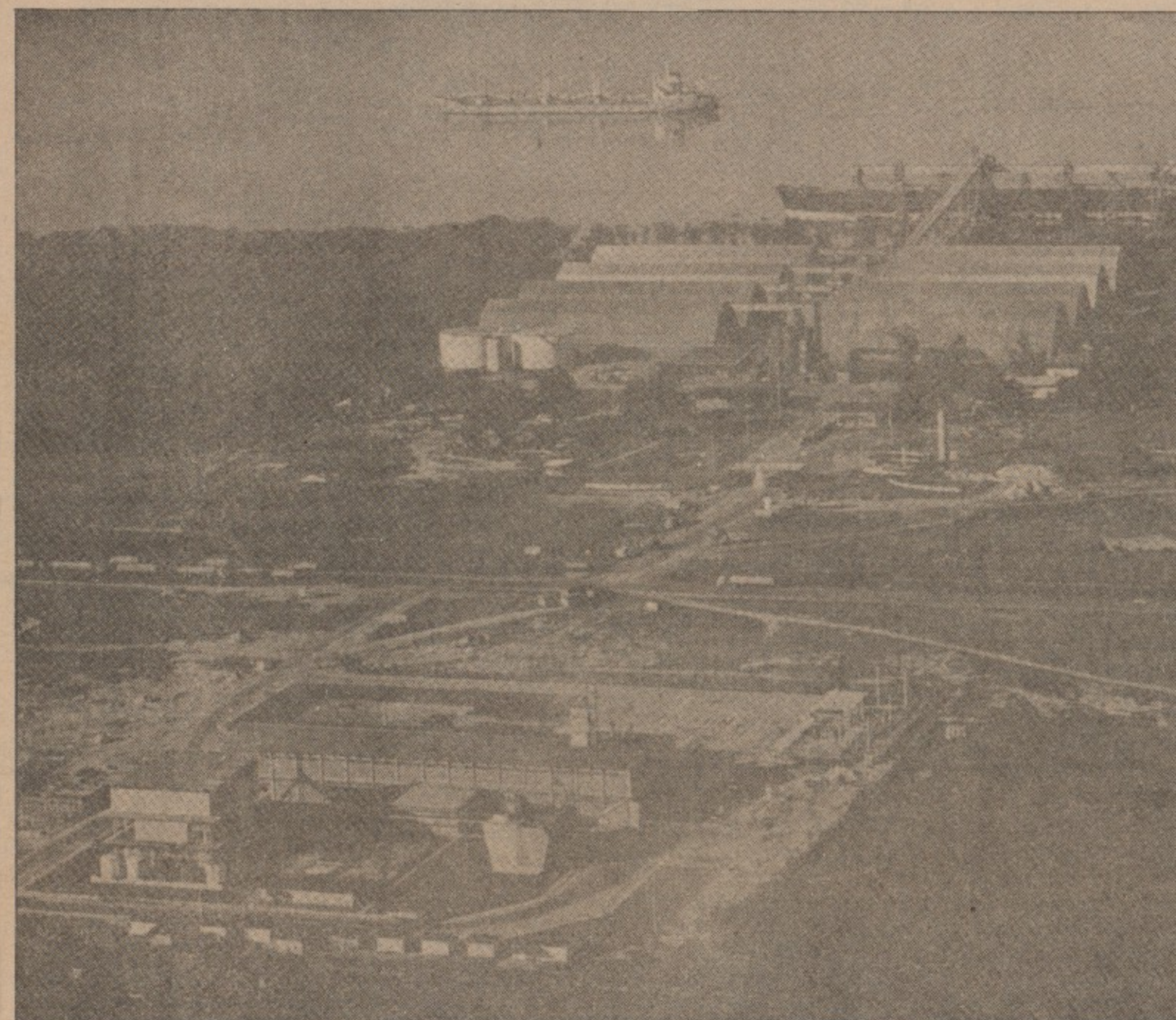
A tecnologia para a instalação da fábrica já se tinha dentro de casa mesmo, com a experiência da indústria de Ijuí. E tecnologia toda nacional. A implantação da fábrica aconteceu rapidamente. O projeto foi aprovado no final de dezembro de 1976 e sete meses depois a indústria estava pronta, como lembra Werner Wagner, responsável pela parte técnica da obra:

— Ela começou a funcionar um dia depois da Cotrijuí completar 20 anos. Sei que dia 20 de julho eu estava em Rio Grande e em Ijuí aconteciam todas aquelas festas.

A inauguração oficial da fábrica foi em 25 de novembro de 1977, com a participação do ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli (que dois anos antes também inaugurara o terminal). Sua capacidade instalada permite o esmagamento de 1.000 toneladas por dia.

A unidade de Rio Grande permitiu que a Cotrijuí recuperasse sua participação no mercado de óleos vegetais. Acontece que a fábrica de Ijuí, apesar das ampliações na sua capacidade de beneficiamento do produto, não tinha condições de abastecer o mercado frente ao parque industrial instalado tanto no Rio Grande do Sul como no País. Desta forma, a produção de óleo da Cotrijuí, assim como de farelo, dá um salto de um ano para outro. Das 5.965 toneladas de óleo produzidas em 75/76, se passa a 29.570 toneladas em 76/77; o farelo passou de 23.903 toneladas para 127.780.

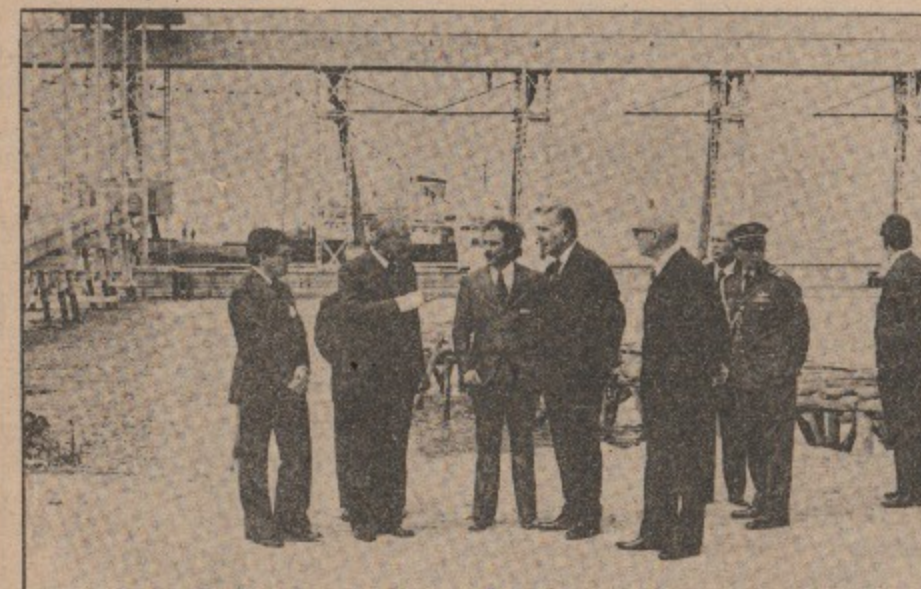
No ano passado a produção de óleo na Cooperativa chegou a 63.760 toneladas. A produção de farelo, no mesmo período, foi de 270.655 toneladas.



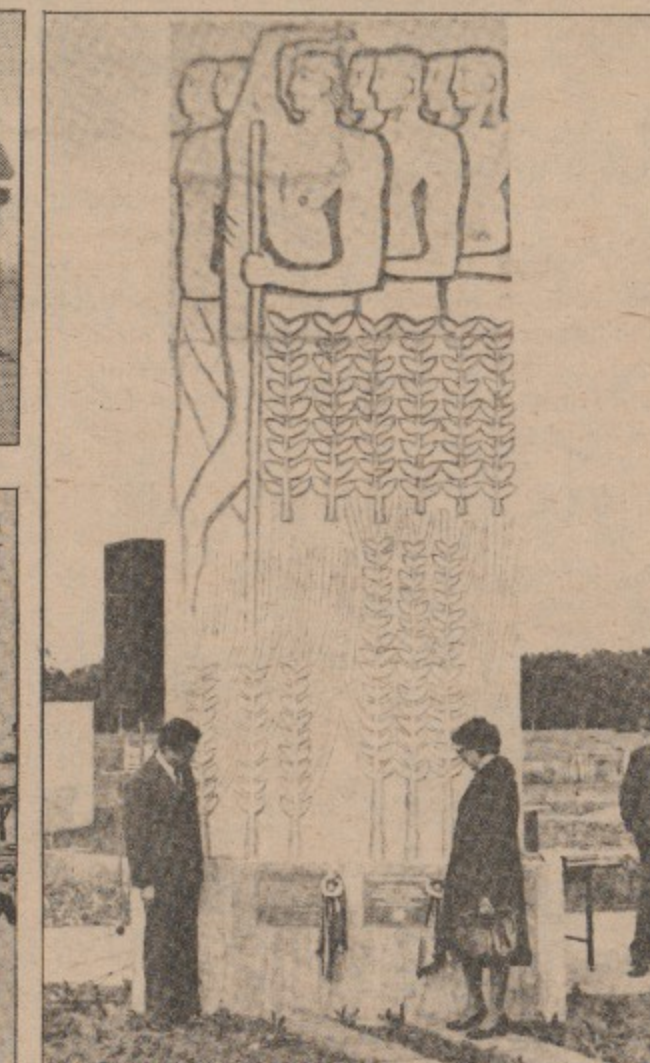
O Terminal Luiz Fogliatto deu à Cotrijuí expressão nacional



Este foi o primeiro grupo de associados a conhecer Rio Grande



Uma visita importante: o presidente Emílio Médici



O ministro Paulinelli e a viúva Lacy Fogliatto inauguram o Terminal

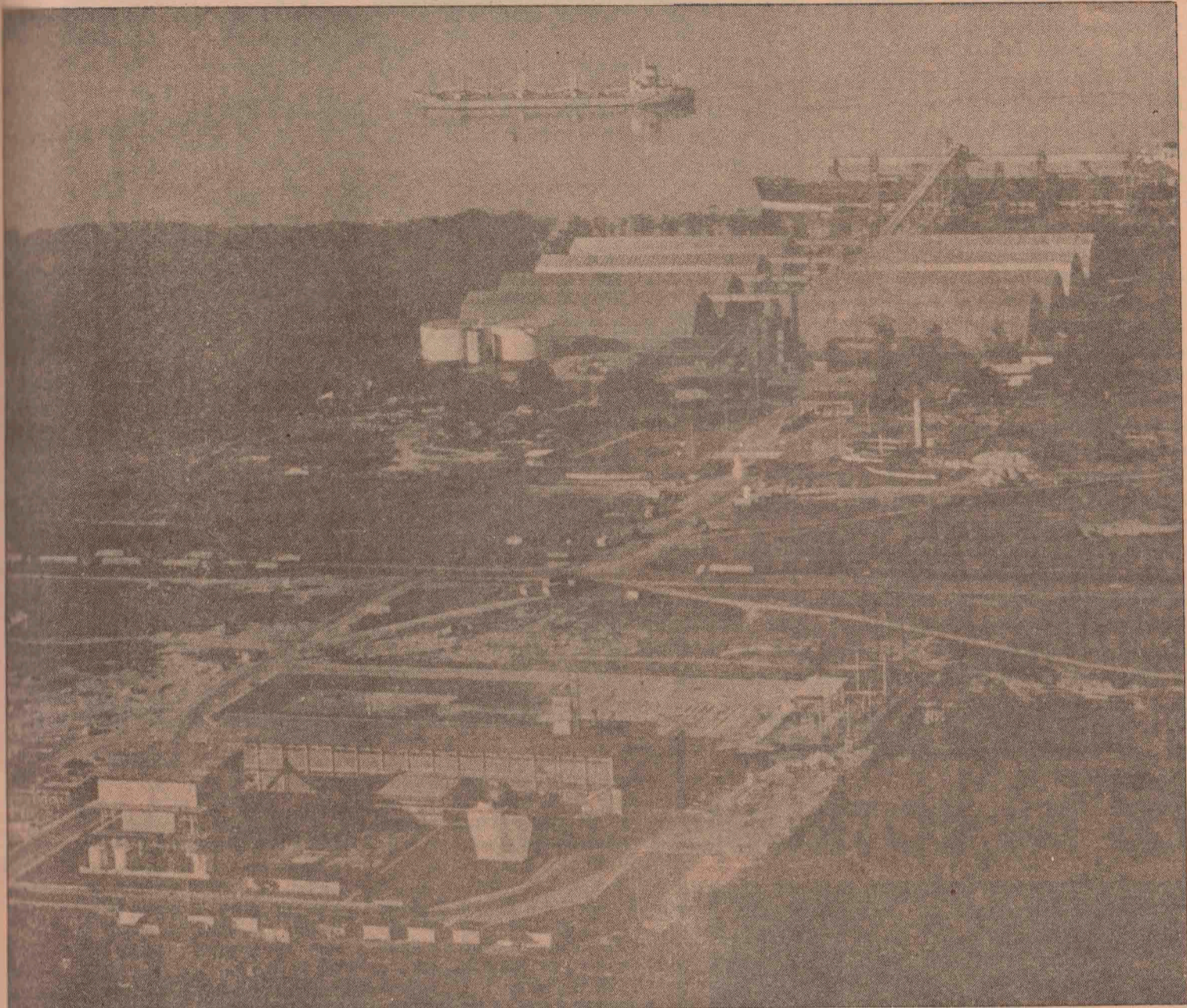


Na reunião com o Governador: "a Cotrijuí vai fazer a obra"



Luiz Fogliatto mostra as obras para o ministro Mário Andreazza

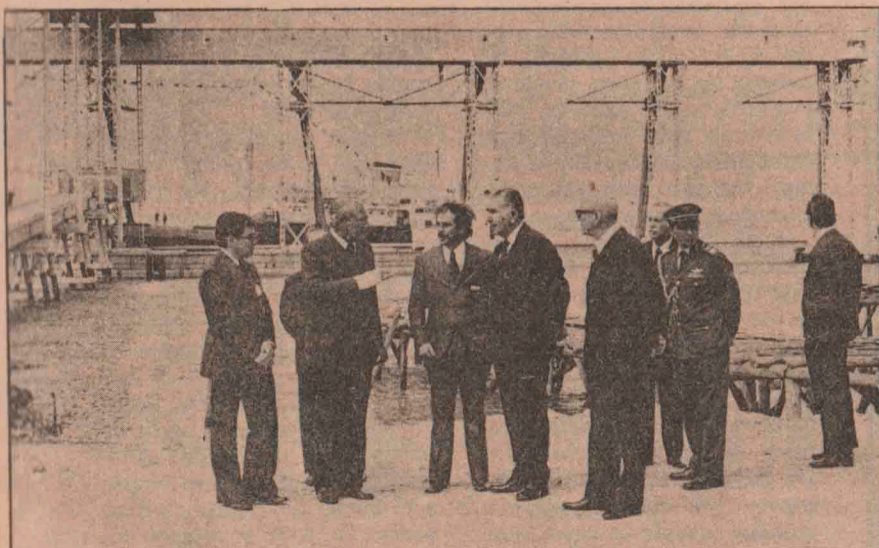
negam no mar



O Terminal Luiz Fogliatto deu à Cotrijuí expressão nacional



Este foi o primeiro grupo de associados a conhecer Rio Grande



Uma visita importante: o presidente Emílio Médici



O ministro Paulinelli e a viúva Lacy Fogliatto inauguram o Terminal

Tecnologia caseira na fábrica de Rio Grande

Desde o momento em que foram iniciadas as obras do Terminal, começou a crescer a idéia de construir uma fábrica de óleo no mesmo local. A transformação da idéia em realidade veio quando o Governo decidiu intervir na comercialização da soja, estabelecendo cotas fixas de exportação. A medida tinha o objetivo de garantir o abastecimento do mercado interno, protegendo também as indústrias instaladas no País que não competiam em preços com o mercado internacional.

"Então, qual era a conclusão óbvia de quem estava administrando uma cooperativa?" - recorda o presidente da Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva. E ele mesmo responde:

- Ora, se não posso exportar, porque devo vender à indústria, então vou ter a minha indústria.

A tecnologia para a instalação da fábrica já se tinha dentro de casa mesmo, com a experiência da indústria de Ijuí. E tecnologia toda nacional. A implantação da fábrica aconteceu rapidamente. O projeto foi aprovado no final de dezembro de 1976 e sete meses depois a indústria estava pronta, como lembra Werner Wagner, responsável pela parte técnica da obra:

- Ela começou a funcionar um dia depois da Cotrijuí completar 20 anos. Sei que dia 20 de julho eu estava em Rio Grande e em Ijuí aconteciam todas aquelas festas.

A inauguração oficial da fábrica foi em 25 de novembro de 1977, com a participação do ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli (que dois anos antes também inaugurara o terminal). Sua capacidade instalada permite o esmagamento de 1.000 toneladas por dia.

A unidade de Rio Grande permitiu que a Cotrijuí recuperasse sua participação no mercado de óleos vegetais. Acontece que a fábrica de Ijuí, apesar das ampliações na sua capacidade de beneficiamento do produto, não tinha condições de abastecer o mercado frente ao parque industrial instalado tanto no Rio Grande do Sul como no País. Desta forma, a produção de óleo da Cotrijuí, assim como de farelo, dá um salto de um ano para outro. Das 5.965 toneladas de óleo produzidas em 75/76, se passa a 29.570 toneladas em 76/77; o farelo passou de 23.903 toneladas para 127.780.

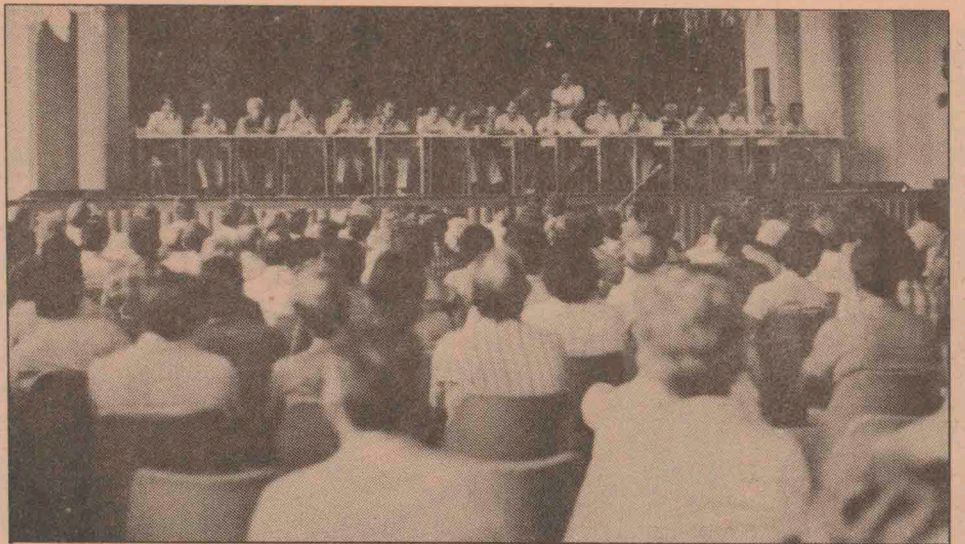
No ano passado a produção de óleo na Cooperativa chegou a 63.760 toneladas. A produção de farelo, no mesmo período, foi de 270.655 toneladas.

Com Dom Pedrito se alcançou a Fronteira

No início da década de 70, principalmente depois do estouro nos preços da soja em 73, as lavouras da região onde atuava a Cotrijuí estavam tomando os últimos espaços livres. A expansão do trigo e da soja em termos de área chegava ao fim. Desta forma, o aumento no volume de produção ficava condicionado basicamente à melhoria de produtividade, algo difícil de acontecer em curto espaço de tempo. Paralelamente, dentro de uma realidade de lavouras em sucessão de trigo e soja que cada mais vez se tecnificavam, a estrutura fundiária da região — com a predominância de pequenas propriedades — surgia como um problema difícil de superar regionalmente. Foi assim que duas alternativas que se complementavam começaram a ser idealizadas: uma modificação na estrutura fundiária e a expansão da área de ação da Cooperativa. E desta forma as fronteiras da Cotrijuí chegaram até a Amazônia, até Dom Pedrito e até o Mato Grosso do Sul.

Com Dom Pedrito a Cotrijuí chegou à Fronteira do Rio Grande do Sul, à zona da campanha, da pecuária. A incorporação da Cooperativa Pedritense de Produtos Agropecuários Ltda., efetivada numa assembléia conjunta das duas cooperativas em 17 de fevereiro de 1976, foi o tipo de acontecimento que atendia da melhor forma possível o interesse tanto da Cotrijuí como da Pedritense.

Os vastos campos da Fronteira, tradicionais na exploração pecuária, representavam o espaço que se procurava para expandir as lavouras de soja, ao mesmo tempo em que poderiam auxiliar na solução do problema da estrutura fundiária da região do Planalto. Também se pensava em levar adiante uma experiência recém-iniciada na área da pecuária. Mas a idéia da incorporação surgiu mais por parte da própria Pedritense, que enfrentava sérios problemas operacionais. O seu Conselho de Administração é quem resu-



A assembléia conjunta foi em fevereiro de 1976

miu o que acontecia, durante uma reunião em setembro de 1976:

— Omissão na entrega da produção; grande número de sócios simbólicos; falta de motivação associativa; impossibilidade da cooperativa garantir resultados satisfatórios diante da sempre crescente evasão

da produção; descrédito dos associados frente a maus resultados apurados e apresentados; falta de capital de giro da entidade; dificuldade de conseguir crédito suficiente ao andamento desejado das operações, mesmo a taxas altas; custo operacional elevado. . . →

AS DELÍCIAS NEUGEBAUER NOS 25 ANOS DA COTRIJUI



HARRY RAYER

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO DE

ERNESTO NEUGEBAUER S.A.

Rua 14 de Julho, 829 — Caixa Postal, 537 — Fone: 1284 — 98700 — IJUÍ — RS

A incorporação da Mauá

As incorporações das cooperativas dos Agropecuaristas e da Ramada, em 65, apenas iniciaram o processo de absorção das pequenas entidades do sistema pela Cotrijuí. No dia 4 de dezembro de 76, foi incorporada a Mista Mauá, também de Ijuí; dia 17 de fevereiro a Pedritense de Produtos Agropecuários, de Dom Pedrito; e a 21 de dezembro de 77, a Agropecuária Mista de Maracajú, no Mato Grosso do Sul. Outras foram compradas pela Cotrijuí e houve até cooperativas que simplesmente desapareceram com o crescimento da nova organização, que se consolidava ano a ano.

O processo de incorporação das pequenas cooperativas da Região à Cotrijuí era mesmo irreversível, segundo o presidente do Sindicato dos Empreendedores Rurais de Ijuí, Reinhold Kommers, e que ocupava a presidência da Mauá em 76. Ele concorda com os que interpretam o desaparecimento das cooperativas como resultante da tendência natural do crescimento da Cotrijuí. Ao mesmo tempo, essas pequenas organizações do sistema, existentes na zona do trigo, não conseguiam acompanhar a evolução do novo cooperativismo, e começavam a definir.

A Mauá existia desde 1950, e integrava em seus quadros os produtores da localidade de Mauá e núcleos próximos. Em 76, quando acontece a incorporação, ela tinha mais de 400 associados, uma seção de consumo e até serviço de repasse de custeio agrícola. Do seu patrimônio, a Cotrijuí absorve, entre outras coisas, um moinho movido a água, uma área de terra e sua sede, tudo localizado lá mesmo, em Mauá. Havia uns quatro ou cinco fun-

cionários, que passaram a trabalhar para a Cotrijuí.

BÜROCRACIA

Kommers relembra que, desde a fundação da Cotrijuí, a Mauá era sua associada, em função da comercialização do trigo, no início, e depois da estrutura montada em cima da soja. Aos poucos, segundo ele, foi se notando que essa intermediação criava obstáculos burocráticos. "A Mauá acertava as contas com a Cotrijuí, e depois ia se entender com seus associados, até que os produtores perceberam que era preferível tratar de tudo diretamente", diz Reinhold Kommers.

Por isso, a incorporação foi pacífica, e apenas uma queixa os ex-associados da Mauá levantam até hoje. Acontece que, desde 76, o atendimento para repasse deixou de ser prestado na localidade, e o pessoal tem que se deslocar até a cidade, percorrendo uns 35 quilômetros. Há também quem se lembre de uma promessa que a Cotrijuí ainda está por cumprir, e que é a ampliação da área de consumo da vila, com a construção de um novo prédio para o supermercado.

Mas no resto Kommers acha que só se contam vantagens. Ele recorda que estava ficando cada vez mais difícil de se conseguir pessoal habilitado e disposto a assumir a administração da Mauá. A cooperativa não possuía uma estrutura administrativa que atendesse às exigências do momento. A modernização trazida pela Cotrijuí, com inovações a partir da formação de um quadro administrativo que acompanhasse a evolução do cooperativismo dentro de toda economia, foi decisiva para que as incorporações acontecessem, segundo Kommers.

A ESTABILIDADE

Inicialmente a Pedritense pensava em "aliar interesses comuns" com a Cobagelan, de Bagé (município vizinho), mas não conseguiu chegar a uma solução. Foi então que a direção da Cotrijuí foi procurada por dois associados da Cooperativa de Dom Pedrito: o ex-ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, e um funcionário do Banco Central, Suleiman Hias. A Cotrijuí mostrou seu interesse, tomou conhecimento da situação da Pedritense e deu início ao processo de incorporação.

"Na realidade a Pedritense era uma cooperativa que não tinha investimentos", afirma Ruben Ilgen-

fritz da Silva. "Tinha uma situação econômica e financeira estável, não tinha grandes prédios, mas o prejuízo também não era significativo. E tivemos grande receptividade dos produtores locais nas assembleias feitas, nas reuniões. Era uma cooperativa que tinha na sua administração a maior expressão da comunidade, políticos, médicos, advogados, grandes pecuaristas, que entenderam que era um casamento que significaria estabilidade e certamente o revigoramento do setor".

UMA NOVA REALIDADE

Dom Pedrito representou para a Cotrijuí uma realidade completamente nova. Em pouco tempo se concluiu que a soja não assumiria uma importância expressiva para a

economia regional e que a expansão de área para esta cultura não aconteceria ali. Tanto que também a transferência de agricultores para a campanha não assumiu a proporção imaginada inicialmente. Se estes objetivos, que haviam motivado a Cotrijuí, não foram alcançados, a incorporação da Pedritense permitiu que a Cotrijuí ampliasse muito mais significativamente as suas atividades.

A chegada na Fronteira representou uma diversificação para a Cotrijuí. Ali se começou a trabalhar com arroz, com carne, com lã. E isto não só no recebimento e comercialização, mas também na industrialização. Ali já estava instalado um frigorífico, que passou por pequenas reformas, e tem a capacidade de abater 185 cabeças por dia. O arroz também começou a ser beneficiado (é comercializado através das marcas Levietti e Império), primeiro num engenho alugado e mais recentemente numa instalação construída pela Cotrijuí. Ali inclusive foi montada uma usina de parboilização de arroz (que tem a capacidade de recompor os grãos inteiros).

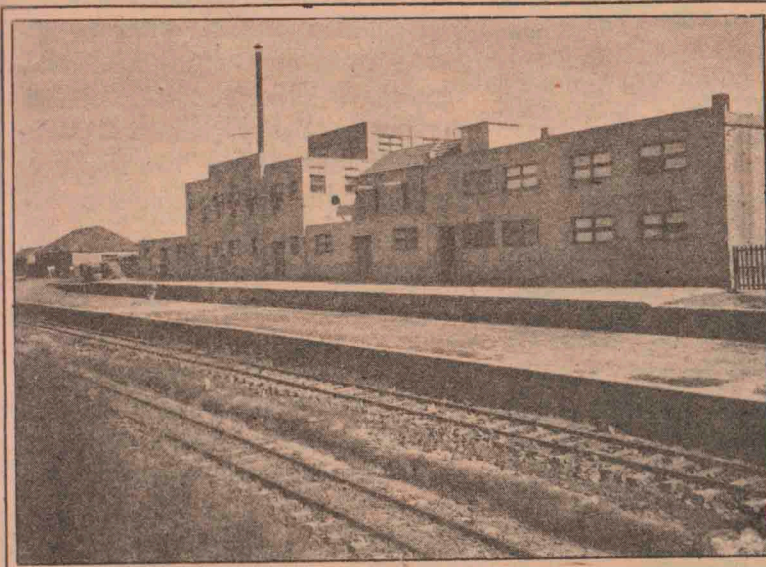
Em Dom Pedrito também a Cooperativa se viu forçada a aprender novas técnicas, principalmente de armazenagem, onde o pioneirismo da construção de silos para trigo e soja de pouco adiantava para o arroz. Foi preciso aprender a abater

bovinos, a industrializar arroz, a comercializar estes produtos.

CRESCER EM EXPERIÊNCIA

E a Cooperativa com isso cresceu mais uma vez. E não só em área de ação ou número de associados. Cresceu também em experiência, assim como contribuiu para o fortalecimento do cooperativismo naquela região.

Na época da incorporação, a Pedritense estava com 1.200 associados. Hoje os produtores vinculados à Cotrijuí em Dom Pedrito são em número de 1.962. No último ano de atividade da Pedritense, a comercialização de carne chegara a 1.600 toneladas. Em 1981 se alcançou 8.416 toneladas. O arroz pulou de 11.878 toneladas em 1976, para 43.030 no ano passado, enquanto a comercialização de lã, que fora de 946 toneladas em 1976, passou para 1.153 toneladas. Na Unidade de Dom Pedrito, no ano passado, ainda se recebeu trigo (655 toneladas), soja (12.019 toneladas), sorgo (9.038 toneladas), mel (11.700 quilos), aveia (707 toneladas), milho (320 toneladas) e semente de cebola (775,5 quilos).



O frigorífico em Dom Pedrito: a atividade diversificada

Amazônia: um projeto em compasso de espera

Quando dentro da Cotrijuí se começou a pensar num projeto de colonização, o que se imaginava na região eram apenas as lavouras de trigo e soja. Dentro desta visão, a produção só seria viável economicamente se encaminhada dentro de uma área mínima de terra calculada em torno de 30 hectares. Desta forma a maioria das propriedades existentes não permitiam uma exploração econômica e tecnicamente compensadora. A solução seria a reaglutinação de áreas de minifúndio na região, de uma forma tal que cada propriedade não tivesse menos do que 36 hectares (o módulo mínimo considerado viável). Pequenos proprietários venderiam suas terras para os vizinhos, e se transfeririam para uma área de colonização implantada pela Cooperativa.

E assim começou uma discussão com os associados sobre os problemas da estrutura fundiária e da possibilidade de se implantar um projeto de colonização. O primeiro pensamento era desenvolver um projeto dentro do próprio Rio Grande do Sul, o que se mostrou inviável depois de alguns contatos realizados com órgãos oficiais. Foi então que o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) convidou a cooperativa a participar das colonizações desenvolvidas pelo Governo no Norte do País, ao longo da Rodovia Transamazônica. Antes de aceitar esta proposta, a Cotrijuí tentou encontrar áreas mais próximas, no Mato Grosso do Sul e na Bahia, o que também

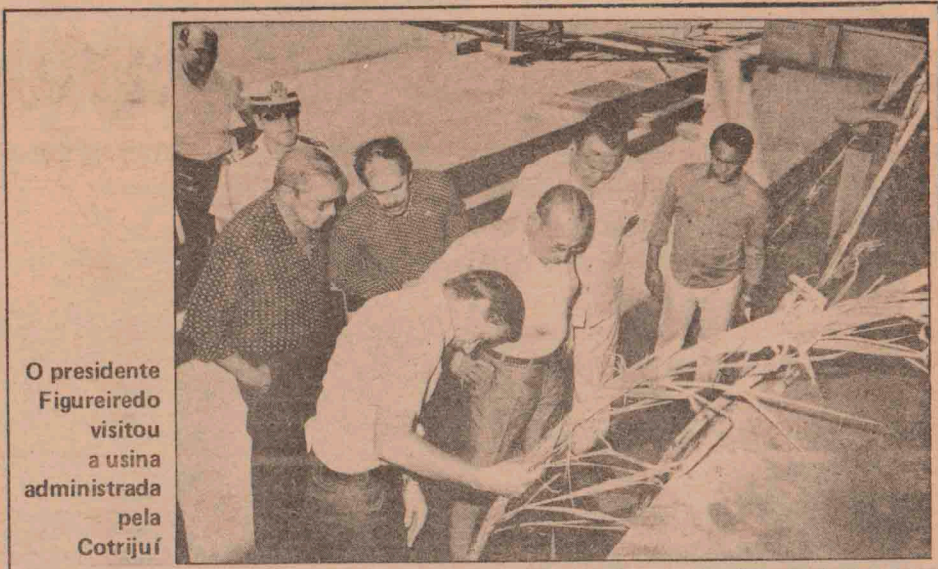
se mostrou muito difícil. E assim a Cotrijuí acabou indo para a Amazônia, como recorda o presidente Ruben Ilgenfritz da Silva:

— Se começou a procurar áreas por toda região, até em Rondônia. Fizemos toda aquela parte de Cuiabá até Santarém, O INCRA nos ofereceu umas glebas e nós escolhemos, depois de um levantamento, uma área de 400 mil hectares situada próxima a Altamira, ao sul da Transamazônica.

O PROJETO

A área foi transferida para a Cotrijuí no dia 17 de março de 1977 e logo se começou a encaminhar o projeto de ocupação da área. A previsão era deslocar 2.000 famílias de agricultores durante o prazo de 10 anos. Cada família receberia 200 hectares, reservando a metade intocada de floresta virgem. Enquanto isto, no Sul, os que permanecessem não poderiam, em hipótese alguma, ficar com propriedades maiores do que 150 ou menores do que 36 hectares ao comprarem as áreas daqueles que se transfeririam.

Hoje o projeto ainda não saiu do papel. E muita coisa fez com que isto acontecesse. A área foi interditada pelo INCRA, que argumenta existirem indígenas na terra (da tribo de nômades Araras), o que impediu inclusive a entrada de técnicos contratados pela cooperativa para o estudo da área e posterior implantação do projeto. Outro ponto foi a inexistência de



O presidente Figureiredo visitou a usina administrada pela Cotrijuí

recursos financeiros para a transferência de agricultores. Sem crédito fundiário — para a compra de terra — não há condições de levar adiante uma das etapas do projeto, que era a de reaglutinação de áreas na região Pioneira.

Enquanto se esperava uma definição oficial para o prosseguimento do trabalho, a cooperativa foi mais uma vez procurada pelo INCRA, com a proposta de administrar um projeto de colonização já instalado na região e bem nas proximidades da área inicial. De março de 1979 até fins do ano passado a Cotrijuí participou deste projeto na CIRA-PACAL (Cooperativa Integral de Reforma Agrária — Projeto Agro-Canavieiro Abraham Lincoln) administrando uma usina de açúcar e de álcool, assim como duas serrarias, alugadas do INCRA em regime de comodato (concessão de uso).

MANTER A ÁREA

Com a falta de perspectiva de uma liberação a curto prazo da área de coloni-

zação, também não existiam razões que justificassem a administração do projeto CIRA-Pacal. Nem por isso, entretanto, a idéia de ocupar a Amazônia com associados da Cotrijuí foi descartada. Diz o presidente Ruben Ilgenfritz da Silva:

— A nós interessa manter esta área pois mais cedo ou mais tarde vai acontecer alguma coisa na Amazônia. Mas nosso pensamento hoje, para mexer na terra, é completamente diferente do original. Em primeiro lugar não se deverá mexer na terra de forma isolada, mas sim fazer um projeto político em cima disto, pois uma cooperativa de forma isolada nada vai prestar. Para mexer como está hoje, sem ser um projeto político maior, a cooperativa também deveria ter áreas em outros lugares. Mas não para levar o pequeno produtor, e sim o médio e o grande. Claro que isto precisaria acontecer com uma linha de crédito fundiário, para permitir que o produtor que fique aqui tenha a condição de acesso à terra do que saiu.

Um grande espaço aberto com a chegada ao Mato Grosso

Em 1977 a fronteira da Cotrijuí alcançava o Mato Grosso do Sul. Ali, numa região com sistema de produção muito semelhante ao do Sul, foram encontradas as condições favoráveis e o espaço para a ampliação da capacidade de produção de trigo e de soja. Ainda foi viabilizado um deslocamento maior de produtores, especialmente os de porte médio e grande. A presença de agricultores gaúchos já era uma realidade no Mato Grosso do Sul antes da entrada da Cotrijuí na região, mas ela pesou bastante na decisão de associados da Região Pioneira se instalarem na nova área de ação. E também, com o tempo, a própria concepção de transferência de pequenos agricultores foi perdendo sua razão de ser. E isto quem conta é o vice-presidente Arnaldo Oscar Drews:

— Hoje, pelo valor, pelos preços altos que estão os componentes de formação de uma lavoura, até não se deve levar pequenos para a colonização. Tem que ser os grandes e médios, para deixar as terras daqui não se valorizarem demais e não se aglutinarem. E também o pequeno é mais vinculado à parte afetiva da família, muito ligado ao pai, mãe, ao sogro, irmãos, primos. O grande já tem mais condições de apenas dar uma assistência e ele tocar por conta. Dentro desta concepção foi altamente válida a incorporação de Maracaju e depois a compra do patrimônio de Dourados. Deslocando não o pequeno, mas o médio e o grande, evitou do pessoal comprar dos vizinhos.

INÍCIO EM MARACAJÚ

As atividades no Mato Grosso iniciaram com a incorporação da Coopemara (Cooperativa Agrícola de Maracajú), que tinha também unidades em Sidrolândia e Rio Brilhante. O crescimento desordenado da Coopemara era o responsável pela situação crítica que ela enfrentava, como lembra seu presidente na época, Telmo Rovero Roos, que atualmente é conselheiro da Cotrijuí:

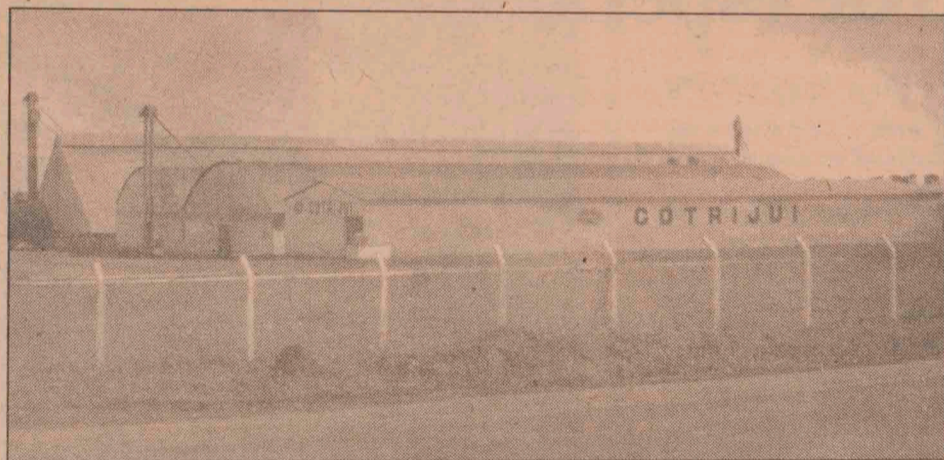
— Ela queria dar apoio a todos e nem podia ainda cuidar de si mesma. A sorte nos ajudou. Numa viagem que fizemos a Porto Alegre, fomos sondados pelo então chefe do CTRIN, Humberto Garófalo, sobre a possibilidade da Coopemara ser incorporada por outra cooperativa, citando ele várias, entre as quais a Cotrijuí. Levamos o assunto ao conhecimento do quadro social que o apoiou, tendo em vista a situação da Coopemara de não comportar



A incorporação foi discutida em várias reuniões na Região Pioneira



A sede da regional está instalada em Campo Grande, a capital do Estado



A chegada em Dourados foi o segundo passo da Cotrijuí no Mato Grosso

andar mais sozinha.

A Coopemara era uma cooperativa bastante nova. Fundada em 1968, por 24 fazendeiros de Maracajú, sua função básica era a de fornecer insumos para a pecuária da região. A partir de 1970, com o desenvolvimento da agricultura, ela foi transformada em cooperativa de produção agrícola. De 1975 em diante foram feitos muitos investimentos na construção de armazéns, ao mesmo tempo em que ocorriam sérios problemas de comercialização com a safra de soja, e a Cooperativa não conseguiu cumprir um contrato de exportação.

Antes de aceitar a incorporação, a Cotrijuí cumpriu o contrato da Coopemara, numa espécie de empréstimo de soja. Neste meio

tempo foi se inteirando da real situação financeira, onde se concluiu que a dívida daquela cooperativa era inferior ao seu patrimônio. Também foram feitas reuniões com os associados da Região Pioneira, discutindo a viabilidade e as vantagens desta incorporação. A Assembleia conjunta das duas cooperativas aconteceu no dia 21 de dezembro de 1977.

Em março de 1979 a Cotrijuí dava o seu segundo passo no Mato Grosso, comprando o patrimônio da Cooperativa Regional Tritisoja, de Dourados. Se viu nesta solução a continuidade do trabalho já iniciado, atendendo ainda o interesse dos produtores ali estabelecidos (e muitos provenientes da Região Pio-

neira) em contar com o apoio da Cooperativa.

A SEGURANÇA DO NOME

É o vice-presidente Arnaldo Oscar Drews quem coloca um dos aspectos considerados mais importantes no desenvolvimento das lavouras sul-mato-grossenses:

— Antes da ida da Cotrijuí, muitas vezes os agricultores assinavam os contratos de financiamento após o plantio. Hoje todo mundo assina antes do plantio, inclusive o repasse. O nome da Cotrijuí deu segurança aos bancos, que inclusive se estruturaram melhor. Isto implicou em aumento no recebimento de produto. Acho que o grande lucro dos associados do Mato Grosso do Sul foi justamente no campo do financiamento, do crédito, da segurança na entrega do produto.

Uma das primeiras preocupações da Cotrijuí foi a de ampliar a capacidade de recebimento de produto em toda região. Foram construídos vários armazéns em diversos pontos na região Sul do Estado, montada uma equipe de assistência técnica e administrativa. Assim como aconteceu em Dom Pedrito, foi também criada uma Diretoria Regional, com sede em Campo Grande, o que permitiu uma administração descentralizada e identificada com as peculiaridades das realidades locais. Em Campo Grande também foram instaladas filiais da Cotriexport e da Cotridata, as subsidiárias responsáveis pela comercialização e pelo processamento de dados da cooperativa.

ÁREA DE AÇÃO

A área de ação da Cotrijuí no Mato Grosso do Sul é atendida por nove unidades (Maracajú, Dourados, Sidrolândia, Rio Brilhante, Ponta Porã, Douradina, Caarapó, Jardim e Bonito), e sete postos de recebimento (Anhanduí, no município de Campo Grande; Itahum e Indápolis, em Dourados; Montese, em Itaporã; Vista Alegre, em Maracajú; Tagi, em Aral Moreira; e Posto Guaíba, em Ponta Porã. A capacidade de armazenagem chega a 431.500 toneladas. No ano passado, o recebimento de produtos no Mato Grosso chegou a 306.453 toneladas de soja, 30.741 de trigo, 18.904 toneladas de arroz, 12.104 de milho, 43 toneladas de feijão e 159 toneladas de girassol.

O número de associados no Mato Grosso do Sul, atualmente, é de 3.067 produtores. No início deste ano também foi instalada uma unidade da Cotrijuí em Rondonópolis, no estado de Mato Grosso.

A busca de uma nova estrutura do poder

A participação do associado foi fundamental em todo processo de desenvolvimento da Cotrijuí. Isto foi vital, só para exemplificar, na fase de transição verificada com a mudança de diretoria em 1966 e na construção do terminal em Rio Grande. Mas na medida em que a Cooperativa expandia sua área de ação, diversificava suas atividades e passava a contar com um quadro social bastante heterogêneo, a própria possibilidade de participação física da maioria dos associados na tomada de decisões foi se tornando um fato cada vez mais difícil. Inclusive nas assembléias, a representatividade do quadro social era uma coisa bastante relativa, devido principalmente à distância de muitas das unidades. Se questionava também a forma de realizar as assembléias, aprovando decisões, contas e balanço, na base do senta-levanta. E aí surgiu a idéia de montar uma nova estrutura de poder dentro da Cotrijuí.

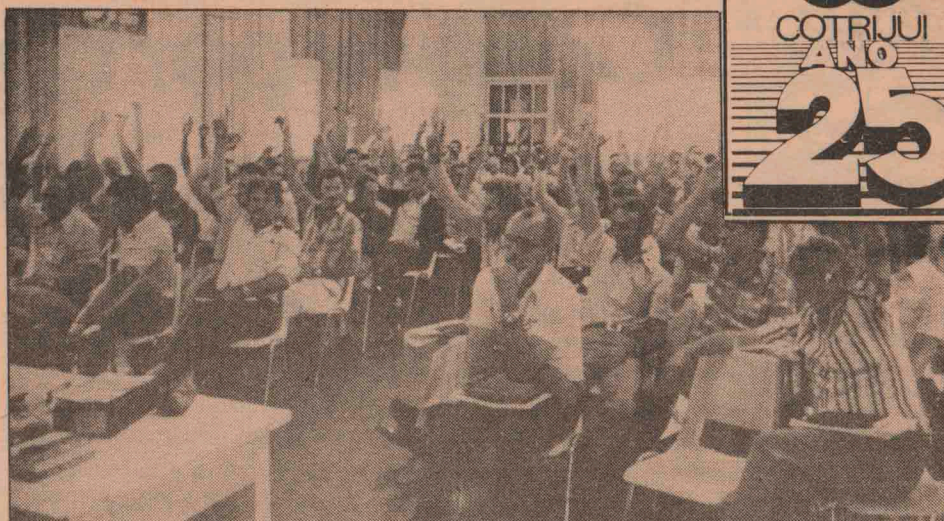
Este assunto foi o tema de muita discussão nos núcleos de base existentes, principalmente na região Pioneira. Em Dom Pedrito e

Mato Grosso do Sul a discussão também tomou corpo, e se passou a colocar na prática as teorias que se tinha sobre a participação do quadro social da cooperativa. Surgiu uma proposta de eleições de representantes, que foi aprofundada nos debates e passou a se tornar realidade a partir de 1979.

De lá para cá já aconteceram duas eleições de representantes. Na primeira foi estabelecida a proporção de um representante para cada grupo de 300 associados. Mais tarde foi aumentado o número de representantes, passando a proporção de um para cada grupo de 150 associados, sendo assegurado no mínimo um representante por unidade (já que algumas unidades, no Mato Grosso do Sul, não chegam a ter 150 associados).

A EXPERIÊNCIA

A função dos representantes também foi bastante debatida. Uma delas é a de estar em permanente contato com os demais associados, para conhecer suas reais necessidades e problemas, encaminhando suas reivindicações e sugestões à Cooperativa. Para este trabalho, eles



A primeira eleição de representantes aconteceu em 1979

também precisam conhecer a situação da Cooperativa, analisando-a com os demais associados e procurando soluções. Nas assembléias gerais, eles representam os demais associados na tomada de decisões sobre balanço, investimentos, patrimônios e serviços, além de organizarem a chapa — ou chapas — para a eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal e a diretoria executiva. Só que nesta eleição — como já foi colocado em prática agora em 82 — todos os associados têm o direito ao voto. Os representantes também não têm poder para decidirem sozinhos os destinos da cooperativa nos casos de fusão ou in-

corporação, mudança de objetivo ou dissolução voluntária da Cotrijuí.

Com esta nova estrutura de poder se pretende possibilitar uma participação efetiva dos associados no dia-a-dia da Cooperativa. O sistema ainda está em experiência e tem vários pontos a serem aperfeiçoados, até que se transforme efetivamente naquilo que seja a aspiração da grande maioria do quadro social. Esta experiência deverá prosseguir até 1984, quando será realizado um plebiscito para que os associados se manifestem, através de um "sim" ou de um "não", pela continuidade do processo.

Uma viagem que não dá para esquecer

Tanto se falava na agricultura americana, na bolsa de cereais de Chicago, em comercialização e na técnica de plantio de soja, que os Estados Unidos, num determinado tempo, passou a ser um país que os agricultores tinham muito interesse em conhecer. E isto aconteceu entre setembro e outubro de 1974, quando a Cooperativa organizou uma viagem de associados para lá. Participaram ainda desta excursão dirigentes de cooperativas, técnicos e jornalistas, num total de 119 pessoas.

Nos Estados Unidos a caravana formada pela Cotrijuí foi conhecer a tão famosa Bolsa de Cereais, em Chicago, onde são estabelecidas as cotações para a soja em todo

mundo. Também se visitou lavouras, fábrica de rações, aviários e granjas, conhecendo de perto a estrutura de produção dos Estados Unidos. Outro ponto de parada foi o porto do Golfo do México, que é considerado o maior terminal de cereais existente no mundo.

Depois desta viagem também fora programado que os agricultores interessados participariam de outra excursão, desta vez para a Europa. Quando tudo já estava organizado, o Governo estabeleceu a lei que exigia o pagamento de um depósito para quem quisesse sair do País. A viagem foi retardada e terminou não acontecendo, ainda mais depois das sucessivas frustrações de safra.




Uma viagem que serviu...




... para conhecer de perto a agricultura americana

OS CAMPEÕES DO SUL: AG 28-AG 64-AG 64 A



Com a bola no pé eu sou Pelé, com Agrocerec na plantação você é o Campeão.

Neste campo jogam verdadeiros campeões: gente que tira mais proveito da sua terra. Plantam Agrocerec, o milho híbrido mais plantado no Brasil. É o campeão de produtividade. Fique você também com Agrocerec, o milho híbrido campeão da terra da gente.



Campeão da terra da gente.

COOPERATIVISMO
a força dos campeões da terra da gente

Homenagem da Agrocerec, uma empresa brasileira, aos 25 anos da Cotrijuí

Cotriexport: garantia na comercialização

Uma elevação inesperada nos preços da soja em 1973 mostrou à Cotrijuí que ela não estava preparada para atuar com a eficiência necessária na comercialização de um produto que passava a assumir cada vez mais importância. Aquele foi o ano do chamado "boom" da soja, quando as suas cotações no mercado praticamente dobraram de uma hora para outra. E foi exatamente com esta safra que a Cooperativa aprendeu que precisaria se equipar melhor para atuar num mercado complexo que passava a sofrer modificações muito rápidas.

Foi em função disto que em fevereiro de 1975 era criada a Cotriexport, como uma empresa subsidiária da Cotrijuí, para se responsabilizar pela comercialização daquilo que é produzido por seus associados, tanto no mercado interno como no exterior. Desde o início da década de 70 a Cotrijuí vinha realizando suas exportações através da firma A. Heberle, Exportação e Importação, a quem se associou na constituição da Cotriexport. Mais tarde, o controle acionário foi assumido pela Cotrijuí.

Com a Cotriexport a intenção não

era apenas "arrumar um comprador ou vendedor e faturar a comissão dele", como afirma Edward Roy Haybittle, diretor da comercialização da subsidiária:

— A Cotrijuí queria mais do que isso. Queria alguém que tivesse subsídios de mercado e acompanhasse o seu comportamento. Alguém que protegesse a cooperativa, de fazer uma venda numa época aparentemente boa, mas quando já houvesse indícios de maiores altas no mercado, ou que deixasse de fazer a venda no momento em que já "estava na cara" que o mercado iria baixar.

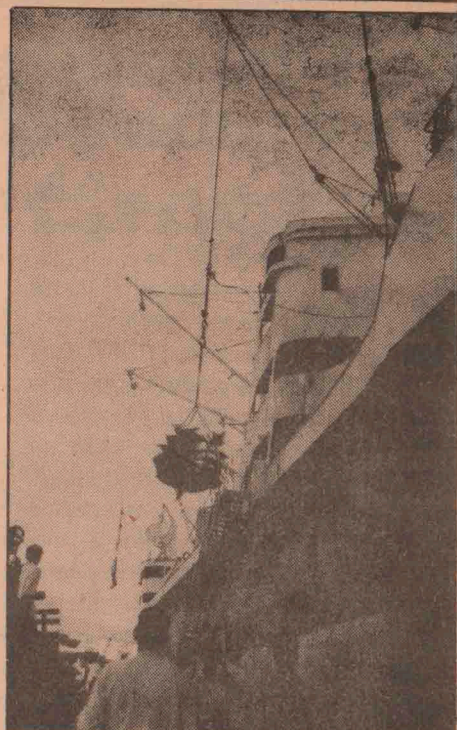
CÂMBIO E SEGUROS

Além desta parte de comercialização, a Cotriexport ainda atua como uma corretora de câmbio e uma corretora de seguros. Estas duas atividades surgiram para facilitar tanto as operações de câmbio como de seguros realizadas pela Cooperativa. A partir do momento em que a empresa atua na exportação ou importação de produtos, normalmente ela trabalha com moeda estrangeira, geralmente o dólar. Como existe uma lei que obriga que este tipo de operação deva ser feita

por uma corretora — que tem direito a uma comissão pelo trabalho — e pelo grande volume de exportações da Cotrijuí, se mostrou muito mais compensador contar com uma corretora própria. Situação semelhante se dá na área de seguros, pelo grande volume de contratos realizados para proteger o patrimônio da Cotrijuí. No lugar de pagar a intermediação de um corretor — também exigida por lei — se criou uma corretora de seguros própria.

Em 1978 a Cotriexport foi transformada numa **trading** (empresa que realiza exportações, centralizando as produções de indústrias que isoladamente não conseguem exportar), e passou a contar com o BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) no seu quadro acionário. Atualmente a Cotrijuí detém 67 por cento das ações, o BNCC 32 por cento e outros acionistas um por cento. A participação do BNCC deve-se ao interesse de que outras cooperativas também desfrutem dos serviços prestados pela Cotriexport.

A principal atividade desta subsidiária tem sido a comercialização interna e



Atuação num mercado complexo

externa de óleo, farelo e grão de soja. Mas ela trabalha também com arroz, milho, carne, lã e outros produtos do quadro social. Além disso presta, como trading, serviços para outras empresas, realizando, por exemplo, exportações de calçados.

Em 1981 a Cotriexport foi apontada pelo Ano Econômico (uma publicação da Rede Brasil Sul de Comunicações que analisa o desempenho das empresas gaúchas), como uma das cinco empresas que mais se destacaram em todo Estado.

QUEM SERVE BEM, MERECE NOTA 100!

ADUBOS TREVO, certa de falar em nome de todo o Rio Grande, dá nota 100 para a COTRIJUI.

O mais alto grau, conquistado nesses 25 anos de trabalho em prol de seus milhares de associados, quando se tornou a maior Cooperativa Triticola da América Latina. Parabéns, COTRIJUI. Continue a servir bem!



O Fosfato com a qualidade

ADUBOS  TREVO

INDUSTRIAS LUCHSINGER MADÖRIN S.A. - ILM

Transcooper: atenção ao transporte pesado

Uma empresa que em dezembro completa dois anos de atividades já controla cerca de 90 por cento das cargas movimentadas pela Cotrijuí no Mato Grosso do Sul. A Transcooper — Serviço de Transportes Limitada, cumpre a tarefa de viabilizar o transporte de grãos e outros produtos, sem contar com uma grande estrutura. Ela é, na verdade, uma agenciadora, como a maioria das outras transportadoras que contratam camioneiros autônomos, e livrou a Cooperativa de um mercado inflacionado e bastante complicado.

A Transcooper é uma subsidiária das subsidiárias da Cotrijuí, pois seu capital é formado com uma participação majoritária de 80 por cento da Cotriexport — Companhia Internacional; 10 por cento da Cotriexport Corretora; e outros 10 por cento do Irfa — Instituto Riograndense da Febre Aftosa. Com Matriz em Porto Alegre e filiais em funcionamento em Ijuí, Rio Grande, Dom Pedrito e Dourados, a empresa administra hoje todo o transporte pesado da Cooperativa.

A idéia de criação da Transcooper surgiu a partir dos problemas que eram enfrentados no Mato Grosso do Sul, como relembra o gerente de Transportes da Cotrijuí, Roberto Capssa. Em junho de 1980, um estudo mostrou que o projeto poderia ser levado adiante, e já em dezembro do mesmo ano a empresa era criada. Capssa entende que hoje é

possível dizer que foi assim que a Cotrijuí conseguiu inclusive "poder de barganha no mercado".

Acontece que a Cooperativa movimentava altas toneladas no Mato Grosso do Sul, principalmente por rodovias, e os fretes cobrados pelas empresas do setor eram muito elevados. "As empresas, que agenciam os serviços de carreteiros autônomos, acrescentavam de 10 a 12 por cento sobre o valor cobrado pelo camioneiro, como comissão de agenciamento, e existia inclusive muita confusão nessa área de transportes", segundo Capssa.

Foi aí que a Cooperativa percebeu que poderia ter uma empresa para prestar este serviço. A comissão seria menor, e o carreteiro poderia até mesmo ser melhor remunerado. Além disso, foi levado em conta o fato de que a Cotrijuí passaria a ter um melhor controle nessa área, sem muitos custos, pois contaria com a contratação de camioneiros autônomos. A manutenção de uma frota própria de caminhões nem chegou a ser considerada, pois isso é totalmente inviável economicamente.

Hoje a Transcooper não só lida com as cargas da Cotrijuí, como também presta serviços a outras empresas, que participam com 20 por cento de seu movimento. Mas Roberto Capssa enfatiza que "o principal objetivo da empresa é administrar o transporte da Cooperativa, e nisto é que está o lucro que ela oferece".



COTRIJUI

ANO

25

IRFA: um serviço para a pecuária

A cada novo surto de febre aftosa, os pecuaristas devem se lembrar do alarma que se espalhou no Rio Grande do Sul e outros Estados, por volta de 1977. Enquanto o gado morria, corria solto um boato de que havia muita "água suja" sendo vendida como vacina, e a suspeita, que ninguém desmentia, parece até que tinha fundamento. Pois foi a partir daí que passou a acontecer um controle mais rigoroso das vacinas que se produziam no país, e hoje já não se duvida dos efeitos dos imunizantes contra a doença.

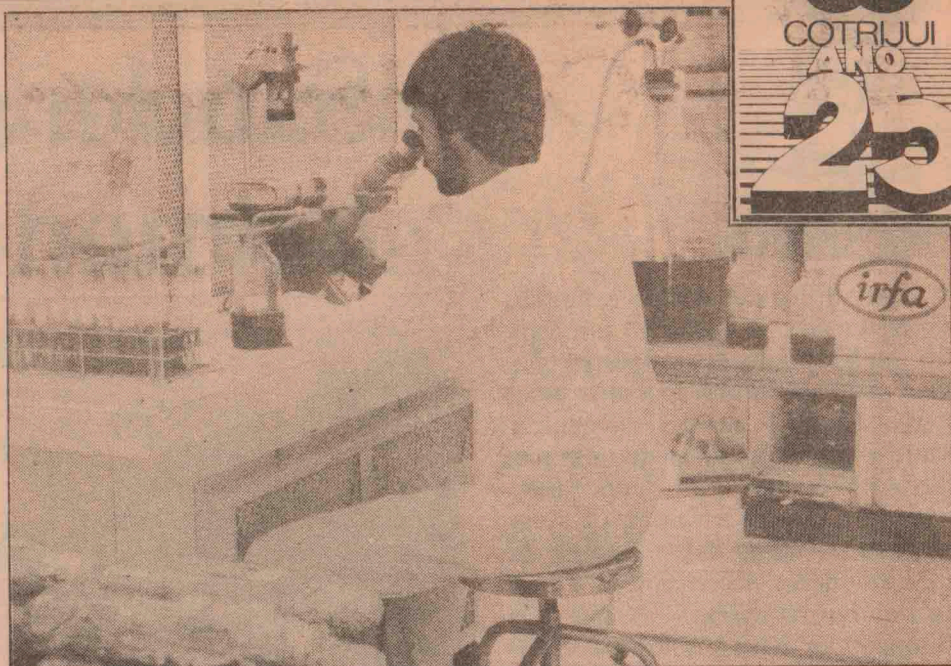
Essa briga, em defesa de uma maior fiscalização dos laboratórios brasileiros, foi puxada pelo Irfa — o Instituto Riograndense de Febre Aftosa, uma empresa que passou ao controle do sistema cooperativo exatamente em 77. Foi assim que "o Irfa moralizou essa área", como conta o diretor-geral do instituto, Darcy Mattos Fonseca. Com a aquisição do Irfa, o sistema começava a entrar no setor de pro-

duto veterinários, cujo mercado é disputado por umas 400 empresas no Brasil.

O instituto, localizado em Belém Novo, um distrito de Porto Alegre, tem um capital social de Cr\$ 90 milhões, com participação majoritária da Cotrijuí. Também vêm levando adiante essa idéia surgida em 77, duas federações de cooperativas do Estado (Fecocarne e Fecolã), a Cooperativa Rural Serrana de Tupanciretã e a Cooperativa de Lãs Vale do Uruguai, de Uruguiana.

UMA LISTA COM 18 PRODUTOS

A vacina contra a aftosa é o mais cotado produto do Irfa, nessa área em que a indústria participa com seis a sete por cento da produção nacional, quase que dominada pelos grupos estrangeiros. E o prestígio da vacina pode ser explicado, segundo seu Darcy. Muitas das



Uma preocupação com o controle rigoroso da qualidade

24 milhões de doses a serem produzidas este ano atenderão pedidos para o combate de vírus específicos, menos comuns. O Irfa é um dos laboratórios que fazem isso no Brasil.

No início deste ano, o instituto lançou mais cinco vacinas para imunizar bovinos, suínos, ovinos e outros animais, e outros três produtos veterinários. Com esses lançamentos, o Irfa passou a ocupar uma nova fatia do mercado, e sempre disposto a competir "com qualidade", como ressalta seu diretor técnico, Ivo Farenzena. Os

produtos estão hoje nas prateleiras de cooperativas e casas veterinárias do Sul e Centro do país, e vêm tendo boa aceitação.

Até o final do ano, a lista de lançamentos de 82 será reforçada com mais quatro produtos: um spray mata-bicheiras, um polivitamínico injetável (complexo de vitaminas), um antibiótico e um vermífugo para uso oral (pela boca). Até agosto de 83, quando o instituto poderá também estar vendendo uma nova vacina oleosa contra a aftosa, ainda em projeto, seu catálogo terá 18 produtos.

Cotridata: dados pelo computador

A diversificação das atividades, a expansão dos serviços, e o crescimento do quadro social, provocaram a necessidade de uma maior rapidez dos controles administrativos. Esta agilidade foi encontrada na tecnologia da computação de dados. Já não era possível contar apenas com as calculadoras manuais, lápis e papel para fazer os cálculos de recebimento e liquidação de safras.

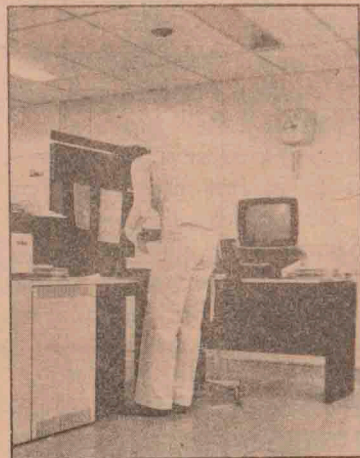
Em 1972, pela primeira vez, a computação de dados foi empregada pela Cotrijuí. A Cooperativa contratou os serviços de uma empresa de Porto Alegre, a Prodas, e escreveu a safra de trigo daquele ano. O resultado foi o melhor que se podia esperar. A safra de soja de 73 também foi contabilizada pela Prodas, assim como a conta-corrente e a conta-capital dos associados. Em 1975 também já se processava a fo-

lha de pagamento dos funcionários e a conta de crédito dos associados.

Só que realizar este tipo de serviço em Porto Alegre se mostrou, a partir dali, uma coisa inviável. Primeiro pela distância de Ijuí até a capital gaúcha, e também pelo próprio volume de serviços necessários, o que mostrava a conveniência de centralizar o processamento de dados na sede da Cooperativa. E assim surgiu a Cotridata Processamento de Dados Ltda., instalada em Ijuí no antigo prédio da Cooperativa na rua José Hickembick.

Em junho de 1976 era comprado o primeiro computador, um IBM 370/115/II, com o objetivo de atender às necessidades da Cotrijuí e também prestar serviços para terceiros. Com o passar do tempo, esta subsidiária da Cooperativa passou a ser a maior empresa do gênero instalada no interior do Estado, onde também presta atendimento a bancos e prefeituras de vários municípios da região.

Em Campo Grande, sede da diretoria do Mato Grosso do Sul, também foi instalado um terminal de computador para o teleprocessamento das informações daquela Regional. O equipamento promove a entrada simultânea de dados em Ijuí e Campo Grande, falcitando substancialmente a administração da Regional do Mato Grosso do Sul.



A rapidez pela computação

MIRABEL FELICITA OS 25 ANOS DE LIDERANÇA DA COTRIJUI.



Saúde: ajudando a amenizar obstáculos

As dificuldades com a simples extração de um dente ou um rápido atendimento ambulatorial podem não ter sido ainda superadas, mas a Cotrijuí ajudou a amenizar muitos dos obstáculos que os produtores enfrentavam até 1964, quando a Cooperativa passa a atuar na área da saúde. Num balanço de suas atividades nesse campo, e contando muitos avanços e recuos, a Cooperativa tem o saldo de experiências bem sucedidas, como a manutenção de hospitais como empresas subsidiárias, e hoje se lança a um projeto bem mais amplo e pretensioso. É agora que se começa a questionar saúde não só como assunto restrito à medicina curativa, mas também como questão que exige medidas preventivas.

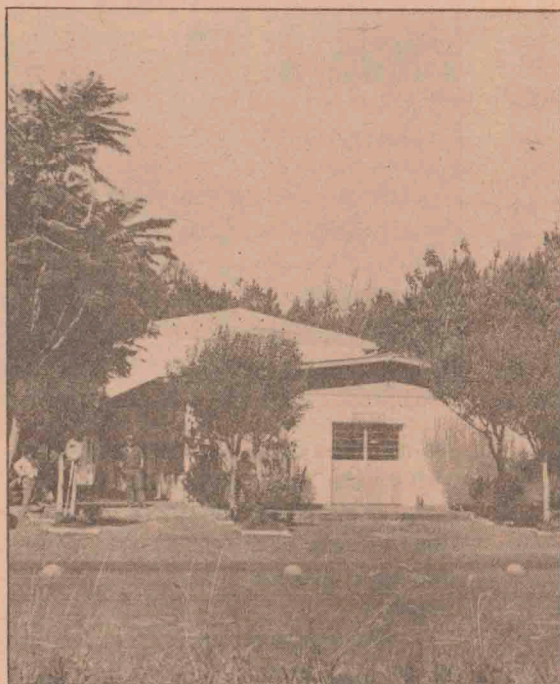
A área da saúde nunca chegou a merecer prioridade dentro dos planos da Cotrijuí, que só em 1964 pôde em prática um plano de assistência médica e dentária, através de convênio com a J. N. Goitacaz, uma empresa de seguros. Um relatório da diretoria, referente ao exercício 68/69, comenta os objetivos desse convênio, e diz que os serviços permitem o acesso dos produtores e suas famílias ao "avanço da ciência médico-dentária, com custo mais razoável".

A Cooperativa pensava assim em livrar "o corpo social de atitudes vexatórias em que, na maioria das vezes, é necessário o pagamento antecipado para receber assistência", como observava o relatório. Mas o convênio foi desfeito em 67, e só dois anos depois a Cotrijuí voltou a contratar os serviços de outra empresa, a Osmira, também uma corretora de seguros. Os serviços foram prestados por esta organização até 1976, ano em que é assinado um novo convênio, desta vez com a Unimed - Cooperativa dos Médicos.

DEFICIÊNCIAS

Segundo Rui Polidoro Pinto, diretor de Comunicação e Recursos Humanos da Cotrijuí, essa preocupação com a assistência na área da saúde, mesmo que não fosse prioritária, sempre existiu em função da precariedade do próprio sistema previdenciário. Isso se notava antes de 64, e pode ser constatado até hoje, já que o atendimento, através do Funrural, é limitado e constrangedor. Na verdade, essas deficiências da Previdência ainda não livraram os agricultores das situações vexatórias lembradas pela diretoria em 69.

O convênio com a Unimed, que serve para complementar o atendimento da Previdência Social, vem sendo mantido desde 76, com algumas reformulações, através de planos de assistência escolhidos pelo produtor e mediante o pagamento de taxas. É assim, por exemplo, que o agricultor não fica pelo



Os hospitais — como o de Ijuí — cumprem um objetivo social, enquanto a saúde passa a ser entendida como uma questão que exige também medidas preventivas

menos totalmente dependente da burocracia do Funrural, na hora de fazer consultas. Também assim ele suplementa os custos de uma internação hospitalar.

Em 74, "quase acidentalmente", como ressalta Rui Polidoro Pinto, a Cooperativa começa a atuar na área hospitalar, de forma direta, com a aquisição do Hospital Santa Terezinha, de Santo Augusto. A aquisição desse hospital concretiza uma idéia que nascera em 1966, sem nunca ter evoluído. Naquele ano, a Cotrijuí já pensava em construir um hospital para seus associados. E em 71 a Fidene, que mantém as faculdades de Ijuí, chegou a realizar estudos sobre a construção desse hospital na cidade.

Esses planos foram deixados de lado, e a entrada na área hospitalar acontece porque os próprios produtores de Santo Augusto se mobilizaram, sugerindo a compra da casa de saúde. Havia problemas no atendimento, que era mantido por uma ordem religiosa. Este, que é o maior dos quatro hospitais administrados pela Cotrijuí, passou a se chamar Hospital Bom Pastor, em 1980, tem 110 leitos e presta serviços não só aos associados, mas às populações de Santo Augusto e municípios vizinhos.

UMA REDE

Em 1980, a rede começa a ser formada, com a administração de mais dois hospitais, doados à Cooperativa pelas comunidades que, com muitas dificuldades, vinham mantendo essas casas de saúde. São os hospitais Coronel Dico, do distrito de Coronel Barros, em Ijuí, e o Santa Líbera, de Jóia, que na época pertencia, como distrito, ao município de Tupanciretã. Os dois tinham sérias deficiências administrativas e de recursos materiais e humanos.

No início do ano passado a Cotrijuí decidiu ampliar a rede, e passou a instalar, no antigo prédio do Motel Rian, em Ijuí, mais um

hospital. Este, que tem o nome de Casa de Saúde Ijuí, funciona desde maio de 81, com 40 leitos, e foi criado em função de um movimento dos produtores, em março de 1980. Eles reclamavam do atendimento hospitalar que vinham recebendo, e a mobilização resultou no rompimento do convênio com o Funrural. Às pressas, para superar o impasse, como relembra Polidoro, se decidiu pela compra do prédio do Motel e sua adaptação, para que ali se instalasse a casa de saúde.

O diretor de Comunicação e Recursos Humanos ressalta que os hospitais tentam assegurar, com menos problemas, a assistência reclamada pelos produtores, sem almejar resultados em cifras. Isso quer dizer que, apesar das dificuldades que enfrentam para se tornar viáveis, e sem apresentarem lucros, as casas de saúde cumprem com um objetivo social, sem que haja preocupação com retornos econômicos.

ESTUDOS

Enquanto continua investindo na área hospitalar, como aconteceu no ano passado em Santo Augusto com a ampliação do número de leitos, a Cotrijuí também estuda uma forma de oferecer maiores benefícios aos associados. Agora, por exemplo, está sendo analisada a possibilidade de se vincular o atendimento hospitalar ao cartão de aptidão. Dependendo desses estudos, o associado que portar o cartão poderá contar com vantagens na hora de necessitar de internação, mas por enquanto nada está decidido.

Para Polidoro, o mais importante, porém, é a discussão que se pretende levar adiante, nas bases, em torno dos caminhos a serem seguidos a partir de agora na área da saúde. Desse debate vai despontando o consenso de que está na hora de se dar atenção à saúde preventiva. Em síntese, a grande maioria dos agricultores defende a concentração de esforços em projetos que levem em conta a realidade de suas

famílias, a partir dos próprios núcleos, para que se previna e não só se combata as doenças.

O debate é coordenado pelo setor de Comunicação e Educação e pela Escola de Enfermagem da Fidene, e envolve, principalmente, os núcleos de esposas e filhas de associados. E já há, na prática, resultados desse questionamento. Em Ponche Verde e Três Vendas, em Dom Pedrito, e Aracy Serves, no interior de Ijuí, foram instalados, em 1980 e este ano, ambulatorios de saúde comunitária. Estes postos prestam atendimento primário, por pessoas das próprias comunidades (com primeiros socorros, curativos, medição de pressão) e estimulam a troca de idéias, entre moradores, médicos e enfermeiros, sobre cuidados com saúde.

CONVÊNIO

Em Pinhal, no interior de Ajuicaba, aconteceu quase o mesmo, com a instalação, em maio último, de um posto de saúde a ser mantido pela Secretaria da Saúde do Estado, após ser reivindicado pela comunidade. A diferença é que o posto de Aracy Serves será mantido pela Cotrijuí, e os de Dom Pedrito com o auxílio dos sindicatos dos empregadores e trabalhadores rurais. Mas os moradores das quatro localidades defendem uma posição em comum: querem saúde preventiva, no dia-a-dia, e não só atendimento curativo.

A evolução desse assunto depende de muitos fatores, segundo Polidoro, porque não ficará a cargo apenas da Cotrijuí o atendimento de todas as reivindicações. Por isso, a Cooperativa já elaborou uma proposta de convênio com o INAMPS e a Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, no qual se prevê o desenvolvimento de uma ação nessa área de saúde preventiva. A possibilidade do convênio será estudada pelos dois órgãos, e a partir daí é que os planos poderão progredir.



O livro que conta uma história não planejada

"A história da Cotrijuí é a história do possível", conta Telmo Rudi Frantz, sociólogo e professor da Fidene, que escreveu um livro onde analisa os 25 anos da Cooperativa. Ele explica sua expressão lembrando que o crescimento e evolução da Cotrijuí desde julho de 57 até os dias de hoje não foi uma coisa planejada nos seus mínimos detalhes. Os fatos comprovam que as coisas foram acontecendo:

— Seria ilusório querer achar que são 25 anos de coisas que deram certo, mesmo que se tenha a tendência de analisar desta forma porque a Cooperativa cresceu. É a história do possível, pois muitas vezes as coisas aconteceram mais pelo acaso.

A história verdadeira da Cotrijuí, no entender do Telmo, "é muito cheia de boas intenções, é uma história que acontece pelo confronto de interesses de um corpo social heterogêneo, de uma relação ambivalente com o Estado. A Cooperativa sente anseios do quadro social e procura dar uma resposta, mas entra com uma série de reivindicações a nível de preços para tentar viabilizar economicamente o produtor, enquanto o Estado vê a viabilização do projeto capitalista mais global".

O interesse do Telmo em passar para um livro estes 25 anos de experiência já nasceu há mais tempo. Ele fez um curso de doutorado em Paris, na França, e apresentou como tese um trabalho onde analisava o surgimento e evolução das granjas de trigo e soja no planalto gaúcho. E nesta sua tese aparece bastante a influência das cooperati-

vas no processo de modernização da agricultura.

Enquanto ainda estava em Paris, participou de um grupo de estudos sobre os problemas dos moradores do campo na América Latina, onde cada participante apresentava um texto para discussão. Ele e Cândido Grzybowski escreveram sobre a Cotrijuí. E assim, quando voltou para o Brasil, foi convidado pela diretoria de Comunicação e Recursos Humanos a complementar este texto, escrevendo um trabalho com enfoque sociológico sobre os 25 anos da Cotrijuí. Diz o Telmo:

— Isto possibilitou o levantamento sistemático da história da Cotrijuí, da maior parte do material existente. Na medida em que ele existe, outras pessoas poderão retomá-lo, quem sabe até com enfoque diferente.

Para Telmo, o mais interessante era entender melhor o peso da Cooperativa no processo de transformação da agricultura:

— Sem a cooperativa os passos seriam diferentes, mas é difícil contar ou imaginar uma história que não foi. Pode-se levantar algumas hipóteses. Quem sabe o fato dos colonos terem jogado para dentro da cooperativa todas as suas aspirações tenha esvaziado o movimento sindical, pois a cooperativa foi também um espaço de reivindicações sociais e até políticas. Agora se vê a situação diferente, pois tanto os pequenos produtores como os granjeiros passam a exigir da cooperativa resultados econômicos mais imediatos, e o espaço político fica para os



Telmo Frantz: a história do possível

sindicatos. Muitos já vêem que a cooperativa não é instrumento para solucionar problemas estruturais, mas sim vai ajudar a mantê-los.

Telmo conta que se sente meio colono neste processo todo, e isto por sua própria origem social. Filho de agricultores de Santo Cristo, com 10 irmãos e a família cultivando 15 hectares, ele tinha muito interesse em estudar a relação dos colonos no processo de produção:

— Muitos dos filhos de agricultores da nossa região estudaram e viraram intelectuais. Não somos nós, propriamente, quem deve procurar ter uma posição política no sentido de assumir o projeto dos colonos. Mas pelo menos devemos entendê-lo e procurar auxiliar. É por isto que o livro é uma tentativa de retrospectiva analítica e crítica. Espero que ele dê origem à discussão, que tenha quem se posicione contra e a favor. Se isto não ocorrer, ele não terá qualquer validade.

A evolução em versos

Mil novecentos e cinquenta e sete
no dia vinte de julho,
nasci sem fazer barulho
sem muito alarde no más,
escarvando terra prá trás
como um sinuelo na ponta,
e para o mundo já aponta
o rumo de um capataz

Foi neste dia, lhes conto,
que botei o pé na terra,
no coxilhão de uma serra
com muita gana e vontade,
lhes digo, tenho saudade
desse tempo já passado,
que ainda tenho gravado
vivito barbaridade

Estes versos fazem parte de um livro que também conta a história dos 25 anos da Cotrijuí, mas numa linguagem gaudéria, em poesias cheias de rima. O autor é Pedro Darci de Oliveira, funcionário da Cooperativa no setor de Comunicação e Educação, que já tem dois outros livros de poesias gauchescas publicadas, "Sinuelo" e "Alma Aragana". Um quarto livro também está indo para o prelo, o "Recuerdos".

Para Pedro esta foi a forma de homenagear a Cooperativa, contando numa linguagem simples tudo o que ela é e faz. Pela sua própria função — acompanhar visitantes e explicar o funcionamento da Cotrijuí — Pedro se viu obrigado a conhecer, como poucos, a história da Cooperativa. Foi este conhecimento que ele transformou em versos:

— Simplesmente passei para o papel aquilo que realmente sentia. Não sou poeta a soldo, pois nem poeta sou.

NOS 25 ANOS DE NOSSA COOPERATIVA QUEREMOS DAR-LHE A NOSSA HOMENAGEM, OS NOSSOS PARABÉNS

biscoito recheado com doce de leite
coberto com chocolate



SOBERANA

Até agora sempre tivemos o prazer de colocar nos supermercados Cotrijuí a qualidade e o sabor das balas SOBERANA.

É nessa hora de tamanha alegria, temos a imensa satisfação de oferecer a todos os clientes da nossa Cooperativa o nosso novo produto, um biscoito recheado com doce de leite e coberto com chocolate, o ALFAJOR, que é o lanche nutritivo da SOBERANA. Alfajor é a nova merenda escolar das crianças. Procure Alfajor num dos supermercados Cotrijuí.

**SOBERANA-62 ANOS
PRODUZINDO QUALIDADE**

A homenagem ao líder Fogliatto



Em frente à sede da Cotrijuí, em Ijuí, foi colocado um busto esculpido em bronze de Luiz Fogliatto, o presidente da Cooperativa de 1966 a 1972. O líder cooperativista, idealizador do terminal marítimo de Rio Grande, não chegou a ver a obra concluída. Faleceu uma semana antes da visita do então presidente Médici às obras em andamento, em outubro de 1972. Quando foi inaugurado, em 1975, o terminal passou a levar o nome de Luiz Fogliatto.

Na primeira foto aparece a diretoria em 1971: Ruben Ilgenfritz da Silva, vice-presidente; Luiz Fogliatto, presidente; Arnaldo Oscar Drews, superintendente. A Cotrijuí recebera por aqueles dias o troféu Destaque do Ano — Agricultura — conferido pela Rede Brasil Sul de Comunicações.



O trabalho de todos é premiado

O prêmio "Destaque em Agricultura", recebido pela Cotrijuí em 1971, foi a primeira de uma série de distinções de que foi alvo a Cooperativa, ou seus dirigentes, durante os últimos 11 anos.

O atual presidente, Ruben Ilgenfritz da Silva, foi várias vezes destacado no panorama nacional por sua atuação à frente da Cotrijuí.

Em 1975 a ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil), escolheu Ruben Ilgenfritz como o "Homem de Marketing" do ano. Em 1976 ele era o "Destaque em Cooperativismo", na promoção da Rede Brasil Sul de Comunicações.

O prêmio "Exportação", conferido pela revista "Agricultura Hoje", da

Editora Bloch (grupo Manchete), foi recebido em 1977. No ano seguinte ele foi "Destaque em Cooperativismo", segundo o Caderno Agropecuário do Jornal do Comércio, de Porto Alegre.

Em 1980, o presidente da Cotrijuí passou a fazer parte, no grau de oficial, do quadro suplementar da Ordem do Rio Branco. Esta é uma comenda conferida pelo Governo Federal, através de um Decreto do Presidente da República.

COTRIJORNAL

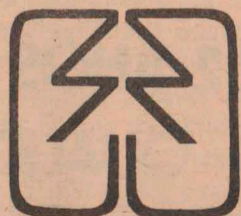
Também o Cotrijornal andou sendo premiado a nível nacional. Foi escolhido, em 1976, o melhor jornal para público externo pela Aberje (Associação Brasileira dos Editores de Revistas e Jornais).

O incêndio em 1975



A sede da Cotrijuí, a partir de 1961, ficava na rua José Hickembick, e foi destruída por um incêndio em 1974. Durante algum tempo se trabalhou na cripta da igreja São Geraldo, enquanto não ficavam prontas as obras da nova sede. Este prédio foi reformado e hoje ali estão instalados a Cotridata e o Departamento de Assistência Médica e Social. Numa das paredes externas estava escrito: "consumidores e produtores constituirão por meio do cooperativismo livre, a nova força econômica da sociedade do futuro".

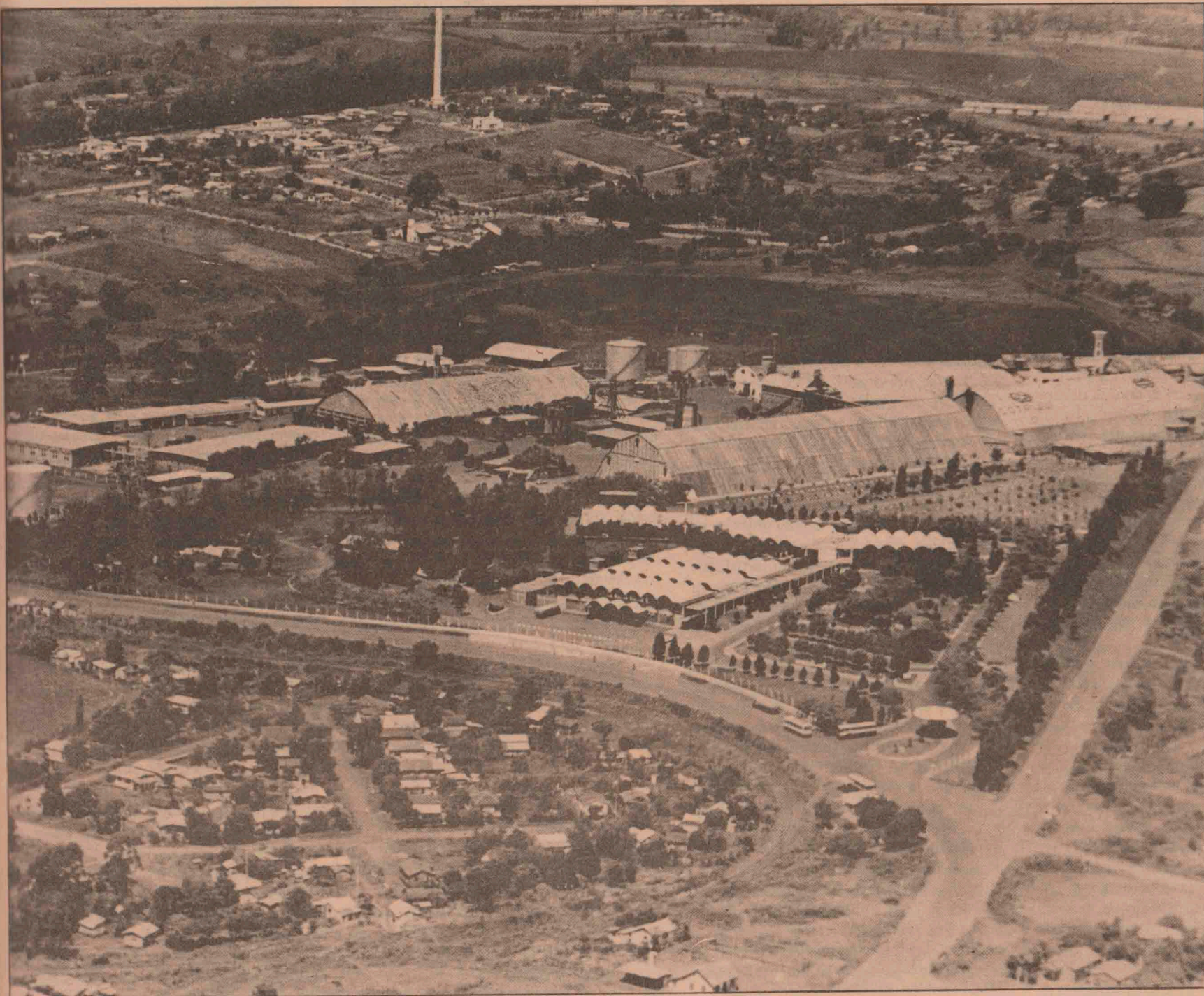
A semente
foi lançada
em solo fértil.
Germinou e cresceu.
Parabéns Cotrijuí
por 25 anos de
fartas colheitas.



SOLORRICO S.A.

Indústria e Comércio

Os dias de hoje



Ijuí é a sede da Cooperativa e a maior unidade de todas regiões

A Cotrijuí nos dias de hoje tem uma realidade bastante diferente daquela de 25 anos atrás. Os associados já passaram de 20.000 pessoas, distribuídas em três regiões distantes uma da outra: Mato Grosso do Sul, Dom Pedrito e o planalto gaúcho, a chamada Região Pioneira, que foi onde a Cooperativa nasceu e teve seu primeiro desenvolvimento. No mês de maio, os registros da Cotrijuí apontavam um quadro social de 20.949 associados (3.067 no Mato Grosso, 1962 em Dom Pedrito e 15.920 na Região Pioneira).

A capacidade de armazenagem da Cooperativa chega atualmente a 1.327.300 toneladas. A maior capacidade de recebimento está instalada na Região Pioneira, com 584.800 toneladas. A seguir vem o Mato Grosso do Sul, com 431.500 toneladas, o Terminal em Rio Grande, com 220.000 toneladas, e a regional de Dom Pedrito, com 91.000 toneladas.

PRODUÇÃO RECEBIDA

No exercício de 1981 o recebimento de produtos agrícolas alcançou o seguinte desempenho:

Soja — 652.492 toneladas
Trigo — 134.868 toneladas
Arroz — 62.299 toneladas
Milho — 36.972 toneladas
Sorgo — 10.911 toneladas
Aveia — 8.315 toneladas
Feijão — 459 toneladas
Outros (girassol, colza, hortigranjeiros etc) — 12.900 toneladas.

Nos produtos pecuários o recebimento foi de:

Leite — 23.108.250 litros
Bovinos — 28.955 cabeças
Ovinos — 7.717 cabeças
Suínos — 16.189 cabeças
Lã — 1.153 toneladas

A produção industrial da Cotrijuí no ano passado alcançou 270.655 toneladas de farelo e 63.760 toneladas de óleo nas fábricas de Ijuí e Rio Grande; 8.416 toneladas de carne no frigorífico em

Dom Pedrito; 13.372 toneladas de arroz no engenho também de Dom Pedrito; e 7.422 toneladas de rações e concentrados na indústria instalada em Ijuí.

QUADRO FUNCIONAL

Atualmente o número de funcionários da Cooperativa é de 3.668 pessoas, sendo 567 na administração central, 1.268 na Região Pioneira, 624 em Dom Pedrito, 499 em Rio Grande e 692 no Mato Grosso do Sul.

A assistência técnica aos associados é prestada por 34 agrônomos, 17 veterinários, 67 técnicos agrícolas, um engenheiro florestal e nove inseminadores. As atividades deste setor não se restringem apenas ao trigo e à soja. São desenvolvidos trabalhos de implantação de pastagem forrageiras, de hortifruticultura, conservação do solo, produção de semente (inclusive contanto com o apoio de laboratórios de semente para análise de produto), assistência veterinária, inse-

minação artificial, etc. A experimentação e pesquisa é desenvolvida no CTC (Centro de Treinamento Cotrijuí).

ABASTECIMENTO

No setor de consumo, o abastecimento aos associados é prestado através de 30 pontos de venda. Estas instalações incluem supermercados, onde são comercializados gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal, artigos escolares e utilidades domésticas. Há também lojas, com seções de peças e forragens, eletrodomésticos, confecções, armarinhos. Em algumas destas unidades também estão instalados açougue e farmácia veterinária. Em Ijuí ainda é mantido um entreposto hortigranjeiro, para a comercialização diretamente com atacado e varejo da produção dos associados. A Cotrijuí ainda fornece aos seus associados insumos agrícolas, como adubos, inseticidas, fungicidas etc.

Novos tempos, novas propostas

A realidade da Cotrijuí é analisada por seus três diretores eleitos. Eles falam da expansão e do preço que representou todo crescimento, analisam os projetos que não deram certo, e tentam delinear o que se espera para o futuro: uma cooperativa eterna, com um quadro social eterno, muito interligada com o sistema cooperativista como um todo.

Cotrijornal — O que representa para a Cotrijuí a data em que ela completa 25 anos?

Ruben — A chegada dos 25 anos é uma data basicamente de reflexão. Esse é o sentido que se tem dado ao evento. Até considerando o momento em que nós vivemos, que não é mais aquele momento de expansão, como foi cinco anos atrás, quando se completava 20 anos. Hoje há uma preocupação generalizada dentro da Cooperativa no sentido de analisar tudo o que foi feito ao longo desses anos. Evidente que nós, de uma forma especial, somos testemunhas oculares do que ocorreu nesse período. O nosso depoimento tem muito a ver com o que a gente passou a viver dentro da Cotrijuí a partir de 1966. Claro que antes disso, através daqueles que nos antecederam, a Cotrijuí teve, no decorrer de sua história, uma série de iniciativas bastante arrojadas no sentido de não se limitar simplesmente aos aspectos de receber e comercializar a produção, mas de procurar o sentido maior da atividade como um todo, inclusive em busca da verticalização.

Farina — Também se deve ressaltar que já naquela época havia iniciativas já realizadas e abandonadas. O fato de recuar em qualquer iniciativa não representa nenhuma derrota. A Cotrijuí teve em meados de 1963 e 64 uma fábrica de inseticidas que também abandonou naquela época. Por que? Porque se tornava anti-econômica. Não é uma questão de só fazer e continuar sempre. O Brasil vive em função de momentos. Não há uma política definida de governo a longo prazo. Tanto os produtores, em suas cooperativas, como as empresas privadas têm que viver numa contínua adaptação.

Arnaldo — Talvez aí, para a gente tomar como base os 25 anos, realmente esta é uma data marcante. Há 25 anos atrás o Brasil começava a definir a sua agricultura. Há 25 anos atrás a atividade agrícola no Rio Grande do Sul praticamente era gado. Então se começou com o trigo, com a soja e se exigiam algumas áreas novas também no processamento desses produtos, na guarda, no recebimento, no beneficiamento. E aí acho que realmente a Cotrijuí entrou firme. E agora, nos próximos 25 anos, qual vai ser o comportamento agrícola? À medida que se transferem pessoas do interior para a cidade, o próprio com-

portamento do consumo interno muda. Há 25 anos atrás, se você falava pra receber hortigranjeiro nesta região, não tinha nem sentido, porque praticamente o consumo das próprias cidades era tão pequeno que o próprio carroceiro levava.

Ruben — Nós nos inserimos dentro de um contexto de organização de comunidade onde a Cotrijuí fez parte deste contexto. A própria situação que a Cotrijuí enfrentou em muitos momentos, encontrou sempre um respaldo bastante significativo de parte do produtor, considerando que sua organização é um trabalho dos núcleos, é um trabalho dos sindicatos, o que permitiu que a Cotrijuí enfrentasse de forma vitoriosa certas crises, algumas delas criadas internamente, como os problemas de comercialização em 1973. Inclusive até neste primeiro aspecto, de armazenagem, era um problema sentido, era visualizado, mas foi o produtor que trouxe à direção da cooperativa a insatisfação, não só com a demora da descarga mas inclusive o tratamento que a cooperativa dava à sacaria. Daí nasceu a necessidade de se partir para granelização.

Arnaldo — A função da cooperativa era fazer com que os produtores não precisassem investir duas vezes. Ele investiria na cooperativa e a cooperativa prestaria esse serviço, de armazenar, beneficiar e industrializar no caso. Senão todo mundo tinha que fazer galpão em casa e sairia muito caro guardar o produto em casa. Fazer armazém não é pra conseguir trazer o produto, mas simplesmente é uma das finalidades da cooperativa.

Farina — Toda a economia da agricultura da região e de quase todo o Estado se baseava naquele tempo no trigo, e não na soja. E o trigo tinha armazéns preferenciais do governo federal. Só os armazéns credenciados poderiam receber a produção. Mesmo que o produtor tivesse seu galpão em casa não adiantaria nada. Ele teria que levar a um armazém credenciado. E os armazéns credenciados ou eram da Cesa ou das cooperativas. Então surgiu quase que compulsoriamente a necessidade de se fazer grandes armazéns das cooperativas que abrigassem o tamanho da produção de seus associados.

Ruben — Eu me lembro muito bem que nós chegávamos e discutíamos com o nosso associado chegando numa encruzilhada. Ou limitávamos o crescimento das

áreas de produção, com a soja já crescendo de forma vertiginosa, ou criávamos uma estrutura física, que inclusive extrapolava a própria área de ação da Cotrijuí, e chegávamos aos terminais portuários.

Farina — Aí ocorreu um fenômeno gozado. Fenômeno a nível de governo e não nosso. Quando a soja se projetou praticamente de zero ao segundo produto naval das exportações do Brasil (depois viria ser o primeiro produto), o governo começava a fazer restrições sérias à exportação do grão *in natura*. Entendia que toda exportação devia agregar a mão-de-obra de industrialização nacional. Então nós na cooperativa vínhamos de uma pequena quota de exportação por ano. Não podemos deixar de esquecer disso. Agora, para a indústria, a exportação de farelo e óleo era livre o ano inteiro. Qual era a única forma das cooperativas poderem competir em igualdade com as indústrias? Também terem indústrias. E aí começa uma segunda fase de expansão.

Sob certo aspecto, cultivamos a auto-suficiência

Cotrijornal — O crescimento da Cooperativa não se deu de uma hora para a outra. Como se pode caracterizar as diversas fases de evolução da Cotrijuí?

Ruben — A primeira fase da Cotrijuí foi a consolidação da área física de ação. Os armazéns cumpriram sua tarefa. Acho que a segunda fase da Cooperativa foi quando ela saiu da sua área de ação e se projetou dentro do Estado e inclusive externamente com a construção do Terminal de Rio Grande. Isso fez com que fôssemos encontrando uma série de dificuldades que nós não encontrávamos no trigo. Porque o trigo, se nos trouxe uma série de vantagens, em termos da estruturação da organização em si, inclusive da sua fundação, também nos trouxe no seu bojo dois componentes, sob o aspecto sociológico, que até hoje nós pagamos um preço bastante elevado. O trigo não nos exigia qualquer qualificação maior em termos de comercialização, uma vez que o trigo era compra estatal. Isso não exigia qualquer criatividade, não exigia recursos humanos, não exigia qualquer maior qualificação em relação a isso. É o segundo problema que até hoje repercute na vida da cooperativa era o problema da capitalização. Basta dizer que até quatro anos atrás o produtor não capitalizava sobre a entrega da produção de soja como capitalizava em relação à produção de trigo, pois as cooperativas até entendiam que não tinham como concorrer com as indústrias já estabelecidas.

Arnaldo — O crescimento da cooperativa sempre que entrou numa área nova foi por necessidade, por solicitação, por exigência da própria situação.

Farina — E as grandes iniciativas da Cotrijuí não foram nem golpes de gênio, no meu ponto de vista, nem manifestação de arrojo. Foram sempre adaptações às necessidades imediatas do quadro social.

Ruben — E eu diria o seguinte: a Cotrijuí, e isto talvez seja um dos aspectos que passaram os 25 anos mereçam uma análise mais profunda, cultivou sob certo aspecto a auto-suficiência. A Cotrijuí nunca foi memorialista. A Cotrijuí sempre procurou enfrentar situações. Ela talvez tenha exagerado um pouco nisso, em termos das suas possibilidades reais de poder cumprir todas as suas tarefas e que nem todas certamente ela podia cumprir. E hoje nós vemos isso com mais clareza.

Arnaldo — Trabalhando junto ao quadro social, sempre que a direção da cooperativa sentiu que cabia alguma coisa a ser feita, nunca titubeou em tomar uma atitude. Basta dizer que a própria concretização do Terminal de Rio Grande foi considerada um passo muito acima da possibilidade de uma organização oriunda do interior.

Farina — Nós tivemos época de absoluto sucesso. E se não tivéssemos feito, os associados provavelmente até hoje nos condenariam por isso. Naquela ocasião o problema era satisfazer a necessidade de expansão do produtor, não da cooperativa.

Cotrijornal — Se hoje fosse preciso novamente fazer todos os investimentos, qual seria a posição atual da Cotrijuí? Não se estaria pagando um preço muito alto em assumir sozinho algumas tarefas que competiriam mais a todo sistema cooperativista?

Ruben — Talvez se a história se repetisse, todos os investimentos voltassem a ser feitos. Me parece que não há dúvida nenhuma em relação a isso. É claro que não se tinha uma visão, pelo menos um despertar de visão, da formação de um sistema. Era uma série de cooperativas com uma carência de uma direção maior, de um trabalho maior. Não há porque dizer que fizemos coisa que não devíamos fazer. Graças a isso que se fez, inclusive se permitiu criar uma situação patrimonial invejável dentro do conceito do sistema cooperativista.

Farina — Situação patrimonial invejável também dos produtores. Notem bem: houve um processo de seleção natural. Alguns fracassaram, mas a grande maioria — e nós começamos há 16 anos atrás — tem hoje uma situação patrimonial invejável em relação a isso.

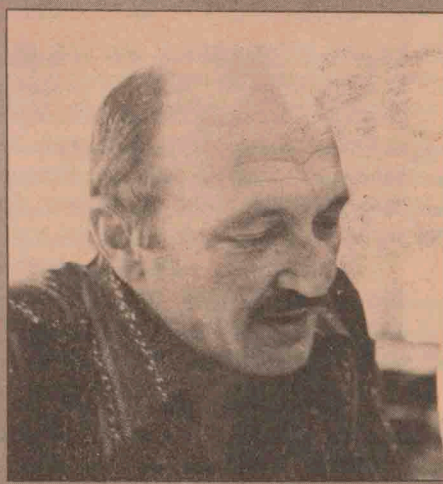
Arnaldo — Acho que a Cotrijuí na época bancava muita coisa que era de todo sistema. O Terminal na época entendemos que deveria ser feito, mas isto era para todo o sistema assumir.

Farina — Vamos dizer a verdade. A Cotrijuí no Terminal em Rio Grande planejou para a sua capacidade dois armazéns desses oito que temos, e fomos forçados pelo governo a fazer mais seis. A Cotrijuí, para ter concessão deveria também arcar com a responsabilidade de escoar pelo menos um terço das safras a



Arnaldo Oscar Drews:

O crescimento da Cooperativa sempre foi por necessidade, por solicitação, por exigência da própria situação



Clóvis Adriano Farina:

Para o produtor sentir os benefícios da Cooperativa, deveria ficar sem ela durante um certo período

granel do Estado. Isso foi imposição. Faz parte de um contrato, copiado e lido. A grandeza do Terminal foi que permitiu a grandeza da agricultura no Rio Grande do Sul. Isso aí ninguém vai obliterar ou ninguém vai mudar. Se o Rio Grande do Sul cresceu e a agricultura também, deve-se ao Terminal da Cotrijuí. Claro que não foi em benefício unicamente do produtor da Cotrijuí. Todo o Estado se beneficiou com ele.

Cotrijornal — A expansão para outras regiões — Dom Pedrito e Mato Grosso do Sul — também marca uma nova fase na vida da Cooperativa. Como se inicia este processo?

Ruben — Dom Pedrito surgiu muito da posição dos associados de lá, de um grupo de agricultores de lá, que pelas funções que ocupavam e que ocupam dentro da sociedade como um todo, sentiam dentro da Cotrijuí uma organização com força suficiente para ordenar — que essa foi sempre sua grande função — as atividades daquela região. Já no Mato Grosso acho que isso extrapola a consciência de um grupo de produtores. Isso já se reflete de uma forma clara no próprio crescimento do sistema cooperativista, que se expandiu na região Pioneira e que não encontrava o substrato de comando, com condições de recursos humanos, que desse a segurança necessária a isso. É o caso por exemplo de Maracaju, independente da vontade dos produtores de lá, a presença muito grande do Banco do Brasil e inclusive em relação a própria Dourados, onde realmente teve uma presença muito marcante em termos da Cotrijuí tomar decisão de lá chegar. E nem de uma e nem de outra se arrepende. Ao contrário, eu acho que isso oportunizou à Cotrijuí, como um todo, um amadurecimento mais rápido em relação às suas decisões futuras, porque cresceu a sua visão. Isto é, os seus horizontes cresceram de forma significativa. Eu acho que nós fomos encontrar outras etnias, de outras origens, de outros locais com o mesmo grau de sucesso em termos de vinculação, de participação do produtor, a partir de um fator preponderante dentro de qualquer cooperativa que é a confiabilidade do produtor em relação a sua organização. Nós estamos colocando isso de forma bem clara, em respostas claríssimas, seja em termos de Dom Pedrito, seja em termos de Mato Grosso do Sul. E esse complexo todo é a Cotrijuí de hoje. Acho que por aí chegamos a uma análise do poderio que nós temos hoje.

Farina — Na realidade para o produtor sentir os benefícios da cooperativa, ele deveria ficar sem ela durante um certo período. E como isso é impossível de acontecer, não adianta nem falar. Só a história vai mostrar. É mais ou menos a situação de um empregado de uma empresa tipo Cotrijuí, que além de salário tenha "n" benefícios sociais, isto é, assistência médica, odontológica, mais um salário por ano. Coisas assim, que não sente

enquanto recebe e que só vai sentir no dia em que se afastar.

Ruben — Além disso, se formos ouvir produtores que saíram da região Cotrijuí, e foram para regiões onde não atua a Cotrijuí, simplesmente o que eles pedem é a presença da Cotrijuí e não o preço da Cotrijuí. É que realmente, ao longo da história da Cotrijuí, ela jamais deixou de cumprir qualquer compromisso firmado com seu quadro social.

Cotrijornal — Atualmente se sente a nível de estado uma preocupação maior com aquilo que se chama sistema cooperativista. Como isto repercute no momento em que se faz 25 anos?

Ruben — Estes 25 anos não é só a Cotrijuí que está fazendo. Na verdade esse sistema, chamado sistema Fecotriço, chamado sistema trigo/soja, a maior parte das cooperativas estão também com esta idade. Umas já chegaram e outras estão chegando. Umas já fizeram 26. Acho que realmente hoje o que importa é nós não pensarmos simplesmente numa Cotrijuí. O futuro tem muito a ver com o sistema cooperativista. Mesmo dentro desse tipo de agricultura que se fez ao longo desses 25 anos, mesmo pra essa agricultura, para esse grupo de agricultores que se adaptam dentro disso — seja pelo seu módulo fundiário, seja pela suas atividades, pelas suas características próprias, — hoje não bastam apenas uma cooperativa forte, ou algumas cooperativas fortes. Eles precisam de um sistema forte. Esse é o ponto fundamental dessa análise que se deve fazer do nosso comportamento daqui pra frente.

Até que ponto a Cooperativa é um fim, ou é um meio?

Arnaldo — Está havendo um entendimento bem maior entre as cooperativas procurando caminhar numa direção só. Hoje a Fecotriço no Rio Grande do Sul está despertando uma grande confiança nas cooperativas e uma certa liderança filosófica dentro do próprio sistema.

Ruben — Eu até diria que há um marco pra isso. Eu acho que a Cotrijuí simplesmente deixou de ser a Cotrijuí e passou a ser um sistema, para materializar esta data, quando se criou a Cooperativa Central de Leite. Foi a primeira tomada de posição pelo menos no sistema regional. No passado já tinham acontecido tentativas de fazer investimentos em fábrica de óleo com as cooperativas vizinhas. Mas por várias razões e certamente por falta dessa visão global, ljuí fez a sua indústria, a Cotrisa fez a sua indústria, a Cotrijuí fez a sua segunda indústria, e assim uma série

de outras cooperativas partiram para o seu processo agroindustrial.

Arnaldo — Esta exigência da expansão da Cotrijuí, não só da Cotrijuí mas também de outras cooperativas, em parte no Rio Grande do Sul não surge de uma definição muito clara quando se criaram as cooperativas de trigo e que seriam as cooperativas de produção. O associado, no momento que tinha criado a sua cooperativa de produção, queria tudo da cooperativa e quer hoje ainda. Ele quer saúde, quer que as cooperativas façam tudo. O exemplo da Cotrijuí está aí: nós nunca fomos criados numa cooperativa de saúde. Fomos criados numa cooperativa de produção. Mas os problemas dos associados são tantos que você acaba entrando em áreas que não foram especificamente determinada na sua criação. Então tudo isso cria essas áreas de investimentos paralelos e essa ampliação de área dentro do próprio sistema.

Cotrijornal — Pode-se dizer que o cooperativismo vem adotando um novo comportamento, preocupando-se mais com a participação do quadro social e com a unidade do sistema?

Ruben — Eu acho que você colocou o termo chave da questão: unidade. Unidade significa um certo grau de consenso. Consenso é alguma coisa que ocorre a partir do momento em que se tem uma estrutura bem definida. E isso está ocorrendo porque os trabalhos não se restringem simplesmente às cúpulas, mas hoje cresce mais o respeito às bases. Acho que hoje o grande trabalho que se faz é levar ao sistema como um todo um grande trabalho de base, ou seja, a organização do produtor nas suas origens, com as suas características próprias, e que isto venha se traduzir num novo comportamento. E esse novo comportamento, pelos investimentos materiais feitos pelo sistema, exige que realmente se busque um consenso. Um consenso que estabeleça resultados palpáveis. Quer dizer, um aproveitamento da infra-estrutura física de armazenagem significa minimizar custos e maximizar resultados e coisas dessa ordem. O comportamento dos quadros sociais de uma cooperativa para outra não são comportamentos absolutamente diferentes. Hoje a busca da organização dum sistema também tem muito a ver com uma colocação deste feitio: até que ponto a cooperativa é um fim, até que ponto a cooperativa é um meio. Eu acho que hoje cada vez mais cresce por parte dos produtores, como um todo, uma visão da cooperativa como um meio. Agora, por outro lado, as cooperativas todas estão sobrecarregadas de compromissos, de investimentos e inclusive até de um certo comportamento paternalista em relação aos seus quadros sociais. Acho que agora pretendemos vencer essa etapa, inclusive se pretendendo dar uma ordenação mais clara e uma prioridade maior em relação à razão de ser da cooperativa, que é o seu associado e não simplesmente o produto do associado. Será que hoje o grande pecado, o grande problema que ocorre em todo processo agroindustrial, no Rio Grande do Sul como um todo — e isso vale tanto para a soja como para a carne, os dois principais produtos que temos no sistema cooperativista — se chama matéria-prima disponível? Ou seja, esta verticalização de atividade não transformou o produtor num escravo da verticalização?

Arnaldo — A indústria é um instrumento para viabilizar o produtor.

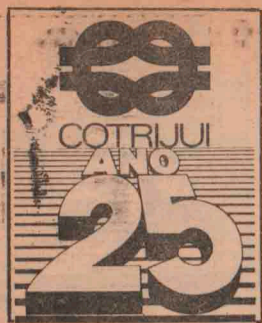
Farina — No meu ponto de vista a verticalização de qualquer atividade cooperativista deveria ser apenas uma alternativa. Agora, essa alternativa tem que ser suportada por quem? Pelo capital do associado e não há outra maneira. Há momen-

tos em que ter uma indústria de soja ou ter o frigorífico de carnes é excelente, porque se não guardar a carne na câmara fria vai ter que guardar o boi em pé. Não tem outra maneira. Quando não se tem mais armazéns para guardar soja, ou mercado externo para ela por qualquer razão, o jeito é ir mudando o aspecto físico da soja passando por uma indústria de transformação. E nesse momento, se o cooperativismo não detivesse esses instrumentos, o que seria da cooperativa e do produtor? Seria a presa fácil de quem tivesse esses instrumentos em mão. Quando o cooperativismo quis ter todas as suas alternativas em mãos, entrou em economia de escala, para ter custo barato, compatível, competitivo com a indústria privada. Ali entra em jogo então o seguinte: o produtor vai ter que manter a fábrica ou a fábrica é um instrumento do produtor? Pra ter um instrumento adequado nas horas de necessidade ele precisa ingressar com alguma coisa.

Arnaldo — Acho que não há nenhuma sociedade que não precise de capital. O próprio casamento: quem casa precisa ter um pouco de dinheiro, o mínimo para comprar as panelas, o fogão. Se nós não retivéssemos esse capital, de onde poderíamos retirar recursos para fazer um armazém, uma moega? Nós iríamos tirar do produto que é do produtor também. Não tem como fazer alguma coisa sem ter o capital que é do produtor.

Ruben — Eu acho que a resposta do produtor é altamente significativa em relação a isso. E houve outras no passado, como no caso do episódio de Rio Grande. Foi feito inclusive um empréstimo compulsório. Recentemente em Dom Pedrito, para determinados investimentos na área do arroz, foi feito um empréstimo, uma antecipação de capitalização. Eu acho que o problema fundamental da questão é o seguinte: qual é a função do capital dentro da cooperativa? Acho que houve na discussão da capitalização mais recentemente o que não houve no passado. Porque a idéia do capital no passado era um recurso levado como perdido, pois existiam duas coisas no capital que não se tinha clareza. Uma era o problema do que se chamaria a remuneração do capital. E numa cooperativa a remuneração são os serviços. No passado da Cotrijuí foi acabar com as filas nas descargas de trigo, foi entrar na granelização, foi assistência técnica, foi repasse, foi uma série de serviços que o produtor conquistou. O capital também era considerado, como recurso a fundo perdido dentro do processo inflacionário e no plano da correção. A visão era: "Por que que vou botar capital lá, se o dia que eu vou sair da cooperativa esse negócio não vale mais nada?" Só a partir do momento que se entendeu isso, a remuneração está nos serviços que a cooperativa presta dentro da estrutura que ela cria, e agora que o capital pode ser corrigido (embora seja disciplinada a retirada do capital), os comportamentos mudam de forma significativa. A partir do momento que se transfere esse patrimônio para o capital do associado, então realmente o comportamento dele deverá mudar. E já está mudando.

Cotrijornal — Com o crescimento das cooperativas passou a se correr o risco de diminuir a participação ativa dos associados na entidade. Na Cotrijuí esta dificuldade tenta ser corrigida com a nova estrutura do poder. A experiência, inicia-



da há três anos, já pode ser avaliada atualmente?

Ruben — Acho que o grande risco que nós corremos é que na medida que crescemos, que somos grande organização, nós vamos nos distanciando paulatinamente dos produtores como associados e transformando os produtores em clientes. E inclusive abandonando o comportamento do sistema como um todo, inclusive no processo da comercialização, criando "n" mecanismos que no fundo perturbam a essência de qualquer procedimento. Inclusive é muito mais fácil pros dirigentes transferirem o problema de comercialização para os seus dirigidos do que assumir. Agora nós temos todo um passado de individualismo. O individualismo é muito mais pregado no dia-a-dia do que o associativismo. Então há uma necessidade de estruturas que permitam que essa massa imensa de famílias de produtores encontre os canais competentes, organizados para poder se comunicar com essa organização. E fazer com que seus pontos de vistas prevaleçam, e não prevaleçam eventuais pontos de vistas também de eventuais dirigentes. Pretendemos organização eterna e dirigentes passageiros. Um quadro social eterno e com a cooperativa eterna também. Isto fez com que se procurasse mecanismos para isso. Agora, imaginar que já chegamos ao ponto ideal, acho que não. Nós estamos fazendo tentativas em relação a isso; e tentativas que são fruto de todo um trabalho de base. Acho que é a grande força da Cotrijuí como um todo, da sua organização, das suas bases. Poder deve se ter todos os dias e não apenas uma vez ao ano, quando se faz assembleia. Esse é o grande desafio: encontrar mecanismos que permitam que o produtor exerça diariamente o poder. É acho que hoje há muita abertura pra isso.

Arnaldo — Pra mim, estrutura do poder nós estamos ensaiando, nós estamos aperfeiçoando. Cada dia que passa vai evoluindo e a própria condução do poder vai depender do nosso andamento, do nosso crescimento.

O poder não é para fazer coisinhas. É para traçar políticas

Farina — A estrutura do poder que a Cotrijuí exercita é um ensaio apenas, porque na realidade visa formar administradores para o futuro. Gente que, quando precisa resolver problema de uma determinada área de sua atuação, sinta o quanto é difícil tomar uma decisão que atenda razoavelmente os anseios de uma maioria. Já não se trata mais de resolver o problema de uma pessoa, e sim, através de uma resolução, atingir a quase todos. O exercício do poder é diário, constante, a cada momento. Todo o momento é preciso tomar decisões, que é completamente impossível colocar a opinião social para decidir. O arbítrio de quem for designado pra isso tem que ser exercitado, caso contrário seria uma fuga para a irresponsabilidade. Agora, as linhas mestras de atuação é que o quadro social tem que decidir. Esse é o grande objetivo da estrutura do poder. Que se evite que

uma administração se lance em aventuras sem o conhecimento e a concordância do quadro social.

Arnaldo — O nosso produtor, ao exercer o poder, precisa traçar as linhas mestras, a política. Agora, não é executiva. O poder dele ainda está se treinando. Mas é ele que traça as linhas mestras do que nós devemos fazer. Agora, o poder não é executivo, não é pra fazer as coisinhas.

Ruben — É provável que nós estejamos chegando a um ponto em que o produtor vai entender de forma mais clara, dentro da sua organização, dentro da sua estrutura do poder, quais são os problemas que estão afetos unicamente aos eventuais dirigentes da cooperativa e quais são os problemas que na sua magnitude não dependem simplesmente dos eventuais dirigentes ou do eventual comportamento do quadro social. Por exemplo, uma política agrícola global. Inclusive acho que hoje estamos pouco a pouco criando uma estrutura do poder dentro do sistema cooperativista, pra realmente termos o poder político no sentido da definição de uma política que parta dos interesses dos produtores. E não vamos poder fazer isso de cima pra baixo; tem que ocorrer de baixo pra cima, e nisso tem todos os arranhões que ocorrem no processo de uma caminhada, aos tropeços dentro desse processo como um todo.

Cotrijornal — O que se pretende com a proposta de diversificação de culturas? Até que ponto ela será uma saída para os problemas provocados pelo modelo exportador que vivenciamos até agora?

Ruben — Esse trabalho todo desenvolvido ao longo desses 25 anos, ao par do sucesso de muitos, significou também o insucesso de um grupo significativo em relação aos tipos de atividade que são desenvolvidas. Hoje há uma preocupação muito grande em termos de nós fugirmos de uma atividade, que é o processo da monocultura. É um problema com respeito ao aspectos ecológicos, problemas do solo, problema da natureza propriamente dita, problemas de ordem global — que significam a política dos governos, inclusive a nível internacional — problemas de comercialização, todas estas agressões que são frutos basicamente de uma modernização exagerada, desorganizada do processo produtivo como um todo. Nós saímos da cultura de subsistência, ingressamos numa cultura de mercado, passamos a ser escravos dos insumos e os demais componentes dessa ordem. Hoje há por parte dos produtores, por parte dos técnicos, e até por parte das cooperativas como um todo, um profundo questionamento em relação à validade desses mecanismos todos que foram colocados à disposição. E que eram válidos naquele momento e que não são tão válidos no dia de hoje. Hoje precisamos saber o seguinte: qual é o grande objetivo que temos dentro da cooperativa? É viabilizar um tipo de produto ou viabilizar os seus associados, seus produtores? Acho que as coisas são colocadas nessa ordem. Para isso ocorrer nós temos uma série de riscos pela frente e temos de ter coragem pra correr esses riscos, seja a nível simplesmente do associado, nos seus núcleos, nos seus comitês, nos seus conselhos, seja a nível de dirigentes. Porque nós vamos enfrentar problemas em relação a isso. Nós vamos ter safras frustradas de novos produtos. Nós vamos ter problemas de comercialização. Nós temos problemas de adaptação de tecnologia. Nós precisamos influir na tecnologia que está sendo desenvolvida; precisamos investir no setor de pesquisa. E uma série de outros procedimentos. Essas coisas têm muito a ver com o que nós vamos fazer daqui pra frente.

Tem muito que ver com a estrutura de poder do produtor. Tem muito a ver com o problema de capitalização dentro da cooperativa. Essas coisas todas voltadas não a um produto, mas voltadas a razão de ser da cooperativa com seu associado.

Arnaldo — A diversificação tem algumas dificuldades em todo o Brasil, em toda as áreas. Por exemplo, a própria área técnica normalmente está habituada a trabalhar dentro de certas áreas, soja, trigo. O próprio governo, nas linhas de financiamento às vezes não tem criado ainda essas normas da diversificação. Isso é uma conjuntura. E no próprio mercado, às vezes o consumidor compra aquele produto tradicional e não compra um produto novo.

Ruben — Eu acho que se poderia ainda dizer que a diversificação é uma consequência de um processo. A diversificação nós estamos hoje buscando, comentando, falando em policultura. A Cotrijuí tem sido absolutamente pioneira em relação a isso. Tem muito a ver com a própria horizontalização. Nas áreas principalmente onde as coisas ocorrem com a velocidade maior, onde a vida política da cooperativa é mais intensa, que é na região pioneira, a horizontalização já cumpriu todas as suas funções, suas tarefas. Hoje há um sentimento que nós temos que abandonar aquela agricultura lotérica. A agricultura do superfinanciamento, da superprodução, e do superpreço, e que de repente nos enriquece de um ano para outro. Se nós formos analisar os cinco últimos anos, das últimas dez safras de trigo e soja (que são ainda os dois produtos principais), quatro foram normais, seis foram frustradas ou parcialmente frustradas. Quer dizer, não é uma coisa assim por acaso.

Arnaldo — Na diversificação há inclusive carência de pesquisa em produtos novos, em linhas novas.

A Cooperativa é uma gota dentro de um oceano imenso

Ruben — É uma coisa, Arnaldo, que hoje nós não temos uma visão clara em relação ao associado. A Cotrijuí vem até hoje tentando com o problema da colza. Frustrou a colza, mas a grande frustração na colza teria sido se o insucesso dela fosse feito em cima de uma extensão de área que comprometesse o interesse do produtor.

Arnaldo — Aí há uma falha. Quando nós pesquisamos a parte agrônômica e esquecemos a parte comercial, a aceitação, a colocação, é viável uma cultura dessa comercialmente? Há colocação para a produção?

Ruben — Arnaldo, é justamente esse o ponto que eu quero destacar. Pra evitar isso, o que é que se fez? Se fez com que o produtor não ingressasse de olhos vendados nessa nova alternativa. E esbarrou no quê? Esbarrou no mercado. Então mostra que pesquisa não é simplesmente agrônômica, não é pesquisa do canteiro, não é pesquisa do campo experimental. O grande ponto da pesquisa é o resultado final que ela vai oferecer.

Farina — No resultado final podem existir "n" fatores aleatórios. Se o consumo de petróleo em nível internacional tivesse se mantido alto; se o preço tivesse subido, a colza poderia ter sido uma grande alternativa hoje. Mudou a conjuntura internacional, mudou o interesse pela colza. Mas diversificação não é só a diversificação da cultura, mas também de mentalidade. No meu ponto de vista,

uma das coisas que tem que diversificar é a mentalidade do próprio produtor, e começar a financiar os próprios empreendimentos. Se ele depender sempre de financiamento alheio, ele está sempre sujeito à vontade de quem concede financiamento.

Cotrijornal — Então é o próprio crédito quem condiciona esta situação. Com recursos próprios o produtor poderia alterar, individualmente, este sistema?

Farina — Dinheiro ele não tem. Ele tem uma coisa notável que é uma força de produção. A força de produção familiar é um capital que está rendendo muito. Se ele utilizar bem essa força de trabalho na diversificação, ele tem colheitas a preço de custo muito baixo.

Ruben — Independente disso eu diria que a coisa vai um pouquinho além. Em primeiro lugar, acho que é uma falsa imagem que a cooperativa resolve tudo que é problema. Temos que acabar com essa imagem. A cooperativa está dentro do contexto global, ela não é um fato isolado, ela é uma gota dentro de um oceano imenso. Está certo, ela sofre todas as forças dos ventos, da lua, do sol, sei lá, dos planetas. Ela faz parte de uma série de interesses econômicos absolutamente conflitantes. Então nós não podemos imaginar que a diversificação vá resolver todos os problemas. Que simplesmente pela diversificação não vai existir mais migração, não vai mais existir pobreza, que todos vão se enriquecer. Não. Eu acho que seria realmente má-fé do sistema se ele, constatando que uma política de modernização do processo agrícola baseado em cima de monocultura não é o caminho, simplesmente continuasse insistindo nisso. A diversificação é uma forma de atenuar esse processo todo e toda uma caminhada. Agora, acho que seria realmente um verdadeiro absurdo se as cooperativas dissessem: "Não, as coisas como estão assim estão bem. Vai sobrar menos gente, vai ter menos problema". Nós estamos trazendo tremendas discussões para dentro do próprio sistema cooperativista. E acho que temos que trazer de forma consciente isso aqui, porque entendemos que mais cedo ou mais tarde nós não vamos conseguir viver da monocultura. Como nós não pregamos acabar com a soja, ao mesmo tempo não pregamos que todos cultivem soja. Agora, alguns produtores terão muito mais sucesso continuando com a soja do que ingressando num processo de diversificação.

Cotrijornal — Alguns projetos da Cotrijuí não deram certo, como é o caso da Amazônia, da administração da Cooban e outros. Vamos por partes: qual é a situação da Amazônia nos dias de hoje?

Ruben — A Amazônia é um projeto paralisado. Não é um projeto abandonado. A Amazônia ocorreu justamente numa época em que a visão que se tinha das coisas era completamente diferente de hoje. Era uma visão da época do boom. Era uma visão da monocultura. Era uma visão do trigo e soja. Era uma visão da reaglutinação de área a nível de encontrar um módulo mínimo no qual estávamos absolutamente convencidos de que o produtor ia passar o resto da vida plantando trigo e soja. Agora, é um projeto que está em suspenso. Ele está passando por uma maturação. A área está interdita pela Funai; a cooperativa, evidentemente, respeitou essa interdição e no momento em que ela for liberada, certamente o quadro social hoje, muito mais que no passado, terá a visão necessária para saber qual a forma mais adequada de ocupação dessa área. E talvez até se diga hoje que o problema de ocupação dessas novas áreas seja visto de uma forma completamente



diferente que se tinha então. Em vez de simplesmente serem pequenos produtores, fazer até com produtores de outro porte.

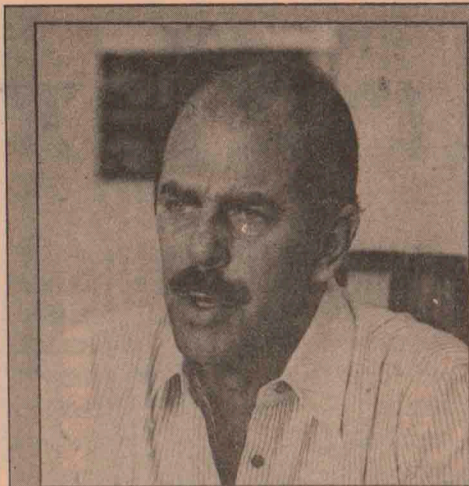
Cotrijournal — Durante um certo período se administrou uma usina de açúcar numa área próxima à da Cotrijuí. O que representou esta experiência e por que foi deixada de lado?

Ruben — A usina, na verdade, não foi um projeto da Cotrijuí. A usina foi um instrumento que a Cotrijuí usou, de acordo com o governo, que seria a base de apoio físico para ocupação da região, para a execução do projeto propriamente dito. Com a interdição da área, realmente desapareceu a razão da Cotrijuí administrar um projeto canavieiro. Nós sempre tivemos com o governo nessa área, como em outras — mas de uma forma especial nessa área —, um relacionamento do melhor nível e com muita clareza. O próprio governo entendeu que não havia razão de nós estarmos lá presente, sem a perspectiva de alcançar com ele objetivo maior. E acho que há outras coisas que a Cotrijuí discutiu e até nem vou dizer que tentou, que é o caso do Irã. O Irã foi um projeto que, juntamente com o Banco do Brasil, num determinado momento se imaginou, não de se transferir resultados para o exterior, mas de se transferir tecnologia para o exterior. E que talvez até fosse executado se não tivessem ocorrido todas as alterações políticas naquele país. Mas houve, de qualquer maneira, a presença da Cotrijuí dentro de uma empresa bi-nacional a ser criada, que estava profundamente respaldada pelo Banco do Brasil. Nós tínhamos uma pequena participação nessa empresa. A maior seria do grupo iraniano e o segundo grupo seria o próprio Banco do Brasil. Isso nos oportuniza um conforto muito grande, digamos, pelo tipo de associação que iríamos realizar. E não se concretizou, entendemos nós, basicamente, porque não houve condições de continuidade das discussões pela mudança de poder político que houve no Irã.

Cotrijournal — O que se pretendia com a administração da Cooban (Cooperativa dos Bancários de Porto Alegre)? Que resultados se obtiveram?

Ruben — Neste caso houve uma primeira tentativa, sob certo aspecto frustrada, em termos de integração entre uma cooperativa de consumo e uma cooperativa de produção. Acho que as razões são muito mais de ordem comportamental das organizações que compõem o convênio que propriamente do sistema. Acho que não foi o sistema que falhou. Certamente os objetivos do lado da cooperativa de produção, os objetivos do lado da cooperativa de consumo, não foram suficientemente discutidos e clareados por ocasião dos compromissos feitos. É tão verdade que no momento em que se sentiu que não seria alcançado o objetivo de fortalecimento do setor de consumo, se abandonou. E se abandonou justamente no respeito à manutenção da independência da cooperativa de consumo. O nosso objetivo na área realmente era oportunizar que a cooperativa de consumo decolasse. Como nós nada mais poderíamos contribuir, safmos. Agora, acho que em relação à cooperativa de consumo, como o caso da Cooban, oportunizamos uma revitalização da cooperativa. Em relação à Cotrijuí acho que a experiência foi profundamente válida, porque se mostrou que há plenas condições de se atuar no setor de consumo e dentro de uma área que não é área de um mercado cativo de um quadro social vinculado a própria cooperativa, que era nossa experiência.

Farina — Até os órgãos governamentais, dirigentes do sistema cooperativista, ainda tentam fazer novos convênios



Ruben Ilgenfritz da Silva:

entre a Cooban e outras cooperativas. Agora é a Cepal que pretende ampliar o raio de vendas, utilizando o mercado da Cooban e talvez formando uma única cooperativa de consumo em Porto Alegre.

Ruben — Hoje as próprias cooperativas de consumo, inclusive criam sua própria federação, criam seu poder político. Nós não podemos pensar em fazer em cooperativas a integração do consumo e produção de forma paternalista. Imaginar que as cooperativas de consumo forneçam os melhores produtos ao menor preço, isso aí é um fato absurdo e utópico. Tem que ser em relação absolutamente de mercado. E elas serão encontradas mais cedo ou mais tarde.

Quais os pontos comuns que unem nossos 20.000 associados?

Cotrijournal — Também se viveu uma experiência com os produtores de cebola da região de Rio Grande. Como foi isto?

Farina — Nós entramos na cebola num momento muito difícil para os produtores de cebola em São José do Norte, em Rio Grande. Na realidade nem os produtores estavam treinados, educados, para terem um atendimento cooperativista. Verificado isso, e tendo cessada a necessidade de estarmos presentes no mercado para a safra seguinte já produzir bons preços, nós nos retiramos. Quer dizer, entramos num momento crucial em que nem o Estado, nem a Progas, nem a Cobal conseguiram atender os produtores de cebola. Não investimos nada, só trabalho. Adiantamos alguns recursos ao produtor, recursos que retornaram através da cebola, mas foi uma experiência que sinceramente não vale a pena ser continuada.

Cotrijournal — Quais os novos rumos que se desenharam para Cotrijuí daqui para a frente?

Ruben — Nós chegamos num momento em que precisamos saber o seguinte: quando os nossos companheiros a fundaram, a Cotrijuí tinha certamente uma série de interesses muito claros. Hoje precisamos ter uma visão mais clara: quais são os pontos comuns que unem hoje os vinte mil associados que participam da Cotrijuí? Acho que esse é o ponto fundamental da questão. O lucro imediato é a segurança na sua atividade. Qual é o denominador comum que temos entre nós? É claro, à medida que circunstancialmente as coisas são difíceis, à medida que o produtor se sente descapitalizado, à medida que há problemas, temos que fazer uma reflexão mais profunda, para programar de forma mais clara isso tudo.

Arnaldo — A cooperativa é uma consequência clara e natural do produtor. O produtor hoje está parando para pen-

O grande projeto futuro da Cotrijuí é consolidar o que ela fez até agora

sar, está deixando de investir, inclusive em algumas áreas está desmobilizando. Hoje o produtor em vez de estar trabalhando com quatro ou cinco tratores, quando pode fazer com três, ele está fazendo com três. Está voltando aos galpões, ao cavalo, está voltando a usar a enxada. Todos revisam suas posições.

Ruben — O momento não é de parar, mas é de uma reflexão profunda em termos de consolidar o que nós temos. Acho que por tudo o que se fez ao longo desse tempo, a margem de erro diminuiu. E a margem de rentabilidade em novos investimentos é cada vez mais escassa. Por exemplo, vamos agora admitir que se esteja ingressando na era do milho. Vamos analisar com muita cautela. Acho que chegou o momento de sabermos quais são os interesses que estão envolvidos em torno disso. Se o milho realmente interessar ao produtor, cabe à cooperativa ingressar de forma clara. Agora, se o milho não for do interesse do produtor, não existe razão para nós darmos suporte a isso. Hoje na verdade há um questionamento muito grande em relação às atividades todas que nós desenvolvemos. E acho que inclusive é uma grandeza suficiente dentro da nossa organização a nível de até mesmo abrimos mão de alguns anéis que tomam conta de nossos dedos, pra manter o corpo absolutamente são. Agora que se aproxima a reflexão maior, nós desejamos evitar que nas duas novas regiões — Dom Pedrito e Mato Grosso — se cometam os erros que nós cometemos no passado, principalmente em termos de características de uma monocultura. É muito importante que este passado todo seja profundamente dissecado, para evitar a repetição das etapas que são vitoriosas num momento, mas frustraram em outro. E assim, quais são os projetos futuros da Cotrijuí? O grande projeto da Cotrijuí é consolidar o que ela fez até agora. Ou seja, transferir esse patrimônio para o seu quadro social. Realmente transformar esse patrimônio em que os donos dele sejam os associados da Cotrijuí.

Cotrijournal — A Cotrijuí tem um quadro heterogêneo de associados e atua em regiões com características diversas uma das outras. Esta situação não dificulta o trabalho da Cooperativa? Ou pode até mesmo ser considerada um fato positivo?

Ruben — Isso já está acontecendo. Inclusive a reunião dos ex-conselheiros mostrou que cada vez fica mais clara essa heterogeneidade de comportamento e de interesses. Só a clareza desse conflito é que vai de forma definitiva consolidar a organização como um todo. Eu acho que as alianças, cada vez passam a ocorrer com mais evidência em todos os setores de atividade da Cotrijuí. Cada vez mais o pessoal se dispõe a abrir mão um pouco do seu imediatismo pra somar dentro do interesse coletivo. Se não fosse assim, se não fosse isso verdade, por que cresce a cooperativa em número de associados e

por que cresce proporcionalmente o recebimento da produção? Acho que essas coisas vêm ocorrendo, só que hoje elas se mostram de forma mais clara. Cresce o pacto social, cresce a discussão do social. Acho que não prepondera simples e exclusivamente a discussão do econômico. Isso é bom, dá resultado; isso é ruim, não dá resultado. Eu acho que cada vez há um interesse maior entre a visão global do quadro social da cooperativa. Há discussão entre o pequeno, médio e grande produtor.

Cotrijournal — Continuando naquilo que se pretende para o futuro, qual deverá ser o comportamento da Cotrijuí nos próximos anos?

Arnaldo — Voltaria mais uma vez à propriedade do produtor, do associado. O produtor não trabalha sem resultados. Se ele quer fazer novos investimentos, se ele quer ampliar, se ele quer manter o que tem, ele precisa investir, precisa ter algum capital. E a Cotrijuí, se ela é uma consequência do produtor, ela nada mais visa do que sua manutenção pra poder atender tudo aquilo que o produtor reivindica. Ela não visa lucros pra ter dinheiro em banco pra fazer capital separado. Ela precisa de uma infra-estrutura capaz de corresponder, de emprestar os trabalhos que o produtor requer.

Farina — Eu resumiria no seguinte: a cooperativa vai ter aquela atividade que no seu transcurso mantenha a unidade dos produtores. Dá pra entender. Desde que mantenha o equilíbrio de posicionamento, não ganância de lucros sobre os insumos que fornece, ou sobre os preços que oferece aos produtores de maneira a conservá-los sempre unidos. Dentro desse tipo de atividade nem sempre dará o melhor resultado individualmente, casuisticamente. Mas, ao longo do tempo, ela manterá os produtores unidos em torno dela.

Ruben — No momento em que a cooperativa se preocupa em viabilizar o produtor e não o produto, ela realmente está respeitando, está colaborando para que seja exercitado um grande pacto social. Hoje temos absoluta clareza que aquilo que há dez anos nós pregávamos, quando encarecíamos que todos plantassem simplesmente trigo e plantassem simplesmente soja, não é o discurso de hoje. E que na ocasião era perfeitamente válido. Acho que não houve por parte de todo o grupo vinculado — os comunicadores, os técnicos, os dirigentes, as lideranças — qualquer má-fé nessa colocação. Só que, infelizmente, na história se paga um preço para se aprender certas coisas. E acho que hoje há uma disposição muito clara da cooperativa viabilizar as economias que formam a cooperativa como um todo. Ela realmente tem que administrar esse pacto; ela tem que dar substância econômica a esse pacto. Ela tem que alcançar seus instrumentos para as diversas economias, entendido as famílias que compõem o quadro social. Eu acho que as coisas estão por aí. E é preciso que essas pessoas, que são diferentes em determinados momentos, cultivem o diálogo, busquem os pontos em comum. Porque se não houver esse pacto isso vai se traduzir de forma clara dentro da própria organização cooperativada. Mas nós queremos e nós entendemos que no processo em que vivemos há muito mais coisas que nos aproximam, que nos unem, do que simplesmente nos afastam.

A hora da reflexão

A Cotrijuí pode ser "fundada" de novo, a partir do momento em que completa seus 25 anos? Um encontro que reuniu os ex-conselheiros da Cooperativa, e espichou debates durante toda a tarde do dia 2 de julho, ofereceu pelo menos a perspectiva de que a Cotrijuí pode ter muita coisa repensada. E a "refundação" simbólica começa a acontecer, contando exatamente com a participação dos ex-conselheiros na ampliação do debate em torno de tudo que acontece na Cooperativa. Eles passam a fazer parte de um grupo organizado, e são reintegrados às decisões na condição simbólica de "senadores" da Cotrijuí.

O encontro do dia 2 reuniu 31 dos 80 ex-conselheiros da Cooperativa, no auditório em Ijuí, e foi realizado para que se analisasse "o que se fez nesses 25 anos, e para que se discuta o caminho a seguir daqui pra frente", como disse o presidente Ruben Ilgenfritz da Silva. "Hoje as preocupações são outras, o mundo é mais complicado, e já não se alimentam tantas ilusões, como aconteceu no passado", afirmou Ilgenfritz, que levantou também muitas perguntas como estas:

— Cooperativa é isso mesmo que fez até agora? Qual nossa função, e o que queremos do cooperativismo? Precisamos fortalecer o associativismo, mas como administrar os conflitos de interesses e o individualismo?

PARA ONDE VAMOS?

Para o presidente da Cotrijuí, esta é a hora de saber "para onde estamos indo", e avaliar o crescimento da Cooperativa desde sua expansão na ocupação de espaços geo-

gráficos, até os investimentos em áreas como a industrialização e o consumo. Segundo ele, é preciso cada vez mais levar em conta os riscos de iniciativas que, em muitos casos, podem representar, por exemplo, um estrangulamento entre produção primária e industrialização, ou transformar o produtor em "escravo de um projeto".

É assim que a Cooperativa se propõe não só evitar empreendimentos mais arriscados, como também está disposta a questionar muitas das iniciativas concretizadas e que hoje já não têm tanta importância ou são até mesmo inviáveis. Para isso, conta muito a própria necessidade de contornar problemas imediatos, como os altos custos financeiros enfrentados não só pela Cooperativa, mas pela maioria das empresas brasileiras, em função dos elevados juros. No ano passado, o custo financeiro da Cotrijuí triplicou em relação às despesas de 1980.

"E para melhorar a saúde financeira da Cotrijuí, a saída não estaria na desmobilização de algu-

mas áreas, que podem ser transformadas em recursos?" — indagou ele. Essas desativações atingiriam setores não-primordiais, e como exemplo foi citado o terminal Luiz Fogliatto, de Rio Grande. Ilgenfritz lembrou que o terminal, importante para um determinado momento, serviu inclusive para que se criasse um mito em torno da Cooperativa, até mesmo fora do país. Hoje, contudo — disse ele —, os projetos arrojados e conduzidos individualmente já fazem parte do passado.

A MESMA MISÉRIA

"Precisamos ter um sistema cooperativo, e não só uma cooperativa, ao contrário do que chegou a ocorrer, quando o que realizamos poderia ser aproveitado pelo todo, mas de repente ficamos sozinhos", afirmou Ilgenfritz. Ele também ressaltou que a idéia de busca de auto-suficiência, conduzida até agora de forma individual, serviu de qualquer forma para que a Cotrijuí consolidasse "uma riqueza patrimonial", que contrasta, no entanto, com "a mesma miséria financeira da época

em que o pessoal se cotizava para enfrentar despesas".

Ilgenfritz repetiu ainda que a necessidade de reavaliação dos rumos seguidos pela Cotrijuí tem como prova o fato de que "muitas coisas que nos aproximaram, tempos atrás, hoje já não são a razão básica de nossa aproximação". Ele garantiu que a desmobilização de certas áreas deve, ao mesmo tempo, ser acompanhada da busca da verticalização de resultados, ou seja, com a preocupação com o aumento da rentabilidade das atividades da Cooperativa.

ONDE ESTÁ A SAÍDA?

Mas não só as questões mais urgentes precisam, segundo ele, de uma reflexão. Esta seria também a hora de se questionar a cooperativa como meio ou fim. Como uma simples empresa que deve proporcionar resultados imediatos para o produtor, através, por exemplo, de preços competitivos para a soja? Ou como prestadora de serviços e outros benefícios indiretos, que nem sempre são palpáveis e que, em alguns casos, tampouco podem privilegiar todos os produtores?

O cooperativismo abriga, segundo Ilgenfritz, interesses conflitantes que impedem uma resposta de consenso para muitas questões como estas. "Como administrar esses interesses e divergências, cuja existência deve ser admitida?" — perguntou ele, lembrando que uma cooperativa não irá terminar com as diferenças que caracterizam "o tipo de economia de cada produtor". No meio de muitas indagações, o presidente da Cotrijuí deixou esta certeza: "O mercantilismo e o imediatismo não representam a nossa saída".



Participaram 31 conselheiros na reunião de "refundação simbólica"

Ex-conselheiros na função de "senadores"

O grupo de "senadores" fará com que os ex-conselheiros sejam "os grandes críticos" dentro da Cotrijuí, como foi ressaltado várias vezes na reunião do dia 2. Eles levantarão questões que se relacionam com a própria política da Cooperativa, e vão contar para isso com a experiência acumulada como dirigentes. Os "senadores" contribuirão assim para a definição dos novos rumos da Cooperativa, segundo o vice-presidente Arnaldo Drews.

Drews entende que este é um início para que o debate, em torno do que acontece na Cotrijuí, seja ampliado e assíduo, e aconteça de forma coletiva. "Não pode existir um distanciamento entre a atual direção da Cooperativa e seus ex-conselheiros, mas sim uma aproximação cada vez maior", disse ele. O vice-presidente também lembrou que, a partir de agora, a sala dos conselheiros passa a ser o local para o chimarrão dos fins de tarde.

Uma comissão, coordenada pelo professor Mário Osório Marques, irá organizar o encaminhamento dos trabalhos dos ex-conselheiros. Ela é integrada ainda

por Guilherme Comandeur, Carlos Roger Erig, Arno Muxfeldt e José Cláudio Köhler. Durante o encontro em Ijuí, os "senadores" já testaram sua capacidade crítica, debatendo a situação da Cotrijuí com a abordagem de temas como as desmobilizações; o aperfeiçoamento da máquina administrativa; a política de comercialização de safras; os custos financeiros; e o questionamento do cooperativismo como meio ou fim. Abaixo, uma síntese de algumas dessas manifestações:

Carlos Roger Erig: Precisamos de uma cooperativa com uma estrutura administrativa mais leve, e com liberdade para amputar os fatores que mais oneram. Temos que dar apoio para que se cortem os enfeites, que no início foram fundamentais, mas que hoje devem deixar de existir sem dó nem piedade. O produtor exige resultados, quer ver rendimentos, e a cooperativa precisa ser viável e competitiva. As cirurgias, os cortes, devem ser feitos, mesmo que provoquem impactos.

Guilherme Comandeur: Muito se fala em suporte econômico, mas uma coope-

rativa quando surge tem recursos humanos, mas nunca recursos financeiros. Como aplicar uma boa administração, se não se dispõe do essencial disso, o dinheiro? É preciso reforçar o suporte financeiro, sem recorrer a terceiros, para que a cooperativa tenha maior autonomia econômica.

Orgênio Rott: As coisas que se apresentam como desnecessárias hoje, na época em que surgiram eram uma necessidade, como o próprio terminal. Essa discussão deve evoluir, para que se pegue o fio da meada. Mas nós não podemos ver só a questão do lucro, e sim os aspectos sociais, na hora de tomar decisões. O pequeno produtor pode até não ser muito vantajoso para que a Cotrijuí se viabilize como empresa, mas onde fica a questão social?

Alberto Sabo: Realmente falta capital de giro, com juros mais acessíveis, para que se enfrente as despesas administrativas. A cooperativa precisa agora do apoio dos associados para encontrar a saída. No momento, nós precisamos também consi-

derar, por outro lado, as conseqüências boas do cooperativismo, que pelo menos amenizou muitos dos problemas sociais.

Egon Eickhoff: Temos que lembrar também da participação dos jovens nesse debate. Será que eles estão pensando como nós, os adultos? O futuro da cooperativa depende muito dos jovens, e eles também devem ser ouvidos.

Mário Osório Marques: A grande questão está na coragem que se deve ter para fundar de novo uma cooperativa. Hoje, há uma confusão normal entre meios, fins, instrumentos e objetivos. Temos que considerar que os problemas de anos atrás já não existem, e outros foram criados. Temos que saber se o patrimônio existente ainda serve ou se ele prejudica, sem saudosismos. Não podemos ficar apegados a instrumentos não adequados às atuais necessidades, e considerar não só o patrimônio físico, mas também o patrimônio humano, os recursos operacionais. Temos que enfrentar tudo isso com coragem, e refundar a cooperativa.



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

O FRIO CHEGOU

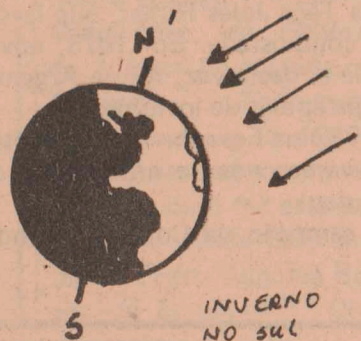
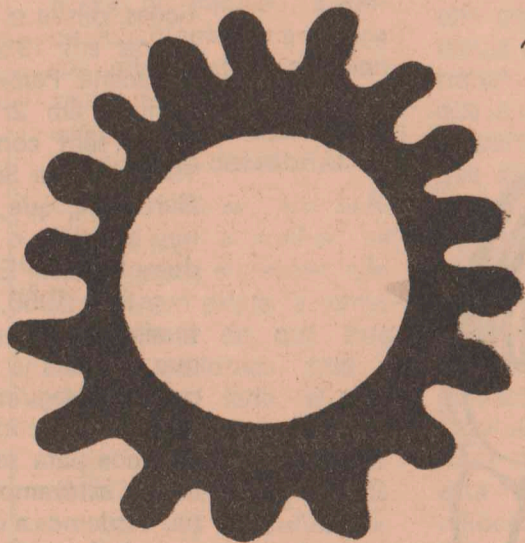
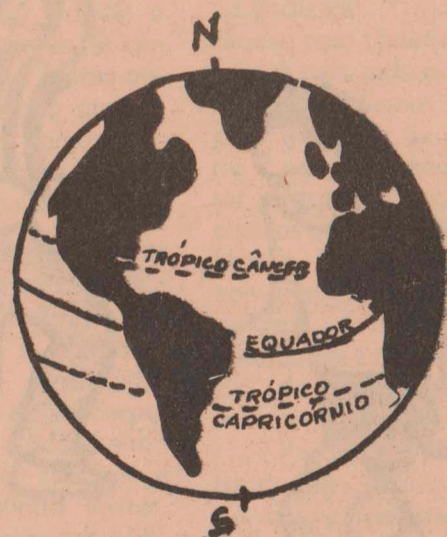
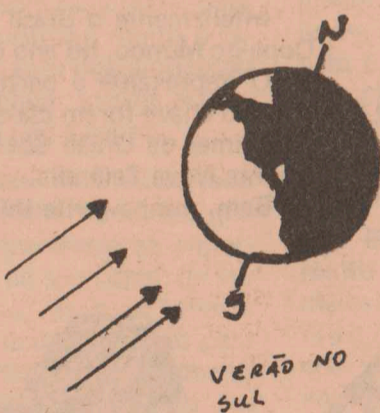
O inverno está aí, os dias são mais curtos e como está fazendo frio neste mês de julho! Pois saiba que o nosso inverno é por causa da menor quantidade de raios solares sobre o nosso hemisfério sul. No hemisfério norte agora é Verão. Na Espanha, por exemplo, está fazendo muito calor, porque os raios solares estão atingindo em maior quantidade o norte da Terra. Esta maior ou menor quantidade de raios solares é por causa da inclinação da Terra.

No Brasil quase não notamos a diferença de estação, pois o nosso país é Tropical, e fica perto da linha do Equador. O Equador é a parte mais quente da Terra, pois ali sempre há muita incidência de raios solares.

O nosso estado, que é bem no sul do Brasil,

não é tropical como a maior parte do nosso país. O Rio Grande do Sul está ao Sul do Trópico de Capricórnio e tem um clima que nós chamamos de sub-tropical.

O inverno no nosso hemisfério (Sul) começa no dia 21 de junho e vai até 23 de setembro. Observe como muitas árvores perderam as folhas, as plantações não são as mesmas do verão. Não dá para plantar soja no inverno, pois esta planta não resiste ao frio, então plantamos trigo e outras "plantas de inverno". Em fins de setembro começa a primavera, as árvores que perdem as folhas ficam renovadas, bem verdinhas. E quantas flores desabrocham. Mas vamos deixar para falar de flores na primavera.



O CLIMA DA TERRA ENTRE OS TRÓPICOS É CHAMADO DE TROPICAL

CAIXAS DE SURPRESA

CAIXINHA 1

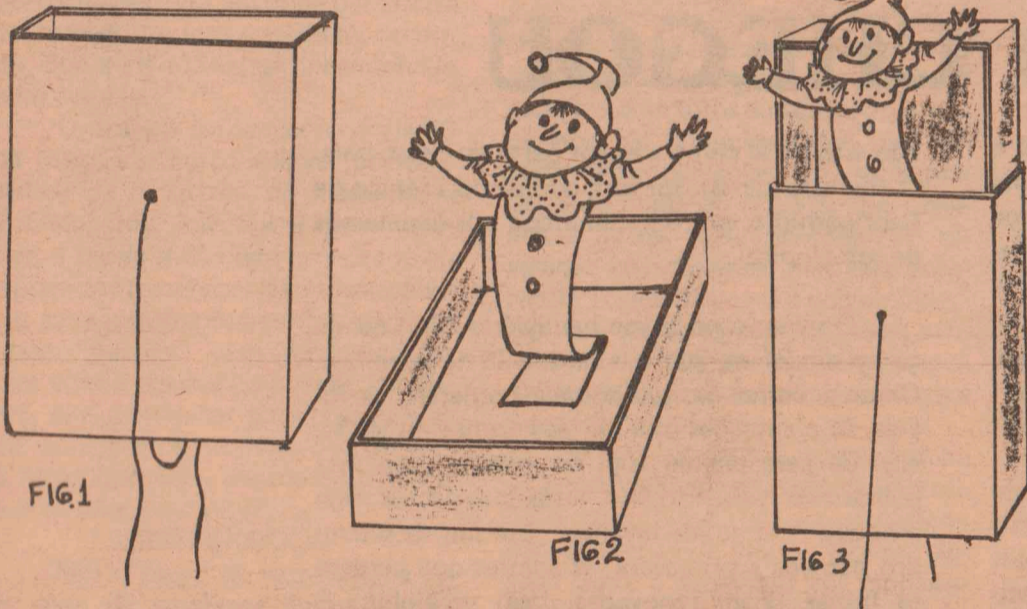
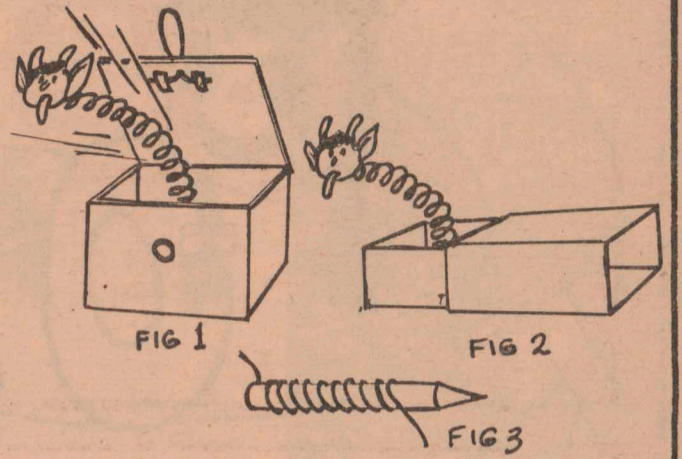
Material: Uma caixa de fósforo, barbante, figurinha, tira de cartolina.

Execução: 1 - Perfurar o invólucro da caixa de fósforos no meio, de lado a lado. Enfiar o barbante, de modo que forme uma alça interna mais comprida do que a distância do furo à extremidade, (fig. 1).

2 - Colar a figurinha escolhida (ou ara-

nha!) na ponta da tira de cartolina. Dobrar a sua extremidade, e colar no fundo da caixa, como a figura 2.

3 - Enfiar a caixa no invólucro e fechar. Agora mandem os amigos puxarem as duas pontas do barbante, e o palhacinho saltará para fora, balançando alegremente (fig. 3).



CAIXINHA II

Material: Uma caixinha vazia, uma mola de arame, figurinha ou um desenho seu. A caixinha pode ser de dois modelos diferentes (figs. 1 e 2). A primeira necessita de tampa com fecho, para o bichinho não saltar fora antes da hora. O fecho pode ser improvisado com um botão ou grampo para papel, e uma alça de arame ou linha. Prender por dentro com fita colante. Falta uma mola apropriada? Tente fabricar com um pedaço de arame enrolado em torno de um lápis, como na figura 3. A mola precisa ser bem comprida, pois é comprida ao ser posta dentro da caixa. E deve saltar um bom pedaço para fora quando esta é aberta! Para prender no fundo da caixa, perfurá-la com a extremidade da mola, fixando com fita colante. O bichinho pode ser feito com pompom de lã, ou bolinha de espuma. Colar orelhas, língua e chifres de papel colorido; pintar nariz e olhos, ou fazê-los com miçangas coladas. Prender a cabeça na outra extremidade da mola, e apertar tudo para dentro da caixinha.

O BRASIL NA COPA



Infelizmente o Brasil não conseguiu vencer a Copa do Mundo, do ano de 1982.

O importante é participar, mesmo porque em nossa chave foram classificados, além do Brasil, os times da União Soviética, da Escócia e da estreante Nova Zelândia.

Bem, minha gente miúda, vamos continuar

torcendo pelo Brasil, que muitos jogos ainda irão acontecer pela frente.

Vocês sabiam que o Brasil foi o único país que disputou todas as copas?

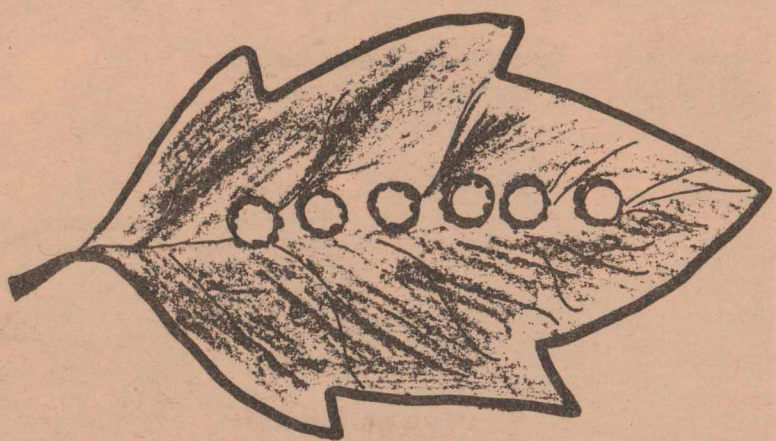
Os jogos da Copa do Mundo começaram em 1930, no Uruguai. E lá estava a Seleção Canarinho. O Brasil se classificou para todas as competições, desde o início. Brilhou em 1934, 1938 e depois em 1950, quando a competição foi no Maracanã. Perdeu para o Uruguai no último jogo e ficou em 2º lugar. Novamente brilhou em 1954, sem conseguir ser o campeão. Foi em 1958, foi na Suécia, com as estréias de Pelé e Garrincha, que conseguiu a grande vitória. Tornou a repetir o feito em 1962, no Chile, sagrando-se BICAMPEÃO.

Em 1966, foi eliminado nas quartas-de-finais para voltar, em 1970, com a maior equipe que um país já reuniu em campo. Aí, foi até demais. Conseguimos o TRICAMPEONATO e ficamos de vez com a Taça Jules Rimet, que levou 40 anos para ser conquistada. Em 1978, novamente estávamos lá e, desta vez, foi na Argentina. Perdemos a copa apesar de invictos.

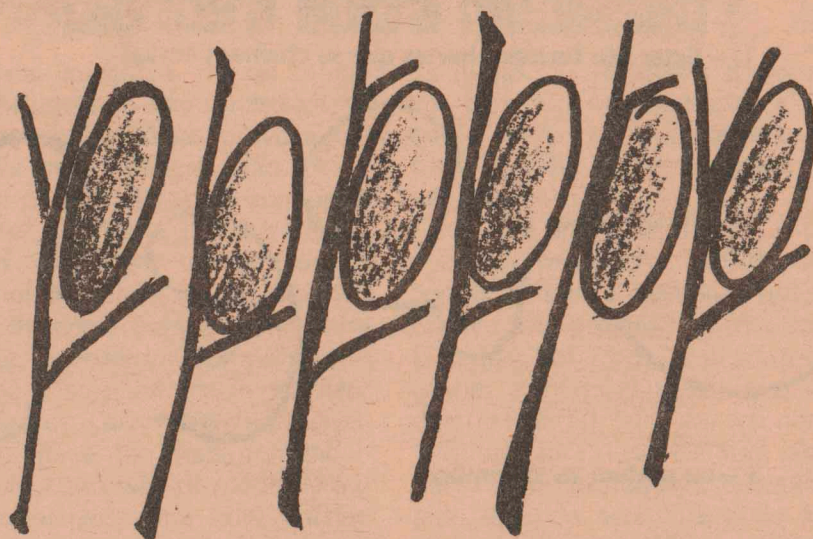
A Copa de 1982 na Espanha trouxe muitas surpresas e lá estávamos nós de novo, entre os favoritos. Mas não deu.

Parabéns ao campeão da Copa do Mundo de 1982.

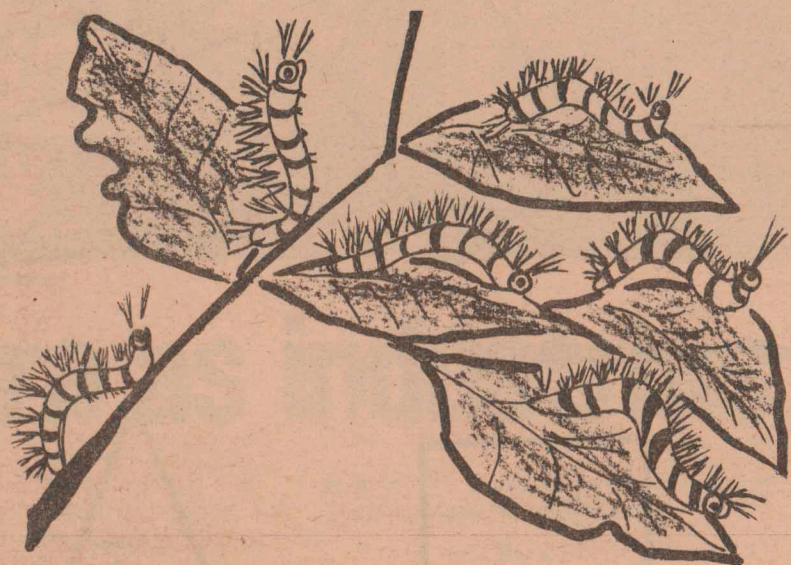
COMO SURGEM AS BORBOLETAS



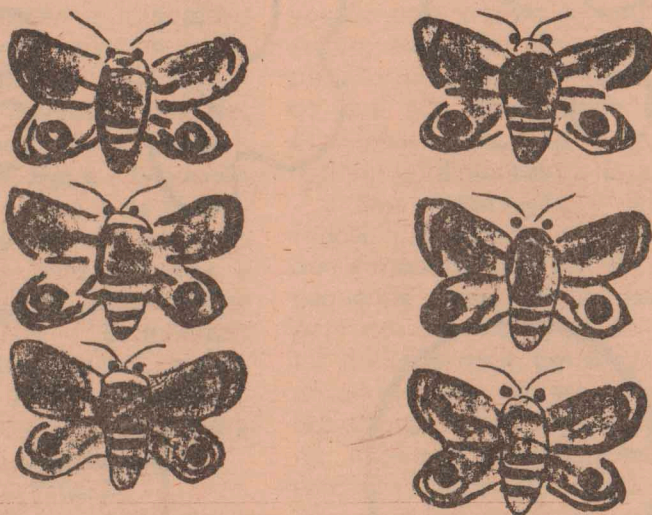
1 -- Sobre esta folha há seis ovos de borboleta



2 -- Seis casulos esperam pela sua transformação

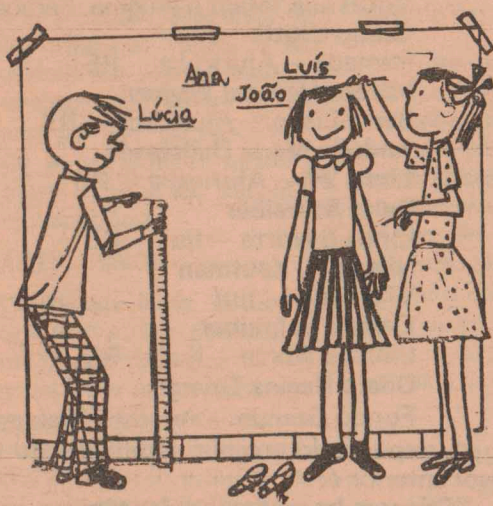


3 -- Seis lagartas comem e crescem



4 -- Quantas borboletas levantam vôo?

VAMOS VER NOSSA ALTURA

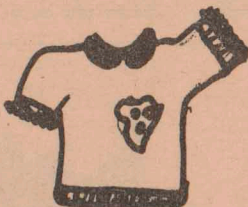


Convidem seus amiguinhos para medirem suas alturas. Podem prender folhas de papel resistente à parede ou à porta. Uma criança se encosta à folha, enquanto a outra marca a sua altura com um traço no papel.

Com uma fita métrica, verificarão qual a distância em metros e centímetros que vai do chão ao traço. O resultado será a altura de cada um.

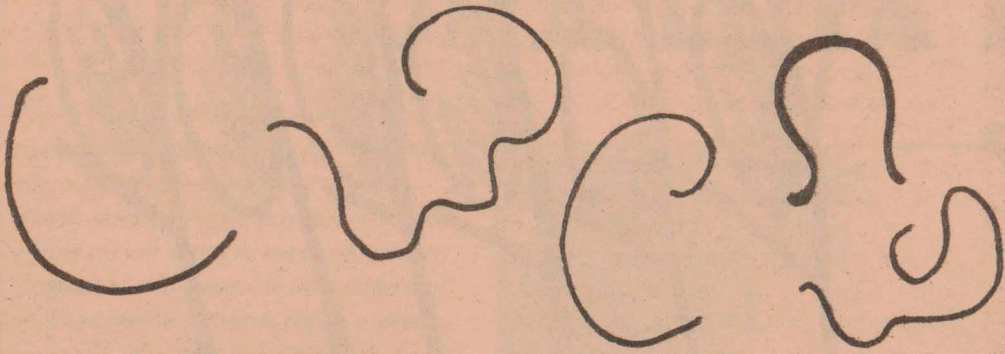
Em seguida, poderão fazer comparações, dizendo qual o aluno mais alto, o mais baixo, quantos centímetros um é maior do que o outro, etc. . .

COMPLETE COM DESENHO OU COLAGEM

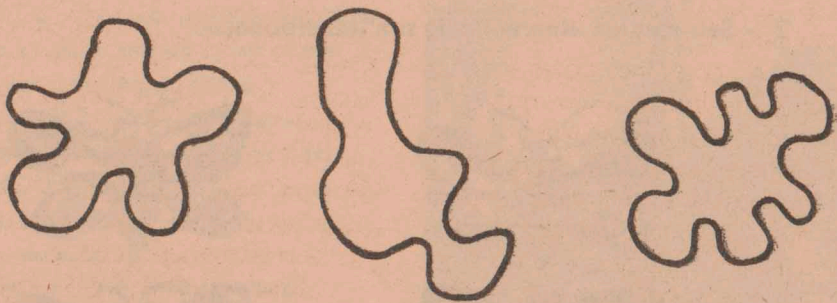


TIPOS DE FORMAS

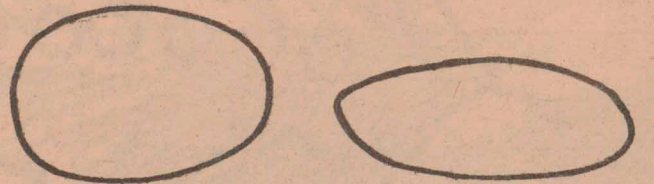
1 – Estas são formas abertas que se chamam curvas.



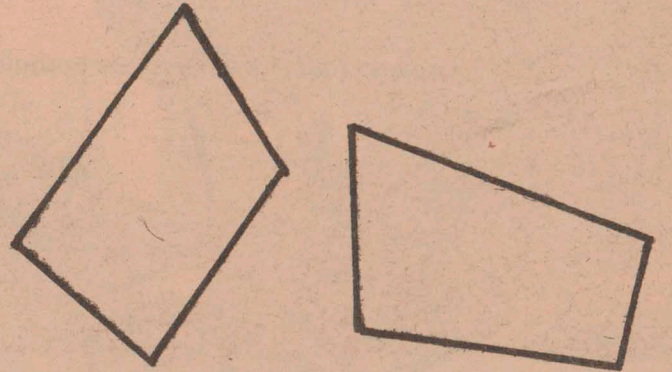
3 – ou podem ter calombos



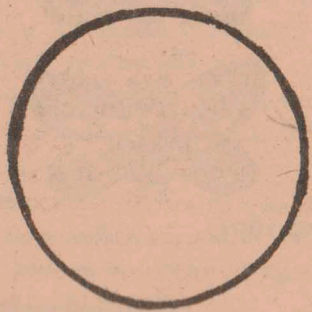
2 – Estas são formas fechadas.
Acabam onde começam.
As formas fechadas podem ser lisas



4 – ou podem ter ângulos.



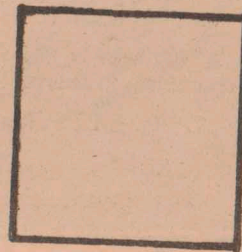
5 – Algumas formas fechadas têm nomes especiais



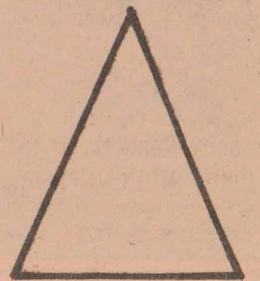
Círculo



Retângulo



Quadrado



Triângulo

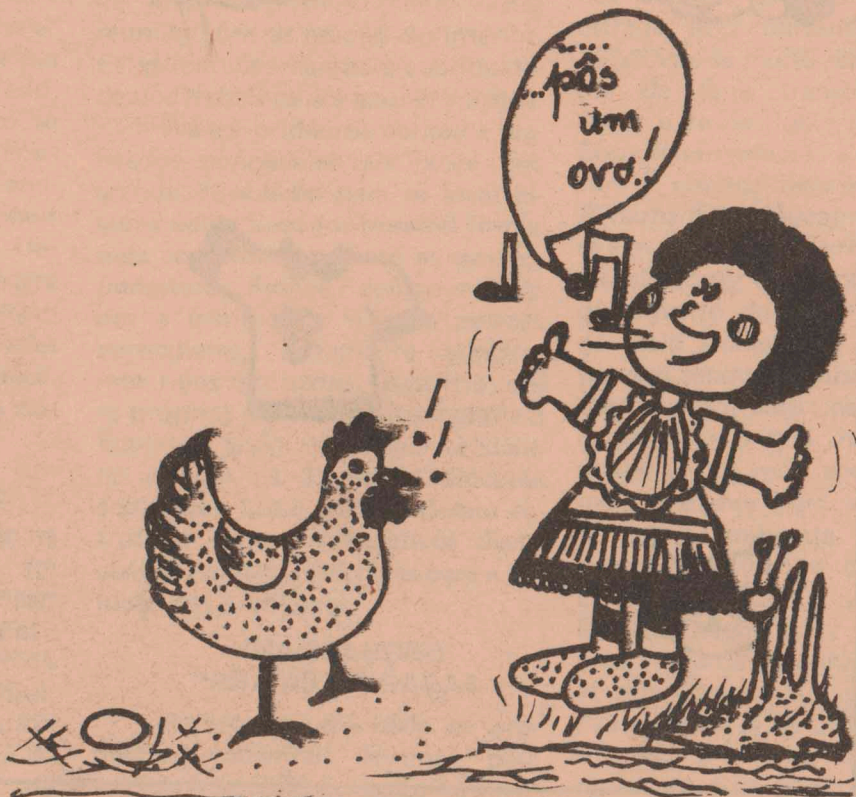
A GALINHA PÔS UM OVO

Hoje vamos nos divertir contando e cantando! Vamos cantar uma canção e enquanto dizemos os números levantamos os dedos para cada um.

A galinha carijó
Pôs um ovo
Pôs dois
Pôs três

A galinha carijó
Pôs quatro ovos
Pôs cinco
Pôs seis

A galinha carijó
Pôs sete ovos
Pôs oito
Pôs nove
Onde está a galinhazinha?
Deixa a pobrezinha
Deixa que ponha dez.



CARTAS

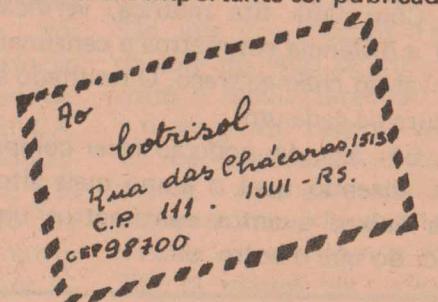
Vocês acertaram o enigma. Parabéns!

Celmo Ziotti
Ramada – Ajuricaba – RS
Marcos Veronei Wagner
Barro Preto – Ajuricaba – RS
Andréia Maria Dallabrida
Linha 29 – Ajuricaba – RS
Delta Schreiber
Linha 6 Norte – Ijuí – RS
Nilson R. Kaufman
Vila Nova – Ijuí
Delário Schreiber
Linha 6 Norte – Ijuí – RS
Odete Regina Goergen
Fundo Grande – Augusto Pestana

A resposta do enigma, publicado no Co-trisol anterior é:

“Crianças bem alimentadas têm maior facilidade para aprender as lições, crescem mais rapidamente e melhor, são mais alegres e espertas”.

Queridos leitores: Continuem participando. Gostamos muito de receber as cartas que vocês nos escrevem. Poderão enviar textos, palavras cruzadas, jogos, enfim aquilo que vocês acharem importante ser publicado.



EDUCAÇÃO

COMUNIDADE – FAMÍLIA – ESCOLA
Elaborado pelo Centro de Educação/Fidene

APRESENTAÇÃO

Não é demais repetir que entendemos a educação não como uma tarefa exclusiva da escola, mas como uma questão que pertence também para a família e para a comunidade. A educação é, enfim, um acontecimento do dia-a-dia de todas as pessoas. É pensando desta forma que elaboramos mais uma edição deste nosso suplemento. Temos aí artigos variados tratando da participação da mulher, do problema ecológico e do trabalho dos professores nas escolas

A participação das mulheres em reuniões, nas decisões familiares, etc. . . , sempre foi algo muito acanhado. Nos últimos tempos é que temos visto a mulher brasileira começar a lutar pelos seus direitos, por um lugar ao sol ao lado dos seus companheiros, os homens. Para incentivar o debate sobre este assunto, é que a professora Dolair Callai escreveu "O trabalho da mulher não tem valor".

"Proteção ambiental, uma luta de todos" é o artigo elaborado pelo professor Erno Alfredo Böhrer E, é exatamente isto que ele quer: que todos assumam esta luta.

E a Dona Zefa, quantas Donas Zefas temos em nossas escolas. É a Zefa da Matemática, da História, da Língua Portuguesa, da Geografia, . . . Seria muito importante se todos os professores pensassem em mudar, como fez esta personagem criada pelo professor Pedro Augusto Borges, da Escola de 1º Grau "Francisco de Assis".

"Em todas as sociedades conhecidas pode-se reconhecer a necessidade do homem em se realizar. Ele pode cozinhar, tecer, vestir bonecas ou caçar colibris, mas se tais atividades são ocupações apropriadas ao homem, então toda a sociedade, tanto homens como mulheres, as considera importantes. Por outro lado, quando essas mesmas ocupações são exercidas pelas mulheres, são consideradas menos importantes".

MARGARET MEAD.



As mulheres buscam espaço para participar

O TRABALHO DA MULHER NÃO TEM VALOR

O trabalho da mulher não tem valor, ou tem pouco valor. Do mesmo modo as suas idéias. É, para muitas mulheres esta é a verdade.

A estrutura social, o acesso ao trabalho, a educação, os valores, a prática da vida familiar e social têm colocado a mulher em segundo plano, a ponto de dela mesma se desvalorizar.

Percebe-se, em conversas, que a mulher, na maioria das situações, não chega nem sequer a tomar consciência de que está sendo explorada, que é deixada de lado, e que, muitas vezes, é apenas uma peça a mais para o trabalho. Nos negócios, nos direitos, nas decisões de maior peso, a mulher tem participado muito passivamente. Ela é a "desinformada", a "dependente", a que "está sempre por fora", a que "tem que concordar". Ela não chegou ao ponto de ser ouvida pa-

ra decisões maiores, e, para isso, contribui muito o fato da auto-desvalorização — a mulher mesma achando que não é capaz.

Mas, há o outro lado da medalha. Mulheres que têm consciência da importância de seu papel, de seu trabalho, de suas idéias e que buscam o espaço para a participação. Mulheres que estão informadas dos assuntos, dos negócios e, por isso, conversam, discutem, trocam idéias, dão sugestões, decidem juntas. Mulheres que sabem do valor que têm seus trabalhos domésticos no orçamento familiar, e por isso, na hora dos negócios, fazem este valor ser calculado, colocado na balança ao lado dos trabalhos dos homens. Mulheres que compreendem o valor social que tem o seu trabalho na educação dos filhos e buscam este reconhecimento. Mulheres que conhecem seus direitos como traba-

lhadoras, como cidadãs e lutam para que eles se tornem um fato, e tantas outras mulheres que ouvem, conversam, perguntam, lêem e, assim fazem-se ouvir cada vez mais.

Esta história é ainda muito nova se olharmos a maioria das famílias e dos fatos sociais e econômicos de hoje. Entretanto ela começa a tomar corpo. Já estamos encontrando casais, isto é, homem e mulher, decidindo juntos, educando junto seus filhos, cuidando dos negócios e da casa em conjunto, divertindo-se lado a lado. Casais que são duas cabeças unidas ao mesmo nível, sem que uma precise ser mais forte e outra ser submissa. Encontramos, também, outros casais que se esforçam para um não subjugar o outro, se esforçam para pensar, decidir juntos. E estão encontrando dificuldades para conseguir isto, pois é um longo

aprendizado. Desde a infância, pelo testemunho de nossos pais, pela prática familiar de nossos amigos, pelo exemplo da sociedade, é que se aprende a pensar juntos. . . E como são poucos estes exemplos. . . Mas é isto que nos faz compreender que se é mais homem e mais mulher quando se é capaz de decidir, de viver plenamente juntos.

Participar é isto. É produzir — gerir e usufruir na mesma medida. É, desde criança, sentir a satisfação de co-participar na produção, na decisão e no uso dos bens necessários à satisfação de suas necessidades, desde o alimento ao amor. É sentir-se necessário para todos os momentos da vida familiar e em sociedade e não só para as "coisas de mulher" ou "coisas de homem".

Participar é ser cada vez mais mulher, lado a lado, com homens cada vez mais homens.

DONA ZEFA, UMA PROFESSORA DE MATEMÁTICA

Ou a história da professora que depois de 15 anos de magistério coloca em dúvida todo seu trabalho. Mas ela não fica parada e resolve modificar todos os seus métodos de ensinar matemática.

Há mais de 15 anos D. Josefa é professora de Matemática. Esposa dedicada à família, mãe de três filhos já crescidos, alta e séria como uma senhora deve ser. Dona Zefa, como é chamada por todos na escola, é conhecida como a professora mais pontual; relaciona-se bem com os bons alunos e costuma levar os mais ousados com rédea curta. Sempre trabalhou com conteúdo de 5ª e 6ª séries, aplicando seu método de ensinar, com o qual garante os resultados no fim do ano: o aluno sai sabendo operar com os números naturais e racionais, assim como com os inteiros relativos na 6ª série. Para D. Zefa, podem até existir outros métodos, mas pelo que ela tem notícia, mais complicam do que, de fato, ajudam.

Numa destas noites de fevereiro, lá estava a professora a tirar a poeira de seus planos de curso dos anos passados, quando resolveu lê-los com uma certa curiosidade. D. Zefa sempre fizera planos de curso aceitos pela Coordenadora Pedagógica e repetia-os ano após ano, apenas com modificações superficiais. Porém, na leitura desta noite, chamou-lhe atenção um objetivo que fazia referência ao "Desenvolvimento do raciocínio". Ela escrevera tantas vezes aquelas palavras e nunca, de fato, pensara seriamente no seu significado. Isto acontece.

Certamente a Matemática desenvolve o raciocínio do aluno, pensou. Todo mundo sempre diz isso. Mas D. Zefa não era mulher de contentar-se com pouco. Esta resposta vaga não foi suficiente: "— Onde e como, exatamente, acontece o desenvolvimento do raciocínio nas minhas aulas?" — continuou pensando. Deu-se conta de que nunca havia observado tal detalhe que já assumia grande importância.

Se o aluno vem para a Escola é por que ele deverá desenvolver habilidades e conhecer coisas que não conheceria na vida extra-escola. O assunto começava a ficar incômodo e transbordou quando D. Zefa fez um

breve "tape" de suas aulas e concluiu que em 99 por cento delas, somente treinava os alunos para resolver exercícios e problemas, mecanicamente. E o raciocínio? Perguntava-se caindo na realidade.

E as outras disciplinas, a História, a Língua Portuguesa, etc. . . , o que fazem pelo raciocínio? Será que a escola tem grande influência na formação das habilidades lógicas do aluno? Quem formamos? Alunos passivos diante da realidade? As perguntas aumentavam e D. Zefa já estava ficando nervosa. Quase por acaso, ela colocou em dúvida um trabalho de 15 anos. Preferiu ir tomar um chá para relaxar. O chá relaxa!

Ao deitar, após fazer sua tradicional oração, a professora retomou suas perguntas em pensamento: "Como acontece, na Matemática, o desenvolvimento do raciocínio? Na solução dos problemas e nas transposições de fórmulas, certamente. Se a aplicação de fórmulas é mecânica, não desenvolverá raciocínio nenhum, no máximo habilidades com equações e memória. Porém a solução de problemas sim". D. Zefa já começava a entusiasmar-se, pois afinal suas aulas desenvolviam o raciocínio. Adormeceu com um sorriso que denunciava uma ponta de felicidade por conseguir livrar-se de tantas perguntas.

Pela manhã, enquanto escovava os dentes e olhava-se no espelho, passou-lhe pela cabeça a idéia dos alunos resolverem os problemas, também, mecanicamente, pois ela, orgulhosamente, lhes ensinara um "jeitinho" de solucioná-los. Toda sua alegria da noite veio por água abaixo quando percebeu que o tal "jeitinho prático" estava tirando a única chance de suas aulas em que os alunos pensavam. Nessas alturas ela já sabia: é pensando sobre situações problemáticas que se desenvolve o raciocínio. Novamente o pânico. D. Zefa parou boquiaberta diante do espelho e perguntou-se: — O que fiz eu du-

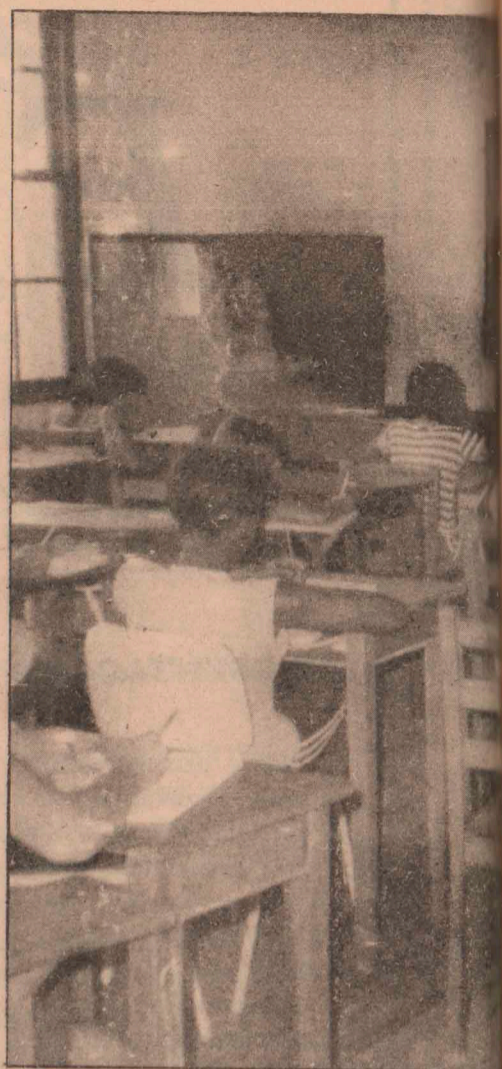
rante estes anos todos?

Tomando seu café matinal, lembrou uma discussão que teve com seu marido. Ele é comerciante e admitiu um funcionário; um adolescente que fora aluno de sua esposa e por ela recomendado. Nas primeiras atividades em que precisou dos conhecimentos matemáticos, o aluno-funcionário não sabia se multiplicava, dividia, aplicava regra de três ou saía correndo porta afora. Na discussão com o marido, ela não teve como argumentar, senão dizer que o aluno teria esquecido, pois sempre passou com notas acima de 8 e fazia os trabalhos com muito capricho.

Se não fosse sair à rua e ver uns garotos tentando colocar em esquadro um campo de futebol, teria esquecido suas encucações. Mas perguntou-se: "— Como pode um grupo de moleques estar tão interessado em desenhar um retângulo na terra?" A pergunta foi como um estalo em sua cabeça. Os moleques estavam estudando matemática através de um campo de futebol e ela não percebera. Quem sabe poderiam descobrir as propriedades e características das figuras em uma situação que lhes deixava a vontade para pensar. Pensar. Raciocínio. Tudo aconteceu tão rápido e tão surpreendentemente que ela não percebeu que estava já há 15 minutos parada na calçada, com a sacola de compras na mão, observando os moleques "estudando matemática".

Enquanto caminhava tentou observar situações, o mais que podia, para ver se encontrava outras em que pudesse aplicar sua matemática. E encontrou: O pedreiro usando o metro e operando com os decimais; no supermercado as operações com os naturais e racionais, além da regra de três e porcentagem. O verdureiro, o contador, o agrimensurador com a geometria, e não parava mais. O mundo é Matemática! — concluiu.

Depois de tudo isto, só faltava sentar e colocar as idéias no plano de curso: MAS COMO?



Dona Zefa se deu conta que nas suas aulas ap

OS PL E OS C

Era uma noite de um dia quente. Mal soprava um ventinho que permitia agüentar o calor. D. Zefa sentou-se à mesa para colocar no papel o turbilhão de idéias que invadiram sua cabeça durante o dia.

Pegou um papel em branco e um lápis. Por onde começar? Como trazer um campo de futebol para dentro de sua sala de aula? Ou o supermercado? Os alunos poderão pesquisar, pensou. Farão trabalhos práticos de medição na quadra de esportes. Excelente! Resolveu começar pela quadra de esporte. Como seria? Poderia estudar o retângulo: dois pares de lados iguais e diferentes entre si, cada um fazendo com o seguinte um ângulo de 90 graus, blá, blá, blá. Excelente! Poderia estudar até o Sistema Métrico, tudo num só trabalho. Entusiasmava-se imaginando a primeira aula:

"Pessoal" — diria com aquele ar de quem tem um presente para dar — "este ano modificaremos nossa forma de trabalho. Faremos uma aula mais descontraída, onde vocês terão que medir objetos, quadras de esporte, etc. . . Nossa aula vai acontecer mais fora da sala que dentro dela. . ."

Ao pensar no que seria isto, seu entusiasmo teve um pequeno abalo: seria uma gritaria. Toda aquela crian-



...ava os alunos a resolver os exercícios mecanicamente



Tudo envolve a matemática. Até quando se faz compras em supermercado

ANOS DE DONA ZEFA ONTRA-PLANOS DA ESCOLA

...a esticando trena pelo chão. Vol-
...iam para a aula sujos e suados. E
...outras salas? Como reagiriam os
...ros professores, a Direção e a
...ordenadora? Não havia pensado
...so.

Dona Zefa, já um tanto frustra-
...recostou-se na cadeira. Quase to-
...os professores usam métodos tra-
...cionais de ensino e não se preocu-
...m em questioná-los ao menos uma
...por ano, porque eles se enquadram
...no que a escola quer no momen-
...Logo, se os métodos estão equi-
...cados, a Escola também está! D.
...Zefa já não enxergava direito em sua
...ta, tanto que não percebeu que
...ra um murro na mesa. "Se a Escola
...o sentido geral) está errada eu pos-
...estar certa". Esse espírito decidi-
...era outra característica sua. Her-
...ra-o de seu avô. A "velha" Zefa
...teve dúvidas, empinou o nariz,
...seu plano de curso, passou dois
...brigando com a coordenadora
...pedagógica que não entendeu por
...tanta mudança, se sempre ha-
...trabalhado de um jeito que "da-
...certo". Por fim, aceitou o plano
...curso como veio, mais para se li-
...tar da D. Zefa do que por acreditar
...proposta. A direção da escola
...também ficou sabendo, mas lavou as
...ãos.

Começaram as aulas. No fim da
primeira semana todos os professores
já sabiam das mudanças pedagógicas
da matemática. Alguns comentavam
nos corredores: "O que deu na Zefa,
depois de tantos anos. . .? Qual é a
dela mudar, dá muito mais traba-
lho. . . Deve ser um inferno agüentar
aquela criançada solta no pátio". Os
comentários estavam tomando tal in-
tensidade que a Coordenação Peda-
gógica e a Direção resolveram por
bem convocar uma reunião da área
para que D. Zefa relatasse o anda-
mento de suas experiências.

Na reunião, enquanto todos
(com aquela cara de professor aco-
modado, que atirando-se para trás na
cadeira, diz: "Ai! mas isso dá muito
trabalho, que coisa complicada! E
com esse salário, eu, hein?") esperá-
vam um relatório formal, apareceu a
ex-tradicional professora unicamente
com seu planinho de curso até meio
roto de tanto ser manuseado. Era o
mês de junho, fazia frio e D. Zefa co-
meçou a esquentar a sala.

Inicialmente relatou porque re-
solveu mudar. Contou tudo com
detalhes sobre a necessidade de tra-
balhar o conteúdo inserido em ativi-
dades concretas, em que o aluno seja
provocado a descobrir as leis dos fe-
nômenos através da observação des-

tes fenômenos, da definição de suas
variáveis e constantes, da relação en-
tre as variáveis e aí então estruturar a
teoria. Todo este trabalho, enfatizou,
é que o aluno seja o agente da "fabri-
cação" do conhecimento e não um
mero receptor, como nas aulas tradi-
cionais. A professora entusiasmada
dizia de boca cheia: "Isto é que de-
senvolve o raciocínio, colegas!"

Ninguém reconheceu a D. Zefa.
Alguns se entreolharam, outros der-
rubavam os brincos, os colares,
afrouxavam os cintos de macramé
com dourados; uma professora que
fora contratada há pouco tempo
(através de contato com um amigo
político do pai) pediu água, pois
começava a sentir-se mal. Não enten-
dera nada. Achava que dar aula de
matemática era cumprir o programa
e preencher as lacunas do livro texto.

D. Zefa não parou aí. Começou
a contar sua experiência com a medi-
ção da quadra de esportes. Disse que
inicialmente pediu para que os alu-
nos medissem as marcações retas do
campo, pois estava interessada so-
mente em trabalhar o retângulo e o
sistema métrico, partindo daquela
atividade. Mas para sua surpresa os
alunos foram além. Não contenta-
ram-se em medir as marcações retas e
inventaram uma forma de medir (de-

senhar, de fato) a área curva, de fute-
bol de salão, e o círculo central. O
processo inventado foi uma aplicação
do sistema cartesiano (localização de
pontos através de pares ordenados,
cujo nome, evidentemente, os alunos
não conheciam). Como todos esta-
vam se babando de espanto, D. Zefa
sentiu-se dona do campinho e rema-
tou: "Mas isso não é assim tão 'sétimo
céu'. É preciso muita paciência
e amadurecimento com o aluno.
Quando eles têm uma teoria, por
mais que se saiba que está errada, de-
ve-se deixar o aluno discutí-la com
seus colegas, até chegarem a uma teo-
ria a prova de erros. E eles chegam.
Brigam às vezes. Discutem, levantam
hipóteses, as negam ou as confir-
mam. E é esta discussão que acaba
gerando a aprendizagem. Às vezes
eles perguntam coisas que eu não sei
responder na hora. Várias vezes tive-
mos que parar nossas experiências e
procurar bibliografia".

O plano foi exposto integral-
mente e colocado à disposição dos
colegas. D. Zefa deu-se por satisfeita,
apesar do nariz torcido das colegas,
que, juntando seus adornos de beleza
que haviam caído, saíram da sala co-
chichando.

Prof. Pedro Augusto Borges
Escola de 1º Grau "Francisco de
Assis".

PROTEÇÃO AMBIENTAL, UMA LUTA DE TODOS

O professor Erno Alfredo Böhler atua nas áreas de Biogeografia e Ecologia nos cursos mantidos pela Fidene de Ijuí. Talvez os estudos que desenvolve o fazem perceber com mais clareza os problemas originados pela insistente destruição do meio ambiente em nossa região e mesmo em nosso País. Isto tudo faz do professor um "batalhador" incansável pela preservação ambiental. Recentemente mobilizou os seus alunos de Biogeografia e de Ecologia juntamente com outras entidades e instituição para o desenvolvimento de um programa comemorativo da SEMANA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE. Várias foram as atividades desenvolvidas nesta semana, tais como palestras nas escolas, demonstrações de como se elimina embalagens de defensivos, um painel de debates e um plantio de árvores. Esta promoção, afirma Böhler, não deve parar aí. A preservação do meio ambiente deve ser uma ação permanente de todos. Assim pretende-se com o apoio, a participação ativa da população de Ijuí e municípios vizinhos, desenvolver uma ação educativa visando a melhoria da vida de todos nós. Aqui, ele nos apresenta algumas de suas proposições.



UMA PROPOSTA PARA IJUÍ E PARA A REGIÃO

Não é novidade que a natureza está passando por maus bocados, e com ela também o homem e a sociedade, seu desenvolvimento, sua economia, sua saúde, sua produção, seu espírito e seu próprio sistema de ensino. Embora existam trabalhos para se amenizar as conseqüências funestas provenientes da degradação ambiental, resta ainda muito a ser feito. Não é também novidade que entre os verdadeiros caminhos que levarão à solução destes problemas ambientais esteja a educação como regra geral. Muito se pensa na melhoria do nível do ensino no Brasil. As propostas aqui apresentadas poderão contribuir também para esta melhoria. Um outro trabalho que também poderá contribuir nesta luta anti-depredatória é a construção de estradas através de uma inovadora técnica. Vamos expor alguns detalhes a respeito.

EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O MEIO AMBIENTE

Quando do painel realizado na sede do Lions Clube de Ijuí, foi aceita a proposta de se desenvolver a apicultura junto aos estabelecimentos de ensino, tendo recebido apoio total por parte da Cotrijuí, da AAI (Associação dos Apicultores de Ijuí), da 36a. Delegacia de Ensino, do Banco do Brasil, do IBDF (Instituto Brasileiro de De-

envolvimento Florestal), da Fidene e de particulares que já são apicultores e de outros que pretendem se tornar. Realizou-se contato também com a Secretaria Municipal de Educação de Ijuí, que apoiou a sugestão de um programa de arborização da cidade, também uma preocupação do COMMA (Conselho Municipal do Meio Ambiente). Assim, ficou acertado um encontro com as direções das escolas municipais urbanas para a segunda semana de julho e posteriormente outra reunião com as escolas do interior. Estas reuniões visarão a continuidade dos trabalhos até aqui propostos.

Destes primeiros contatos realizados, concluiu-se que existe uma grande disposição para se fazer alguma coisa. Caso for possível firmarmos compromissos com as escolas, prefeitura, Fidene, demais entidades e instituições e mais pessoas particulares, certamente atingiremos bons resultados. Com isto, até os próprios alunos de Biogeografia e Ecologia terão mais oportunidade de estudar os diferentes aspectos ecológicos locais para poderem estruturar conceitos, objetivos vivenciais e estratégias técnicas para a solução dos problemas.

UMA SOLUÇÃO PARA AS ESTRADAS

Dentro de uma série de problemas ambientais devemos, para início de sugestões, tentar resolver aqueles que possuem uma solução

tecnológica eficiente. Um destes graves problemas está relacionado com a construção e manutenção de estradas alimentadoras que cortam nossos ecossistemas (sistemas ecológicos) e em todas as direções. Elas servem de canal de escoamento para as águas pluviais provenientes das lavouras, criando desta maneira dificuldades para a população e para as prefeituras. Como os sistemas de conservação de solo não estão resolvendo os problemas de erosão nas lavouras, e como os leitos das estradas pelo constante patrolamento tornam-se muito sensíveis, o volume de terra transportado pelas águas para os rios é muito grande. Conseqüentemente, a poluição dos rios e riachos também é enorme. A fauna destas águas não se recupera e os próprios rios e riachos tendem a desaparecer da paisagem pelo preenchimento do leito. Este aspecto do meio ambiente já há mais tempo vem sendo pesquisado. As sugestões encontradas nestes estudos constituem o que existe de mais moderno, de mais econômico e de mais eficiente para a conservação do meio ambiente. Temos, por exemplo, a técnica de construção de estradas com o uso do aditivo DS-328 desenvolvida pela SENDA, uma firma de engenharia de São José dos Campos, no estado de São Paulo. Trata-se de um produto que substitui a brita, o saibro e outros materiais. Este produto, ao ser incorporado ao leito da estrada, pro-

porciona muitas vantagens. A sua instalação não depende de muita mão-de-obra e torna-se mais barata. Segundo informações do Engenheiro civil Antonio Tavares, o custo do quilômetro fica em torno de três a quatro milhões de cruzeiros, enquanto que outros sistemas pesquisados junto ao DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná), que é pioneiro no Brasil em construção de estradas alimentadoras de "baixo custo", ficam com um custo entre cinco a quinze milhões de cruzeiros, dependendo das dificuldades encontradas regionalmente. É importante ainda informar que este aditivo reage muito bem com o solo argiloso típico de nossa região.

A Fidene conseguiu da prefeitura municipal a construção de um trecho de cem metros. Este trabalho foi solicitado pela firma paulista para possibilitar a realização de uma demonstração, no sentido de colaborar com os esforços em resolver os nossos problemas ecológicos e, naturalmente, para vender o seu produto. Já foram remetidos até São José dos Campos trinta quilos de solo do leito da estrada situada entre a escola fazenda do Imerab e o aeroporto para os devidos testes de laboratório. Está faltando apenas a data para a vinda dos engenheiros que irão instalar este trecho de estrada com o aditivo DS-328 já usados em vários municípios brasileiros e na Europa.